



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

SONIAMARA MARANHO

**ESTADO E CAPITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO (1995-2002)**

SÃO PAULO

2016

SONIAMARA MARANHO

**ESTADO E CAPITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO (1995 -2002)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: Ambiente sustentabilidade e territórios.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira.

SÃO PAULO

2016

SONIAMARA MARANHO

ESTADO E CAPITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO (1995 -2002)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: Ambiente sustentabilidade e territórios.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposa Alentejano (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Prof. Dra. Flávia Braga Vieira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Prof. Dra. Ana Saggioro Garcia (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

São Paulo, Agosto, 2016.

Maranho, Soniamara.

M311 Estado e capital no Brasil : uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995-2002) / Soniamara Maranhão. – São Paulo, 2016.
118 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Energia elétrica – Brasil. 2. Energia elétrica – Concessões. 3. Privatização – Brasil. 4. Brasil – Presidente (1995-1998 : Fernando Henrique Cardoso). 5. Brasil – Presidente (1999-2002 : Fernando Henrique Cardoso).
I. Título.

CDD 333.790981

“Não são os mais fortes da espécie
que sobrevivem, nem os mais inteligentes,
mas sim os que respondem melhor às mudanças”
(Charles Darwin)

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Atingido por Barragens, (MAB), aos nossos militantes, à nossa base, ao Davi, Dandara, Joceli, Lúcia e Dirceu!

A todas as mulheres da classe trabalhadora que nunca abandonam nada do tudo que fazem, e ainda assim estudam madrugadas adentro enquanto os filhos descansam. Às belas de lutas e determinadas a dirigir, coordenar, se expor nesta conjuntura de golpe colocada no Brasil neste momento!

A vocês e a nós mulheres, um bom PARTO de uma NOVA ORDEM dessa VELHA sociedade que cai em pedaços e entra em sua mais profunda contradição, é hora de PARIR.

EXPLODE a urgência da NOVA ORDEM!

Ao orientador João Márcio, pela qualidade, paciência e persistência, e as companheiras (o) da banca examinadora e das lutas da classe trabalhadora, a Ana, Flávia e Paulo, muito agradecida pela contribuição e dedicação.

A turma José Mariátegui, pelo esforço coletivo que construímos neste processo de aprendizado e luta diária da classe trabalhadora, dentro e fora da universidade.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras organizados que aos poucos foram conquistando espaço e legitimidade na sociedade, entrando nas universidades para chegamos neste momento, concluindo um bom mestrado sendo que muitos, tampouco tiveram acesso ao letramento. Muitas vezes lembramos disso e agradecemos vocês de coração pela coragem.

RESUMO

Este estudo analisa como foi conduzido o processo de privatização e reorganização do setor elétrico brasileiro entre os anos de 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Busca entender qual era o modelo de concessões, interligação, tarifas, geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia antes e depois da privatização, e quais foram as principais mudanças ocorridas. Discute qual foi o novo papel do Estado brasileiro no processo de privatização da energia vinculado ao capital internacional na reorganização e no controle deste patrimônio do setor elétrico, no qual várias empresas internacionais passaram a controlar grande parte das ações de empresas que até então eram organizadas e financiadas pelo Estado e construídas com esforço do povo brasileiro. Mostra como leis, agências, conselhos, associações e comitês técnicos para estudos de mercado foram criadas pelo Estado brasileiro para servir ao capital. Busca, também, entender como se consolidou a disputa pela base de elevada produtividade que é a hidroeletricidade e, ao mesmo tempo, como a estrutura industrial da energia foi combinada às estruturas do sistema financeiro, aumentando a exploração da força de trabalho no setor e transferindo lucros elevados dos consumidores cativos. Além disso, esse estudo discute como a tarifa de energia passou a ser a principal forma de sustentação do novo modelo que se instalou com as privatizações. Nos três capítulos desta dissertação foi analisada a história e a apropriação privada da produção social da indústria de energia pelo capital internacional, por meio do Estado brasileiro. Analisa-se, também, o processo de implantação do neoliberalismo e as privatizações na disputa intercapitalista mais ampla pela energia no Brasil, e assim como as consequências desse modelo para a sociedade brasileira, quais foram os seus resultados para os trabalhadores, atingidos por barragens, consumidores, acionistas e rentistas, bem como a posição que os mesmos ocuparam nesse processo.

Palavras – chave: Sistema elétrico. Energia. Capital. Estado. Privatização. Trabalhadores.

ABSTRACT

This study was conducted to analyze the process of privatization and reorganization of the Brazilian electric sector between the years 1995 until 2002, during the government of Fernando Henrique Cardoso. Hereby I research the model of concessions, interconnection, fees, generation, transmission, distribution and commercialization of energy before and after privatization, and what were the main changes. This work debates the new role of the state within the energy's sector privatization process and it's connection with the international capital in the reorganization and control of the assets of the electricity sector of which several international companies took control over the majority of shares of companies that were organized and funded by the Brazilian State. It seeks to demonstrate how laws, agencies, boards, associations and technical committees for market research were created by the state to serve for the private capital; consolidating the dispute over the natural base of high productivity as hydroelectricity and at the same time as the industrial structure of energy was combined with the financial system structures, increasing the exploitation of the workforce in the sector and transferring high profits to captive consumers. Also, discuss how the energy fee has become and important element for the new privatized model. Within the three chapters of this dissertation the history and the private appropriation of the social production of the energy industry by international capitalists, through the Brazilian state is analyzed. It also examines the neoliberalism deployment process and privatization in the wider inter-capitalist competition for energy in Brazil, as well as the implications of this model for the Brazilian society, what were the results for workers affected by dams, consumers, shareholders and rentiers, and the position thereof in this process.

Key-words: Electric-system. Energy. Capital. State. Privatization. Workers.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo fue llevado a cabo el proceso de privatización y de reorganización del sector eléctrico brasileño entre los años 1995 a 2002, durante el gobierno de Fernando Henrique Cardoso. Busca entender cuál era el modelo de concesiones, interconexión, sistema tarifario, generación, transmisión, distribución y comercialización de la energía antes y después de la privatización, y cuáles fueron los principales cambios que tuvieron lugar. Discute cuál fue el nuevo papel del Estado brasileño en el proceso de privatización de la energía vinculado al capital internacional en la reorganización y en el control de este patrimonio del sector eléctrico, en cual varias empresas internacionales pasaron a controlar gran parte de las acciones de empresas que hasta ese momento eran organizadas y financiadas por el Estado y construidas con el esfuerzo del pueblo brasileño. Muestra como leyes, agencias, consejos, asociaciones y comités técnicos para estudios de mercado se crearon por el Estado Brasileño para ponerlos al servicio del capital. Busca, también, entender cómo se consolidó la disputa sobre la base de alta productividad que representa la hidroelectricidad y, al mismo tiempo, como la estructura industrial de la energía se relacionó con las estructuras del sistema financiero, incrementando la explotación de la fuerza de trabajo del sector y generando elevados lucros provenientes de los consumidores. Además de eso, este estudio discute como la tarifa de la energía eléctrica se convirtió en la principal estrategia de sustentación del nuevo modelo energético que se instaló con las privatizaciones. En los tres capítulos de esta disertación es analizada la historia y la apropiación privada de la producción social de la industria de la energía por parte del capital internacional por medio del Estado Brasileño. Se Analiza el proceso de implementación del neoliberalismo y las privatizaciones en la disputa intercapitalista por la energía en Brasil, así como las consecuencias que generó ese modelo para la sociedad brasilera, los trabajadores, los afectados por represas, los consumidores, los accionistas y rentistas y cuál fue la posición que estos sectores ocuparon en ese proceso.

Palabras clave: Sistema eléctrico. Energía. Capital. Estado. Privatización. Trabajadores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- O ciclo da energia elétrica no Brasil	45
Gráfico 01- Número de trabalhadores da CEMIG e número de consumidores por trabalhador, 1994-2006.	47
Figura 02 - Hidrelétrica em forma de cascatas no Rio Uruguai.....	54
Figura 03 - O circuito comercial na cadeia produtiva de eletricidade	65
Figura 04- Produtividade de energia gerada por trabalhador (Gwh/tra).....	81
Figura 05 - Acidentes fatais típicos dos trabalhadores do setor elétrico em relação aos demais acidentes brasileiros	82
Figura 06 - O mundo do trabalho capitalista.....	85
Figura 07 - Remessa de dividendos	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Síntese dos principais acontecimentos do setor elétrico brasileiro brasileiro (1880 - 1980).....	32
Quadro 02 - Empresas estatais do setor elétrico brasileiro que foram privatizadas no período de 1995 a 1998.	56
Quadro 03 - Lucro líquido das principais geradoras nacionais em 2013 e 2014.	88

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

ABRAGE - Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica

ABRACEEL - Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica

ABRATE - Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica

AEPS - Anuário Estatístico da Previdência Social

ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional Desenvolvimento Econômico

BIRD – Banco internacional para a reconstrução e o desenvolvimento

CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho

CBEE - Companhia Brasileira de Energia Elétrica

CCEE - Central de Comercialização de Energia Elétrica

CEMIG - Central de Energia Elétrica de Minas Gerais

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CND - Conselho Nacional de Desestatização

CNI - Confederação nacional da Indústria

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CRC - Contas de Resultados a Compensar

CTEM - Comitês Técnicos para Estudos de Mercado

CW - Consenso de Washington

DIEESE - Departamento Intersindical de estatísticas e Estudos Socioeconômico

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DTGC - Geração- Transmissão-Distribuição- Comercialização

EPE - Empresa de pesquisa de Energia

EU - União Europeia

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNE - Fundo Nacional de Eletricidade

FNU - Federação Nacional dos Urbanitários

FUP - Federação Unitária dos Petroleiros

FMI – Fundo Monetário Internacional

GCPS - Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos
GCOI - Grupos Coordenadores para Operação e Planejamento do Sistema
GOGÉ - Fundação GOGÉ
GTDC - Geração-Transmissão-Distribuição-Comercialização
ICV - Índice de Custo de Vida
IUEE - Imposto Único sobre a Energia Elétrica
ILUMINA - Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético
JK - Juscelino Kubitschek
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE - Mercado Atacadista de Energia
ONS - Organização Nacional do Sistema
OMC- Organização Mundial do Comércio
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira)
PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PEP - Projeto Energético Popular
PEPE - Programa de Estímulo à Privatização Estadual
PIE - Produtor Independente de Energia
PL - Projeto de Lei
PNE - Plano Nacional de Eletrificação
PND - Programa Nacional de Desestatização
PPPs - Parceria Público Privadas
RESEB - Reestruturação Setor Elétrico Brasileiro
REVISE - Revisão Institucional do Setor Elétrico
SEB - Sistema Elétrico Brasileiro
SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira
SPE- Setor Produtivo Estatal
SIN - Sistema Interligado Nacional
SINDIELETRO - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

SUMÁRIO

METODOLOGIA	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO ANTERIOR AOS ANOS 1990.....	21
1.1 A fase regional da estatização	21
1.2 Plano Nacional de interligação da produção e distribuição de energia elétrica no Brasil	24
1.3 O período neoliberal, o Estado e o governo FHC.....	33
CAPÍTULO 2 - PRIVATIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA (1995-2002).....	43
2.1 Instituições e associações de representação corporativa: a relação entre o público e o privado	59
2.2 A reorganização da produção e a distribuição da energia	64
2.3 A combinação da estrutura industrial da energia com o sistema financeiro	68
2.4 A tarifa de energia dos consumidores cativos como a principal forma de sustentação do modelo especulador.....	73
2.5 A disputa pela base da elevada produtividade da hidroeletricidade	75
CAPÍTULO 3 - NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA	78
3.1 Resultados desiguais para trabalhadores, consumidores, atingidos, acionistas e rentistas	80
3.1.2 As consequências deste sistema como violação dos direitos humanos na vida dos atingidos por barragens	90
4 – CONCLUSÃO	94
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, o objeto de estudo foi analisar o processo de privatização do setor elétrico brasileiro e o papel do Estado no período de 1995 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Busca-se entender qual era o modelo de concessões, interligação, tarifas, geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia, antes e depois da privatização, quais foram as principais mudanças ocorridas e as suas consequências para a sociedade brasileira.

O estudo foi apoiado em diversas fontes bibliográficas, a partir de pesquisa em livros, teses, dissertações, revistas, jornais e periódicos. Para cada período histórico, de maneira a servir como uma aproximação ao contexto social, político e econômico, foi realizada revisão de algumas referências bibliográficas disponíveis acerca do recorte temporal pesquisado.

Também foram pesquisados documentos governamentais: livros, artigos, projetos e planos, leis, relatórios, e, principalmente, a obra publicada pelo Centro da Memória da Eletricidade, que reúne diversos documentos, dados estatísticos e informações oficiais sobre a história da eletricidade no país.

Para esse estudo também foi realizada pesquisas na internet e nos sítios eletrônicos das empresas investigadas, estatais e privadas, assim como de instituições governamentais.

Foram utilizadas imagens, figuras e gráficos disponibilizados por sindicatos, organizações e movimentos sociais que expressam e denunciam o processo de exploração dos trabalhadores do setor elétrico.

Quanto à estrutura, esse trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos fazer um breve resgate histórico do setor elétrico, discutindo a instalação da Ligth e da AMFORP, duas empresas do setor em nível mundial que instalaram suas unidades de negócio no início do século XX no país. Nesse período foram feitos estudos para o levantamento do potencial hídrico em todo o território nacional, com auxílio do BIRD/ONU.

Foi necessária a leitura atenta de especialistas da área, lembrando a história do setor elétrico brasileiro através de Garcia (2011) e Vieira e Vainer (2004), Almeida (2014), GCPS (2002), Silva (2011), Martins (2009). A partir desses olhares foi possível reunir informações para analisar o processo de privatização do setor elétrico brasileiro.

No segundo capítulo procuramos entender a importância das várias empresas internacionais que passaram a controlar grande parte das ações que até então eram organizadas e financiadas pelo Estado e construídas com esforço do povo brasileiro.

A partir da privatização, procuramos mostrar as leis, instituições, agências, conselhos, associações, comitês técnicos para estudos de mercado e associações políticas que foram criadas para servir ao capital privado. Para o entendimento do processo de reestruturação do setor elétrico foram fundamentais as leituras de Sauer (2002), Vieira e Zen (2006), Gonçalves (2002, 2007), Bermann (2012), Araújo (2010) e Teodoro (2006).

No terceiro capítulo, apresentamos e analisamos as consequências da privatização do setor elétrico para a sociedade brasileira, mais precisamente ~~as~~ para os consumidores cativos, trabalhadores do referido setor e atingidos por barragens. Para tanto foram utilizados dados do DIEESE (2014) e estudos de autores como Sauer (2012), Machado (2006), Harvey (2010) e Gonçalves (2015).

A partir da pesquisa, estudos e reflexões feitas nesse trabalho, sobre o setor elétrico brasileiro na disputa geopolítica mundial do grande capital privado, apontamos na conclusão algumas compreensões que elaboramos com apontamentos para um projeto energético popular.

A presente pesquisa se baseia em trabalho investigativo do tipo bibliográfico. Para tanto, o estudo foi apoiado em diversas fontes bibliográficas, a partir de pesquisa em livros, teses, dissertações, revistas, jornais e periódicos. Para cada período histórico, de maneira a servir como uma aproximação ao contexto social, político e econômico, foi realizada revisão de algumas referências bibliográficas disponíveis acerca do recorte temporal pesquisado.

INTRODUÇÃO

Tratar da questão energética brasileira, em especial da hidroeletricidade, é de grande relevância. O negócio da eletricidade atualmente, cujas características de produtividade, sem qualquer exagero, são inigualáveis no mundo, conta com uma força de trabalho de alta produtividade, distribuída entre as várias empresas que atuam na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia produzida.

Podemos destacar que o atual modelo organizado no setor elétrico brasileiro permite que os consumidores cativos¹ paguem uma das tarifas mais caras do mundo; que consumidores livres² façam contratos para receber energia subsidiada e que ocorra intensificação na exploração dos trabalhadores do setor.

O objetivo desta pesquisa é compreender a formação do setor elétrico brasileiro, sua expansão e, mais recentemente, a sua reorganização entre os anos de 1995 – 2002, durante o governo de FHC.

Para isso, far-se-á um breve histórico do setor, resgatando a instalação da Light e da AMFORP, duas empresas do setor em nível mundial que instalaram suas unidades de negócio no início do século XX no país. Elas vão se instalando e obtendo vantagens dos governos municipais até aproximadamente 1933, com a revogação da cláusula – ouro,³ quando o Estado brasileiro estabelece o Código de Águas⁴.

O governo Vargas trazia um projeto de desenvolvimento nacional, acalentado em certa medida por pressão da burguesia interna, a partir do qual toma medidas para o

¹ Os consumidores "cativos" compram a energia que está disponível na região de seus estabelecimentos, neste caso predominantemente são os consumidores residenciais sem liberdade de negociar a tarifa de seu consumo de energia.

² Os consumidores "livres" são grandes consumidores que recebem energia ao preço de custo real da produção hídrica (a mais barata).

³ Cláusula Ouro é o apelido dado à cláusula contratual que permite o pagamento de obrigações devidas em dinheiro, moedas ou peças de ouro, ou observando a cotação de mercado daquele metal. No Brasil, a legislação sobre o assunto era o Código Civil de 1917, escrito nos pressupostos do liberalismo e da estabilidade monetária, que já não refletia a realidade que o mundo viveria a partir da Primeira Guerra Mundial. Assim, foi consagrado o princípio da "Cláusula Ouro" pelo Código Civil em seus artigos 1947, parágrafo 1º, e 1258. A Cláusula Ouro foi adotada pela Light quando empresa estrangeira em 1914 até 1930. As empresas detinham vantagem no sentido de que a cobrança das tarifas e serviços eram atualizados de acordo com a variação cambial expressa em ouro e este tinha preço elevado.

⁴ O código de águas foi estabelecido em 1934 com a intervenção do Estado no setor elétrico brasileiro, quando se impôs a revisão dos contratos de concessões existentes, assegurando à União o monopólio da concessão para aproveitamento de todo potencial hidroelétrico e o controle maior sobre as concessionárias, fazendo a fiscalização técnica, contábil e financeira das empresas do setor, inclusive de empresas privadas, que passam para o controle da União.

controle dos recursos naturais, iniciando um período de investimentos estatais para o crescimento do setor de energia.

Observou-se, a partir de então, sobretudo entre os anos 1940 e 1970, a constituição de diversas empresas geradoras de energia e a incorporação de empresas privadas. Estudos foram feitos para o levantamento do potencial hidrelétrico em todo o território nacional, com auxílio do BIRD e da ONU.

Toda a estruturação do setor elétrico, geração, transmissão e distribuição de energia acontece nesse período de 40-70, mediante a centralização do planejamento e da execução realizada pelo Estado.

A reestruturação deste modelo é tratada no segundo capítulo, e ocorre na década de 1990, atrelada ao modelo neoliberal, que vinha sendo aplicado em setores estratégicos da economia, entre eles a energia elétrica.

Dessa forma, tem prevalecido desde 1995 no governo federal a visão de que a energia é vital para aumentar a competitividade brasileira no mercado internacional. Um dos argumentos utilizados é de que a energia baseada na matriz hídrica é limpa, renovável e sustentável.

Neste sentido, pretende-se observar qual foi o papel do Estado brasileiro na reorganização e no controle deste patrimônio do setor elétrico, no qual várias empresas internacionais passaram a deter grande parte das ações dessas empresas que até então eram organizadas e financiadas pelo Estado. A reorganização do setor elétrico nacional passou por um processo intenso de privatizações. Para que isso ocorresse dentro da lei e das normas do Estado houve mudanças legislação existente. Criaram-se instituições, agências, conselhos, associações, Comitês Técnicos para estudos de mercado e associações políticas que atuaram por dentro do Estado para justificar a entrega de todo este patrimônio ao capital estrangeiro.

A energia elétrica, por ter uma característica distinta (ser bem de consumo, de produção e de serviço) é estratégica para a acumulação de capital. O principal argumento utilizado no período foi de que o setor elétrico era ineficiente, atrasado, e que as estatais eram um peso para o Estado, de modo que a saída seria a abertura para atrair capital internacional, que prometia melhorar os serviços prestados à população.

O Brasil passou então a ser um território atrativo para acionistas e especuladores que miravam nele suas estratégias de negócio, pressionando ao mesmo tempo para que as instâncias do Estado lhes garantissem a segurança necessária para seus investimentos.

Dessa forma, a indústria da eletricidade, que contém a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia se tornou cada vez mais um elemento central na lógica da retomada da produção e da apropriação do valor. O negócio da energia elétrica se tornou extraordinariamente lucrativo e, por isso, intensamente disputado entre grupos capitalistas. De certa forma, isso fez com que um setor estratégico, com um potencial inigualável e baixíssimo custo de produção, associado a uma estrutura institucional (ANEEL, ONS, CCEE, etc.) que garantisse a mercadoria eletricidade ao preço internacional e colocasse a produção de eletricidade no Brasil como um das fontes de maior lucratividade no mundo. Por isso, se estabeleceu uma enorme disputa em torno da organização da indústria de eletricidade.

No atual cenário mundial vivemos uma crise do sistema capitalista, uma crise de superprodução que resulta na queda dos preços das mercadorias, reduzindo, assim, o lucro das empresas. Uma das saídas clássicas dos capitalistas tem sido intensificar a exploração da força de trabalho, mediante a retirada de direitos historicamente conquistados, a precarização das condições de trabalho e demissões em massa. Como exemplo, no ano de 2015 houve a aprovação no Congresso Nacional do PL 4330 que dispõe sobre a terceirização do trabalho e as relações dele decorrentes. O teor do referido projeto contempla o desejo dos proprietários dos meios de produção de que, se continuarem pagando os mesmos direitos trabalhistas e salários aos trabalhadores, as suas taxas de lucro irão baixar cada vez mais. Ao mesmo tempo, há um grande aumento da produtividade do trabalho em diversos setores da economia, explicado pelo avanço tecnológico e pela qualificação da força de trabalho.

Criaram-se leis e instituições com a função de facilitar a circulação do capital, a fim de minimizar o risco de perda dos capitalistas. Consolidou-se a disputa pela base da elevada produtividade, que é a hidroeletricidade e, ao mesmo tempo, a estrutura industrial da energia foi combinada às estruturas de negócio do sistema financeiro, aumentando a exploração dos trabalhadores e dos consumidores cativos. A tarifa de energia passou ser a principal forma de sustentação do atual modelo. Em suma, analisamos as consequências para a sociedade no terceiro capítulo desta pesquisa.

No que tange especificamente à história do setor elétrico brasileiro, nas últimas décadas o conjunto de medidas institucionais, que se traduziu na sua reestruturação e na privatização de importante parcela da indústria da eletricidade, promoveu uma reconfiguração territorial dos agentes responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Inicialmente concebida como uma empresa pública de escala nacional,

cuja tarefa central seria o planejamento setorial, a realização de pesquisas e projetos, a coordenação da implementação e operação de usinas geradoras e linhas de transmissão de energia elétrica, assim como acompanhamento do sistema interligado, a Eletrobrás, principal agente do setor elétrico, viu o seu papel e sua atuação se transformar nos diversos contextos econômicos e políticos pelos quais passou o Brasil.

O referencial teórico deste estudo inclui a interpretação da produção da mercadoria “energia” mediante a privatização do setor público, que requer o aumento da exploração dos trabalhadores do setor elétrico, elevação do valor da tarifa para a sociedade em geral, principalmente para os consumidores cativos, e a utilização da natureza (água) como base natural de alta produtividade. É preciso considerar que tudo isso ocorria no período de neoliberalização do capitalismo e da tentativa de consolidação da hegemonia política e econômica dos EUA no mundo todo.

Para dar consistência teórica, buscamos apoio nas pesquisas de Dorival Gonçalves, Harvey, Boito, Poulantzas, Ido Sauer, Garcia, Farias, Teodoro, Araújo, bem como em documentos oficiais do governo federal, da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia. A pesquisa também abarcou sites da Agência de Energia Elétrica e das associações de energia elétrica, entre outros.

CAPÍTULO 1 - A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO ANTERIOR AOS ANOS 1990

O Brasil foi um dos primeiros países a inaugurar, em 1889, ainda ao tempo do Imperador D. Pedro II, uma usina hidrelétrica. Naquele ano, corporações estrangeiras como a The São Paulo Railway e a Light and Power Company, obtiveram concessões de produção e distribuição de energia elétrica, o que lhes assegurava não só um negócio rentoso, mas também, um mercado cativo para a indústria de equipamentos elétricos dos países desenvolvidos (OFFE, 1984, p. 127).

O crescimento do setor elétrico no Brasil nos últimos 50 anos foi extremamente grande. Esse setor compreende, em sua totalidade, os processos industriais de produção, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica ligados a uma série de serviços que envolve planejamento e estudos técnicos de alta complexidade.

A primeira hidrelétrica de pequeno porte do país entrou em operação em 1883. Foi a primeira usina localizada no Rio Ribeirão do Inferno (atual afluente do Jequitinhonha), no município de Diamantina, em Minas Gerais. Juntamente com a usina foi inaugurada a primeira linha de transmissão do país, com extensão de dois quilômetros (SILVA, 2011, p.22). As instalações de maior porte foram construídas em torno das cidades de maior potência nesse período, Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1900, pela concessionária holding canadense Brazilian Traction, Light and Power, mais conhecida como Light. A sua potência somava 1.988MW, equivalente a 41% do total nacional instalado, estimado em 4.800MW (GCPS, 2002, p.12). A Light tinha muita influência junto ao Estado e acabou sendo “referência” na área de energia. Ainda quando fez os estudos e detinha quase a metade do potencial instalado no Brasil, ela mesma interferiu no processo regulatório, a fim de estabelecer normas que melhor acolhessem os seus próprios interesses.

Durante os primeiros anos do regime republicano houve novos investimentos em energia elétrica, mas de pequena monta. A partir de 1900 surgiram dezenas de concessionárias em vários pontos do país, inclusive por iniciativa de capitais nacionais.

1.1 A fase regional da estatização

O Estado brasileiro pré-1930 foi definido como sendo um Estado oligárquico, condicionado por uma economia primário-exportadora, cuja dependência à monocultura do

café havia evidenciado uma série de problemas estruturais e conjunturais (Iann, 1997, p.79).

O que chama a atenção foram as condições criadas para o progressivo desenvolvimento do Estado burguês.

É importante registrar que os acordos de prestação de serviços feitos nessa época na área da energia passaram por vários processos. Entre eles, chamado de interesse local (1889 – 1934), onde todo o direito e esforços se organizavam regionalmente, embora em 1903, no governo de Rodrigues Alves, surgissem os primeiros esforços para promover a regulamentação do setor energético no Brasil. Nessa década, poucos foram os marcos para o setor elétrico. Só em 1909 foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Eletrotécnico Brasileiro, a primeira instituição no país que reuniu profissionais do ramo, e a inauguração da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) (SILVA, 2011, p.27).

Em 1920, criou-se o primeiro órgão oficial relacionado à política do setor energético, a Comissão Federal de Forças Hidráulicas. Em 1927, no governo de Washington Luís, instalaram-se no país subsidiárias da American Foreign Power Company (Amforp), uma empresa do grupo americano Electric Bond and Share Corporation (Ebasco), fundado nos Estados Unidos em 1923 (SILVA, 2011, p. 27). A mesma chegou a ter o segundo maior parque de energia elétrica, equivalente a 10% do total nacional brasileiro (GCPS, 2002, p.14).

Dessa forma, rapidamente ocorreu uma transformação na organização da indústria de energia elétrica no Brasil e o capital nacional, que até então detinha significativa parcela do setor, perdeu espaço frente à expansão dos dois grupos estrangeiros: Light e Amforp.

A Light iniciou suas atividades em 1889 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A AMFORP iniciou suas atividades em 1924 e se instalou no interior do estado de Saulo e demais estados brasileiros.

A AMFORP, ao se instalar em São Paulo, percebeu que já havia muitas usinas geradoras, todavia, isoladas entre si. Trouxe consigo a tecnologia da interconexão entre elas, que dispensaria grandes investimentos na geração e distribuição da energia elétrica gerada. Bastaria a junção para aperfeiçoar a operação. Era dado o início do que veio a ser futuramente o chamado de Sistema Interligado Nacional (GONÇALVES, 2002).

O final do século XIX registrou o interesse do capital externo pelos serviços de eletricidade nas maiores cidades brasileiras. A partir de então, o capital nacional começou a conviver com o capital estrangeiro, que foi progressivamente ocupando os espaços e adquirindo o controle das empresas nacionais.

A vida nacional nesse período era alicerçada na produção agroexportadora e acompanhada pelo governo da primeira República (1889- 1930). Assim, a postura do Estado foi marcada por poucos esforços de nacionalização das empresas do setor e a autorização para a exploração era concedida exclusivamente à iniciativa privada.

O Brasil tinha todas as condições de se desenvolver com suas próprias pernas. Rui Barbosa, consultor jurídico do consórcio holding canadense, Brazilian Traction, Light and Power, acreditava que a exploração do potencial energético só poderia funcionar conforme o interesse público, mediante “monopólios de fato” em mãos de grandes empresas públicas ou por municipalidades. Não podemos deixar de registrar que, mais tarde, os maiores estudos de viabilidade e potencial energético no Brasil, principalmente na região Sudeste, foram feitos pelo consórcio Canambra entre 1962-1969, empresas dos EUA e Canadá (GCPS, 2002, p. 31).

Voltando ao período anterior, a Lei nº 1.145, de 31 de dezembro de 1903, que tinha como objetivo fixar o orçamento do país para o ano seguinte, apresentou em um dos seus artigos que:

Art. 23. O Governo promoverá o aproveitamento da força hydraulica para transformação em energia eléctrica applicada a serviços federaes, podendo autorizar o emprego do excesso da força no desenvolvimento da lavoura, das indústrias e outros quaesquer fins, e conceder favores ás empresas que se propuserem a fazer esse serviço. Essas concessões serão livres, como determina a Constituição, de quaesquer onus estadoaes ou municipaes.

Esta lei, no ano seguinte regulamentada pelo Decreto de nº 5.40, teve como principais realizações:

a) concessão sem exclusividade; b) o prazo máximo de concessão de 90 anos; c) a reversão para a União sem a indenização do patrimônio constituído pelo concessionário; d) a revisão periódica das tarifas a cada cinco anos; e) redução tarifária quando os lucros excedessem 12%; f) princípio tributário de que as concessões seriam livres de quaisquer ônus estatuais ou municipais e de direitos aduaneiros; g) autorização para o concessionário promover desapropriação; h) faculdade ao governo de resgate da concessão a qualquer tempo mediante indenização; i) fiscalização da concessionária pelo Governo Federal.

Conforme podemos observar, essa lei permitia que o governo federal aproveitasse a energia hidráulica dos rios brasileiros para fins públicos, sendo o uso dos excedentes

prioritariamente na agricultura. No entanto, na prática, as concessões para a geração e distribuição de energia elétrica eram estabelecidas entre concessionários, estados e municípios. Havia a necessidade de controlar o sistema com certa sintonia entre os estados e municípios, conforme a necessidades de cada região. De qualquer maneira, este pode ser considerado o embrião da regulação federal na indústria de energia elétrica.

1.2 Plano Nacional de interligação da produção e distribuição de energia elétrica no Brasil

As mudanças que ocorreram no setor elétrico na década de 1930 e no início da década de 1940, em certa medida, foram decorrentes das transformações que a própria sociedade brasileira vivia naquele período, como por exemplo, a revolução de 1930 e chegada de Getúlio Vargas à presidência.

O período de 1930-1945 é visto pela historiografia como marcado pela aceleração dos processos de industrialização e urbanização, com relevantes e amplas consequências para o setor de energia elétrica. Houve uma passagem rápida de um modelo de desenvolvimento pautado pela economia agroexportadora, quase que exclusivamente monocultora (café), em direção a outro modelo caracterizado pela urbanização e industrialização. O programa de modernização posto em prática exigia um Estado que estivesse acima dos interesses locais, onde as questões de Estado deviam assumir um caráter claramente nacional (Martins, 2009, p.30). O que contribuiu também para o desenvolvimento do setor elétrico foi à necessidade de expansão por parte da indústria. A produção industrial cresceu cerca de 50% entre os anos de 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno avançou 40% nesse mesmo período (Furtado, 2007).

Portanto, na área de energia, no período da constituição federal ou da federalização (1934–1950), o conceito estabelecido era claro: o fornecimento de energia elétrica é um serviço público federal, prestado diretamente pela União ou sob regime de concessão ou permissão, e compete privativamente à União legislar sobre energia elétrica.

A intervenção do Estado no setor começa a ganhar força com o Código das Águas, de 1934, que impôs a revisão dos contratos de concessão existentes, assegurando à União o monopólio da concessão para aproveitamento de todo potencial hidroelétrico e o controle maior sobre as concessionárias, fazendo a fiscalização técnica, contábil e financeira das empresas do setor, inclusive de empresas privadas que passam para o controle da União.

Segundo Peiter (1994, p. 20), foi durante o Estado Novo que surgiu a primeira tentativa de realizar um planejamento nacional para o setor elétrico, ao ser criado um novo órgão governamental, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), em 1939, diretamente subordinado à Presidência da República. O CNAEE tinha por objetivos regulamentar o Código de Águas, analisar e organizar a execução das interligações entre sistemas isolados e manter o governo informado sobre as questões do setor.

Com o Código de Águas, as mudanças mais importantes passaram a ser:

1. A propriedade dos rios deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser propriedade do município, do estado ou da União;
2. A propriedade das quedas d'água e do potencial hidrelétrico deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser patrimônio da nação, sob a forma de propriedade da União;
3. As tarifas passariam a ser fixadas segundo os custos de operação e o valor histórico dos investimentos;
4. O Estado passava a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo, pelo menos teoricamente, as condições para controlar as atividades das empresas privadas.

No entanto, mais tarde as mudanças implementadas através do Código de Águas, a definição do custo histórico como remuneração do investimento, a descapitalização das empresas e a alta dos preços foram os argumentos utilizados para justificar a falta de investimentos no setor.

Ocorreu entre os anos de 1950–1990 a estatização do setor. Tanto o ano de 1945 quanto 1962 foram marcos históricos fundamentais para o setor elétrico conforme veremos a seguir.

Os anos de 1939-1945 foram marcados pela II Guerra Mundial, quando praticamente se interrompeu o processo de construção de novas unidades geradoras devido à impossibilidade de importação de equipamentos necessários a essa atividade. Porém, no final da Segunda Guerra Mundial 1945, voltou a perspectiva de retomada do crescimento para a economia mundial e na escala nacional. Em 1945 foi criada a CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), com intuito de promover o aproveitamento do Rio São Francisco (Decreto-Lei n. 8.031/45), de Itaipu (Lei nº 5.899/73) e de empresas estaduais. Cabe destacar que, em 1943 já tinha sido criada a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), no Rio Grande do Sul, para aproveitar o potencial daquele estado.

A queda do Estado Novo, que se traduziu numa nova marcha na política econômica brasileira, com implicações para a indústria do setor, abriu um período de transição para a organização do setor elétrico, no qual o Estado se constituiria no seu personagem central.

A chegada ao poder de Eurico Gaspar Dutra em 1946 marcou um novo período para o setor elétrico. O principal projeto da administração Dutra foi o Plano SALTE⁵ que por sua vez, destinou 16% do orçamento total para o setor de energia, uma fração expressiva. Segundo Martins, o governo adotou uma postura conservadora, pois não teria dado prioridade ao avanço da industrialização, nem à reestruturação do modelo agroexportador. Em 1952, o plano Salte foi abandonado (MARTINS, 2009, p. 42).

Já em 1951, durante o segundo governo Vargas, formou-se a Comissão Mista Brasil-EUA, que, em linhas gerais, produziu um relatório que não se diferenciava de maneira significativa do relatório Cooke⁶. O documento recomendava a permanência do Estado enquanto um ente regulador do setor elétrico e acrescentava que intervenções diretas poderiam acontecer de maneira complementar à iniciativa privada (PEITER, 1994, p. 28).

Em 1952 criou-se a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A) para realizar o plano de eletrificação do estado. Em São Paulo, diversas ações foram realizadas até a criação da CESP (Companhia Energética de São Paulo). Todas essas iniciativas foram fundamentais para definir o perfil do setor elétrico brasileiro.

As bases legais que permitiriam a viabilização de uma maior participação do Estado no setor de energia foram elaboradas pelo Poder Executivo e encaminhadas ao Congresso em 1953.

Em 1954, o segundo Governo Vargas tentou enfrentar a crise crônica, com inflação dos produtos alimentícios de primeira necessidade, varias greves, dentre delas a de São Paulo que reuniu em torno de 300 mil pessoas, troca de ministros causando forte instabilidade em seu governo

Peiter destaca as quatro principais propostas do PNE: (a) constituição de sistemas interligados regionais; (b) construção de longas linhas de transmissão; (c) divisão do país

⁵ **Plano SALTE** é o nome de um plano econômico elaborado pelo governo brasileiro, na administração do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de setores como **saúde, alimentação, transporte e energia** (exatamente o significado da sigla "SALTE").

⁶ A convite do governo brasileiro, chega ao Brasil, em 1942, uma comissão chefiada por norte-americanos, chamada de Missão Cooke, com o objetivo de realizar um diagnóstico global da economia brasileira e propor soluções para esta. Ao final dos trabalhos, o relatório Cooke destaca que o déficit de energia seria o principal gargalo para o desenvolvimento industrial e apontava a interligação dos sistemas como metal principal e os investimentos na hidroeletricidade como caminhos para superar as deficiências energéticas.

em regiões energéticas auto-suficientes; e (d) centralização do planejamento em um único órgão federal (PEITER, 1994, p. 21).

No Plano Nacional de Eletrificação, em relação à divisão de atividades no setor, coube às empresas públicas federais e estaduais o comando da ampliação da capacidade de geração e a interligação do sistema elétrico, enquanto as empresas estrangeiras como Light e Amforp se especializariam na distribuição (LORENZO, 2002, p. 152).

O PNE ressaltava que o campo da distribuição de energia elétrica era o mais apropriado para o setor privado por demandar um menor volume de capital fixo e permitir um retorno mais rápido dos investimentos efetuados.

A chegada de Juscelino Kubitschek (JK) à Presidência da República em 1956 resultou na utilização sistemática de recursos externos para acelerar a industrialização do Brasil, que cresceu a passos largos durante o seu governo, que mais tarde também trouxe consequências. Mesmo assim, ao longo de todo governo JK, o Estado trilhou o caminho da estatização da geração de energia elétrica, se tornando, em poucos anos, responsável pela maior parte da produção. FURNAS (Furnas Centrais Elétricas S.A) foi criada em 1957 para fazer uma grande usina no Rio Grande, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

De todo modo, o setor elétrico brasileiro chegou a deter 22,9% da potência instalada em 1960. Durante a década de 1960, na qual os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (considerados mais desenvolvidos) também investiram em programas de eletrificação, assumindo a construção e operação de usinas e linhas de transmissão, as hidroelétricas foram construídas sem o conhecimento mais amplo das bacias hidrográficas, onde se podia fazer a interligação, de modo que as usinas ficaram isoladas uma das outras.

Somente em 11 de junho de 1962 foi oficialmente criada a Eletrobrás pelo governo João Goulart. O Banco Nacional Desenvolvimento Econômico (BNDE) junto às concessionárias criou um fundo federal para tratar do setor (Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002, p.17-21). A própria criação da Eletrobrás, no entanto, não se deu pacificamente. Na época, houve intenso debate entre privatistas e nacionalistas (PEREIRA, 1975, p. 45).

O Projeto de Lei da criação da Eletrobrás levou sete anos em tramitação no Congresso Nacional. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), na sua III Reunião Plenária, de 1957, assumiu uma posição contrária à criação da Eletrobrás, respaldada por quase todos os porta-vozes do capital privado. Se, por um lado, a corrente privatista denunciava o projeto da Eletrobrás, por outro, uma ampla gama de manifestações

favoráveis à estatal encontrou eco nas vozes de estudantes, sindicatos, militares, jornalistas, o que lembrava, numa escala menor, o movimento "o petróleo é nosso". (Martins, 2009, p. 46).

Vieira e Vainer afirmam que no mesmo período estavam ocorrendo cortes de energia e racionamento pela falta de investimentos, afetando a vida cotidiana dos maiores centros urbanos. “Esta situação e a recusa sistemática da Light e da Amforp” de investirem e, ao mesmo tempo, “reinvestirem seus lucros no país, impulsionaram a intervenção estatal (...) A estatização vai ser levada adiante pela ditadura militar, que subiu ao poder através do golpe de 01 de abril de 1964” (Vieira e Vainer, 2004, p. 03).

No entanto, a criação da Eletrobrás simbolizou a emergência do Estado como regulador e, até mesmo, produtor de energia. Contribuíram para isso a fragilidade em que se encontravam as empresas privadas estrangeiras e seu pouco empenho na ampliação da capacidade instalada do país, além da crescente hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista.

De forma geral, o setor elétrico brasileiro teve seu período de crescimento durante os anos cinquenta, sessenta e setenta. A qualidade do sistema elétrico brasileiro foi organizada pelo Estado brasileiro de forma centralizada, através do Ministério de Minas e Energia, criado em 1960. Com a criação da Eletrobrás, pela Lei nº 3.890, sua missão enquanto holding das estatais federais foi de coordenar os órgãos ligados ao setor elétrico nas regiões: CHESF, que atuaria na região nordeste, com exceção do Maranhão; FURNAS, que atuaria na região sudeste, em Goiás e no Distrito Federal; ELETROSUL, que atuaria na região sul e no estado do Mato Grosso do Sul e ELETRONORTE, que atuaria nos estados da região norte, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Coube a Eletrobrás a função de expandir e coordenar o setor de produção de energia no Brasil.

Nas décadas de 1960/1970, a presença do Estado nacional no setor elétrico se fortaleceu ainda mais, em razão do acelerado crescimento econômico, chamado de 'milagre brasileiro', só interrompido com a estagnação da economia ao longo dos anos de 1980. A decisão foi a de industrializar o país e controlar a produção de energia.

Nesse mesmo período se criaram vários órgãos reguladores, departamentos, decretos e leis para coordenar esta nova estrutura do setor para a produção de energia elétrica. Além da reorganização da produção e distribuição de energia elétrica, uma estrutura de financiamento foi sendo implementada com um espírito nacionalista e com base no Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE), base do Fundo Federal de Eletrificação (FEE).

Já que a iniciativa privada não correspondia às necessidades de investimento para a expansão de energia elétrica, com o argumento de que a tarifa também não dava o devido retorno esperado por elas, a geração necessitava de capital intensivo, que o Estado brasileiro proveu pesadamente durante 40 anos.

Embora o setor elétrico tenha começado a se desenvolver antes dos demais setores de infraestrutura, a intervenção estatal iniciada com o Código de Águas despertou para a necessidade de um planejamento que favorecesse a expansão e viabilizasse o financiamento, já que o problema de suprimento de energia era apontado como um dos obstáculos ao desenvolvimento do país. Dessa forma, iniciam-se as discussões sobre medidas que integrassem os estados, bem como os recursos para o financiamento da expansão, além da coordenação e operação do sistema elétrico nacional.

No período dos anos 1960 a 1990, as empresas públicas de energia elétrica instaladas nas regiões começaram a crescer com mais força e investiram na produção de maior geração de energia. No Brasil e na maioria dos países do mundo, a indústria de eletricidade, até o fim da década de 1980 e início de 1990, caracterizava-se como um ramo da produção cuja estrutura de organização era constituída por empresas verticalizadas e federais – uma única empresa produzia, transportava e distribuía a eletricidade. No caso do Brasil a condução desse sistema cabia a Eletrobrás. Essa concepção industrial, nos países onde a demanda exigiu a implantação de complexos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, expandiu-se através de empresas – com dimensão nacional, regional e local – de propriedade estatal, sob o regime de monopólio, para o atendimento aos usuários finais; isto é, havia um único prestador do serviço (GONÇALVES, 2007, p. 27).

Os primeiros estudos de maior investimento no Brasil se deram nos anos de 1950 efetuados por empresas de capital privado, contando com recursos do Fundo Especial das Nações Unidas, o SUNFED (Special United Nations Fund for Economic Development) e do Banco Mundial e sob a supervisão da Eletrobrás. Os estudos foram realizados por técnicos brasileiros, assessorados por especialistas canadenses e americanos do consórcio Canambra Engineering Consultants Limited. É importante destacar que os estudos foram feitos por empresas privadas, porém os investimentos neste período se deram por iniciativa do Estado, entendendo que as empresas privadas não dispunham de seus recursos para os investimentos necessários.

Na época, o potencial hidráulico brasileiro foi avaliado em 14.352 MW. A energia era ainda um bem escasso e era produzida por empresas grandes e pequenas em alguns

estados, principalmente na região Sudeste, enquanto no Nordeste e no Norte ainda em pequena escala. A energia térmica era a mais explorada no Brasil. Com a primeira crise do petróleo mundial em 1973, a energia hídrica ganhou mais atenção e estudos de viabilidade econômica para o futuro, e o Brasil, nesse período, estava com suas taxas anuais de crescimento em torno de 10%, devido principalmente ao setor industrial que crescia, em média, 13% (GCPS, 2002, p.79).

É importante ressaltar a influência da crise do petróleo no mundo e no Brasil nesse período. Segundo Vieira e Vainer:

Em 1973 um evento internacional vai mudar a situação energética em todo o mundo: a crise do petróleo. Com a elevação dos preços, que é reforçada por uma segunda crise no final da década, os países centrais passam a transferir para países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia. Assim, o Brasil se transformava, progressivamente, juntamente com outros países periféricos, em um exportador de produtos eletrointensivos, isto é, que exigem grande quantidade de energia para serem produzidos. O Japão, por exemplo, praticamente fecha sua indústria de alumínio primário, e passa a importar de países como o Brasil. Na Europa quase toda a indústria siderúrgica fechou as portas (Vieira e Vainer, 2004, p. 04).

Com a crise do petróleo, o custo da produção industrial de modo geral se torna mais elevado. Isso obriga os capitalistas a rever suas estratégias de produção no mundo e a mapearem territórios que detivessem maiores condições de baixo custo, com mão-de-obra barata, recursos naturais e abertura do Estado para investir em vários setores que poderiam desenvolver o país e abrir as portas para o capital internacional. Esta tarefa é transferida para o Brasil e outros países periféricos.

É colocada nesse momento uma situação aos brasileiros que exigiria maior esforço no sentido de executar um projeto industrial que não fazia parte de um plano soberano do próprio país, mas sim de uma estratégia pensada por agentes interessados em transferir o ônus da crise energética para os Estados da periferia e a grande maioria da sua população.

Nesse período, a história do setor elétrico brasileiro passou de uma fase de expansão avançada para outra de retração. Os planos governamentais dependiam tanto das políticas externas quanto das posturas governamentais e interpretações sobre o cenário internacional e o papel que a energia elétrica poderia desempenhar nas diferentes conjunturas. As forças mais dinâmicas do capital internacional estabeleceram no Brasil uma situação que fez com que nosso país aprofundasse a sua condição de economia

exportadora de produtos primários, dependente de recursos externos e da importação da alta tecnologia.

Segundo Gonçalves, controlar a energia é estratégico, pois, com isso, controla-se trabalho em potencial. A economia não paira no ar, ela está inscrita nas relações sociais e depende de energia. O capitalismo é, pela natureza da sua própria história, fossilista (GONÇALVES, 2015, p. 31).

Também nesse período considerado de segurança nacional, as decisões em relação aos novos desafios eram tomadas nos palácios e nos quartéis, secretamente. A democracia ainda era o sonho que alimentava as lutas de resistência da classe trabalhadora.

Contudo, podemos analisar que as condições da população neste período não eram das melhores e os direitos humanos no período da ditadura foram fortemente violados.

Vieira e Vainer afirmam que nesse período em que mais se construíram hidrelétricas, a falta de acesso à energia elétrica por milhões de famílias prosseguiu, com destaque para o fato de que parte dos próprios atingidos por barragens não tinham acesso à energia. A propósito, a prioridade dos investimentos do grande capital não era para o bem estar da população, mas para organizar a própria estrutura do capital para a sua reprodução ampliada. Ainda segundo os autores:

Enquanto isso, cerca de 20 milhões de pessoas permaneciam sem acesso à eletricidade. No meio rural, somente 1/3 das propriedades recebiam energia elétrica. E as populações atingidas eram tratadas como gado, tangidas com violência e total desrespeito aos seus direitos: em Sobradinho, que expulsou cerca de 70 mil pessoas, as pessoas quase são atingidas pelas águas, pois não havia sido providenciado nem mesmo seu reassentamento. E quando, como em Itaipu, houve tentativas de resistência, a repressão foi brutal (Vieira e Vainer, 2004, p. 04).

Nesse sentido, a energia se convertia como um bem de produção (para a indústria) e de consumo para as cidades e o meio rural. Porém, podemos perceber a ineficiência, e ao mesmo tempo, as tentativas arbitrárias de se construir de forma violenta as barragens para suprir tamanha necessidade de energia. Dentro de um plano que tão pouco seria da e para a maioria dos brasileiros.

Para melhor entendimento dos elementos históricos trazidos até aqui, podemos observar no quadro 01 a síntese dos principais acontecimentos que marcaram o setor elétrico brasileiro ocorridos no período de 1880 até 2000.

Quadro 01 – Síntese dos principais acontecimentos do setor elétrico Brasileiro (1880 - 1980)

Década	Acontecimentos
1880	Construção das primeiras usinas termelétricas e hidrelétricas.
1889	Ingresso da São Paulo Railway, Light and Power – Grupo Light; Concessão da Light para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.
1900	O Decreto no 5.407 estabelecia revisões tarifárias a cada cinco anos para os contratos de concessões; 1905, os contratos passaram a contar a “cláusula-ouro”, revisão de suas tarifas pela variação cambial;
1920	Chegada do grupo americano América and Foreign Power Company – Amforp; Avanço técnico na produção de energia elétrica; monopolização dos grupos estrangeiros no setor elétrico; Predominância da hidreletricidade na Região Sudeste.
1930	1933 - extinção da “cláusula-ouro”; 1934 - através do Decreto no 26.234 foi criado o Código de Águas, principal marco institucional do setor; 1939 - criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE.
1940	Primeiras experiências de estatização no setor elétrico; criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE, no Rio Grande do Sul; 1945 -, Decreto-Lei no 8.031, criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF; 1946 - inauguração da hidrelétrica de Gafanhoto.
1950	Intervenção econômica mais efetiva do governo; 1952 -, constituição da CEMIG; Criação do Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE) e do Fundo Nacional de Eletricidade (FNE); 1957 - criação de FURNAS; Crise da oferta de energia.
1960	Constituição da Eletrobrás; Criação do Ministério das Minas e Energia; Instituição do empréstimo compulsório; Reformulação da cobrança do IUEE; Criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE); Correção monetária do ativo imobilizado; Formação do Canambra; Reajuste das tarifas de energia superiores a inflação (1964 – 1967); Compra e incorporação do grupo Amforp ao sistema Eletrobrás.
1970	1971 - criação da Reserva Global de Reversão; Criação dos Grupos Coordenadores para Operação e Planejamento do Sistema - GCOI e GCPS; Interligação do sistema elétrico; Aprovação da equalização tarifária e CRC; Projeto de grandes obras: Tucuruí, Itaipu, Programa Nuclear, etc.; Incorporação do grupo Light ao sistema Eletrobrás.
1980	Eclosão da crise do setor elétrico; Extinção do IUEE; Descapitalização do setor elétrico; Conflito de interesses entre holding e as concessionárias estaduais; Ruptura das fontes de financiamento, aumento da taxa de juros, inadimplência setorial, perda do valor real da tarifa de energia elétrica.

1990	1994 - FHC ganha às eleições. A década das privatizações, quando neoliberalismo avança com maior força. 1997 o auge das privatizações. Retomada do capital internacional sobre o setor elétrico brasileiro.
2000	2001- As metas de investimentos pelas empresas privadas não foram cumpridas, o que causou apagão no Brasil. Reconheceu-se a necessidade da geração continuar sob controle do Estado; Desequilíbrio externo brasileiro; 2002- Lula é eleito presidente do Brasil. 2004 - Criação da EPE; Aumento nas tarifas de energia.

Fonte: Elaboração da autora.

É importante destacar quatro períodos que marcaram tomadas de decisão importantíssimas, tanto política como econômica, e suas consequências para a área da energia.

O primeiro período marcante foi entre os anos de 1889 até 1930. Com a proclamação da República em 1889, a economia brasileira dependia essencialmente das exportações de bens primários, sobretudo do café cultivado na região Sudeste e da borracha extraída da Amazônia. Começam as construções das primeiras hidrelétricas, uma novidade importante que levava energia mais aos centros urbanos do que ao meio rural, permanecendo a energia como um recurso ainda muito escasso. Avança a instalação das companhias estrangeiras, com a concessão da Light para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O segundo período foi de 1930 até 1962. A revolução de 1930 conduziu Getúlio Vargas ao poder e marcou uma nova etapa na vida política do país. Criou-se o Código de Águas e a necessidade de transformar as companhias privadas e estrangeiras em estatais, por não responderem a investimentos que o país vivenciava.

O terceiro período foi entre 1962 e 1990. Neste período estava no comando do país João Goulart e logo houve golpe militar no Brasil com instalação de uma ditadura que durou até o ano de 1985. Hidrelétricas de grande porte foram construídas e populações inteiras foram despejadas de seus territórios.

O quarto período pode-se afirmar que é de 1990 até 2002, quando se coloca a retomada do capital internacional na privatização do setor elétrico brasileiro, uma grande infraestrutura montada e interligada, que é vista como um negócio a ser explorado.

1.3 O período neoliberal, o Estado e o governo FHC

Primeiramente é importante deixar claro que não podemos tratar o processo de privatização e reorganização da indústria elétrica brasileira sem antes trazer presente o pensamento hegemônico imposto mundialmente a partir da década de 1970 na Europa.

A partir da década de 1970, vários países se permitiram experiências comuns às práticas políticas e econômicas do neoliberalismo, como a desregulação econômica, a privatização e a retirada do Estado de certas esferas sociais.

Se, no passado, o caminho necessário para o crescimento econômico no Brasil havia sido o nacional-desenvolvimentismo, sob o qual a centralidade do Estado como ator econômico havia sido necessária, o ideário do governo brasileiro enxergou na mudança do papel do Estado na economia e na sociedade o caminho natural para superar a estagnação característica da "década perdida".

No Brasil, o neoliberalismo se materializou com mais força no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 – 1999-2002). Ele estava disposto a implementar tal ideário e, conseqüentemente, grande parte dessas decisões recaem sobre o setor elétrico brasileiro.

A construção dos princípios do neoliberalismo se deu através da publicação dos ideais de fundação da Mont Pelerin Society, organização de acadêmicos liderados por Milton Friedman, Karl Popper, Friedrich Hayek, entre outros, que defendiam como valores centrais da civilização a liberdade, a propriedade privada, o mercado competitivo e a adesão aos princípios dos economistas neoclássicos da segunda metade do século XIX (HARVEY, 2008, p. 29).

Assim David Harvey define o neoliberalismo:

El neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas político-económicas que afirma que la mejor manera de promover el bienestar del ser humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo, dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, fuertes mercados libres y libertad de comercio. El papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo de estas prácticas. Por ejemplo, tiene que garantizar la calidad y la integridad del dinero. Igualmente, debe disponer las funciones y estructuras militares, defensivas, policiales y legales que son necesarias para asegurar los derechos de propiedad privada y garantizar, en caso necesario mediante el uso de la fuerza, el correcto funcionamiento de los mercados. Por otro lado, en aquellas áreas en las que no existe mercado (como la tierra, el agua, la educación, la atención sanitaria, la seguridad social o la contaminación medioambiental), éste debe ser creado, cuando sea necesario, mediante la acción estatal. Pero el Estado no debe aventurarse más allá de lo que prescriban estas tareas. La intervención estatal en los mercados (una vez creados) debe ser mínima

porque, de acuerdo con esta teoría, el Estado no puede en modo alguno obtener la información necesaria para anticiparse a las señales del mercado (los precios) y porque es inevitable que poderosos grupos de interés distorsionen y condicionen estas intervenciones estatales (en particular en los sistemas democráticos) atendiendo a su propio beneficio (HARVEY, 2008, p. 08, 09).

Harvey explica que o papel do Estado no neoliberalismo consistiria em "criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas", assegurando "funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais", e também "o funcionamento apropriado dos mercados", pela força, se for necessário.

O autor explica também que, na compreensão neoliberal, o Estado não deve ir além dessas atribuições, sendo assim, suas intervenções devem ser as menores possíveis, já que o Estado não possui capacidade suficiente para entender devidamente os sinais do mercado.

Assim, Harvey define como Estado neoliberal: "um tipo particular de aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros". Na prática os domésticos também são subordinados aos estrangeiros para que se garanta a liberdade de mercado e comércio no mundo e também no mundo dos que vem de fora.

Neste sentido, garantiriam as liberdades individuais. Assim, "as liberdades que ele o Estado encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro" (Harvey, 2010, p.142).

Os meios de comunicação social propagandeam isso diariamente, fazem com que aflore dentro dos telespectadores a euforia da liberdade, individualismo, da disputa, do que vem de fora (estrangeiro) é melhor, e ao mesmo tempo a propaganda da importância do privado e que o Estado é corrupto e ineficiente. Todos os programas, os tele jornais especialmente, de alguma forma passam essa mensagem intencionalmente.

O que cabe ao mercado é diminuir o número de questões que devem ser decididas por meios políticos. Aqui se coloca uma mudança de responsabilidades, pela qual a economia, que até então era coordenada politicamente pelos Estados, agora passa a comandar a política. Sendo assim, todas as tomadas de decisões devem ficar reféns e em função de interesses econômicos internacionais. Em resumo, as questões de comando da política seriam deliberadas pela "mão invisível" do mercado, sem fronteiras.

Fiori sustenta isso quando assinala que o neoliberalismo requer "o menos de Estado e de política possível", assim a palavra de ordem será "despolitizar a economia e reduzir ao mínimo a intervenção do Estado na vida social" (FIORI, 2001, p. 77). Aqui temos que interpretar a palavra despolitizar, que passa a ter o sentido inverso, politizando-se na lógica do capital.

Por outro lado, Boito Júnior coloca a disputa existente antes do processo consolidado:

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (BOITO JÚNIOR, 1999, p.45).

A concorrência, o individualismo e a liberdade passam a ser evocados para se avançar na direção do lucro sem a regulação política do Estado. É a construção do pensamento de que "você" pode ser ou é o Estado. Por isso que uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um "controle social consciente" e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham (HAYEK, 1990, p. 63).

O neoliberalismo combinou autonomia econômica com defesa do livre mercado e do individualismo, aceitação da desigualdade social, menos Estado, moeda forte, privatizações, equilíbrio fiscal e competitividade global. Com isso, o neoliberalismo se tornou hegemônico, no rastro das crises econômicas dos anos de 1970. "E, o que é mais surpreendente, uma utopia ou crença quase religiosa, difundida igualmente nos países ricos e pobres" (FIORI, 2001, p. 75).

Se analisarmos os efeitos do modelo neoliberal privatista na área da energia, percebemos que o mesmo trata a energia como uma mercadoria. O processo de privatização do setor elétrico brasileiro fez com que a energia passasse a ser uma mercadoria diferenciada, estratégica, que acaba fortalecendo a expansão do capital, por ser um serviço que, junto com tecnologia avançada ou não, trabalho precarizado e com recurso natural (água) e custo de produção baixa torna mais rentável a exploração capitalista.

Segundo Walter, a ciência deixa de ser patrimônio comum da humanidade e tende a perder seu caráter potencialmente livre e democrático (...), afinal, a política é parte da

ciência (WALER, 2006, p.113-114). A ciência que é produzida socialmente pelos trabalhadores, quando traduzida em novas tecnologias não serve necessariamente para facilitar o trabalho, e sim, para aumentar a exploração dos trabalhadores. Tanto a ciência, como a técnica são partes essenciais do processo de trabalho e se constituem num mundo específico de conhecimento (WALER, 2006, p.118).

No ano de 1989, o Instituto de Economia Internacional realizou um seminário dedicado a avaliar a implementação das reformas neoliberais nos países latino-americanos. O resultado ficou mundialmente conhecido como “Consenso de Washington”. Nas palavras do próprio John Williamson: “fiz uma lista das dez reformas que julguei que Washington podia concordar que eram amplamente necessárias na América Latina a partir de 1989” (WILLIAMSON 2003, apud ALMEIDA, 2010, p. 284).

Definiu-se uma agenda de 10 pontos de políticas que os países latino- americanos deveriam cumprir:

1. Déficits orçamentários pequenos o bastante para serem financiados sem recurso ao imposto inflacionário;
2. Gastos públicos redirecionados de áreas politicamente sensíveis que recebem mais recursos do que seu retorno econômico é capaz de justificar para campos negligenciados com altos retornos econômicos e potencial para melhorar a distribuição de renda, tais como educação primária, saúde e infraestrutura;
3. Reforma tributária, de forma que alargue a base tributária e reduza alíquotas marginais;
4. Liberalização financeira, envolvendo um objetivo final de taxas de juros determinadas pelo mercado;
5. Uma taxa de câmbio unificada a um nível suficientemente competitivo para induzir um crescimento rápido nas exportações não tradicionais;
6. Restrições comerciais quantitativas a serem rapidamente substituídas por tarifas que seriam progressivamente reduzidas, até que fosse alcançada uma taxa baixa uniforme da ordem de 10% a 20%;
7. Abolição de barreiras que impedem a entrada de investimento estrangeiro direto;
8. Privatização de empresas de propriedade do Estado;
9. Abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição;
10. A provisão de direitos garantidos de propriedade, especialmente para o setor informal.

Depois de anunciados os dez pontos colocados por John Williamson, aconteceram pelo mundo afora debates polêmicos sobre todos os pontos, e assim foi se dando o processo: uns pontos avançaram mais, outros menos, porém um dos mais discutidos foi o oitavo, que prescrevia a privatização de empresas de propriedade do Estado.

No início da década de 1990, muitas das políticas econômicas latino-americanas já haviam tomado o rumo orientado pelas instituições sediadas em Washington. No Brasil não foi diferente. Assim, o Consenso de Washington teve papel fundamental nessa conjuntura, na qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial atuaram no sentido de impulsionar e difundir uma agenda a ser aplicada pelos Estados, a fim de garantir as melhores condições possíveis para o capital se movimentar e se valorizar.

No Brasil, o papel do Banco Mundial no setor elétrico foi assim descrito por Vieira e Vainer:

Desde 1944, quando foi criado, até 1993, o Banco Mundial, principal financiador de grandes barragens, ajudou a construir mais de 600 barragens, em 93 países, com empréstimos de 58 bilhões de dólares. Quem hoje vê os porta-vozes do Banco Mundial condenando as empresas estatais e a intervenção do Estado na economia não deve esquecer que foi este mesmo Banco que, durante décadas, apoiou política e financeiramente ditaduras brutais e seus grandes projetos estatais – que deveriam como se dizia na época, “promover o desenvolvimento”. Nós sabemos hoje que tipo de desenvolvimento eles promoveram (Vieira e Vainer, 2004, p. 05).

Neste período, o discurso da incapacidade de financiamento público dos setores de infraestrutura era evocado por acadêmicos, técnicos das Nações Unidas, agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo norte-americano e economistas de diversos países das Américas. Em resumo, o Consenso de Washington prescreveu várias prioridades a serem implementadas pelos governos latino-americanos, principalmente a privatização de estatais; reformas constitucionais, especialmente fiscais e tributárias; flexibilização dos direitos trabalhistas; desregulamentação da vida econômica; redução dos investimentos do Estado em políticas públicas básicas; e reforma do Estado com redução do funcionalismo (SAUER, 2003, p.16). Um novo papel político passou a ser imposto para o Estado. Segundo Batista:

Passou-se a admitir abertamente a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular políticas macroeconômicas e a conveniência de transferir esta grave responsabilidade a organismos internacionais. [...] O

funcionamento das instituições democráticas, parece até mesmo a ser visto como um excesso de democracia. [...] Para o consenso de Washington era em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois. [...] Fala-se em emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente, [...] Implica na obrigação de aceitar o capital estrangeiro sempre que este desejar investir na prestação de serviços e exijam presença local ou a exploração de recursos naturais (BATISTA, 1994, p. 09 e p. 23).

Fica evidente no Consenso de Washington a liberdade do capital na globalização. Para Garcia, “a expansão capitalista implica, entre outras coisas, o acirramento da contradição capital-trabalho, dentro e fora das fronteiras nacionais quando coloca em seu sistema uma elevada exploração padronizada dos trabalhadores” (GARCIA, 2012, p. 229).

Segundo Gonçalves, exerce grande fascínio a ideia de globalização como superação das fronteiras e das barreiras locais e nacionais (GONÇALVES, 2015, p. 14).

Conforme Walter, sob os auspícios do Banco Mundial e outros organismos supranacionais, serão construídas grandes hidroelétricas em vários cantos do mundo e abertas estradas por todo o lado, indústrias se transladarão por regiões que antes as desconheciam, assim com a revolução verde colonizará os espaços agrários da América Latina, Ásia e África. Mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização (WALTER, 2006, p. 65- 83). Globalizar para controlar e dominar o que é essencial para manter o sistema capitalista mundial.

Dentro da indústria de eletricidade, que até o fim de 1980 e início da década 1990 caracterizava-se como um ramo da produção estatal na maioria dos países, depois do Consenso de Washington começou um intenso processo de reformas. No Brasil não seria diferente, tendo em vista a capacidade de instalação de grandes e pequenas obras e o grande potencial a ser explorado. Para garantir que as empresas tivessem segurança nessa nova fase de controle privado, criou-se um novo marco regulatório em relação à propriedade das empresas (GONÇALVES, 2007, p. 02).

O Plano Nacional de Desestatização (PND) se deu pelo marco jurídico do programa de privatização do governo de Fernando Collor e foi constituído pela lei nº 8031, de 12 de abril de 1990. Trazemos uma passagem de seu discurso como presidente do Brasil proferido no Congresso no dia 15/03/1990.

[...] sua privatização [das empresas selecionadas] possibilitará o aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos, criando assim condições para o aumento da oferta de insumos básicos a preços menores. [...] a privatização não se limita à venda das empresas, mas também engloba a concessão ao setor privado da

exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, a ser regulamentada por lei (Collor 1991, apud Almeida 2010, p. 32, 33).

O programa de desestatização esteve delineado por questões que a partir de então assumiriam papel central na agenda política nacional e assim, mundialmente se daria a construção do consenso em torno da agenda neoliberal, que tinha nas privatizações um de seus principais pilares.

Em 1992, em meio ao pedido de impeachment do presidente Fernando Collor, decidiu-se desencadear a privatização do setor mediante o Programa Nacional de Desestatização (PND), com a privatização das empresas Light e Escelsa.

A Light passou de privada nos anos 1930, logo nos anos 1960 foi absorvida pelo controle da Petrobrás e novamente passa a ser privada no bojo das privatizações ainda no governo Collor.

A Light exercia um poder de influência considerável, conformando a chamada “bancada da Light”. Tinha muitos juízes a seu serviço, assim como grandes jornais, revistas e estações de rádio. Apoiava sistematicamente os candidatos e partidos conservadores, antipopulares vinculados ao capital estrangeiro (Vieira e Vainer, 2004, p. 02).

Em 1992 ocorreu uma flexibilização da lei que tratava do Regime Econômico dos Concessionários de Serviços de Eletricidade, extinguiu-se a equalização tarifária entre as regiões. As prestações de serviços poderiam ser realizadas por empresas privadas, o que era vedado, por ser obrigatoriamente realizadas por empresas públicas (TOLMASQUIM, 2002, p. 48).

Segundo Almeida, a hipótese principal é a de que a crise de hegemonia que marcou o governo Collor levou à reconfiguração das estratégias da fração de classe dominante que assumiria, assim, o controle do aparelho de Estado durante o governo Fernando Henrique (ALMEIDA, 2009, p. 249).

É importante perceber que o fato do governo Collor ter sofrido um revés político, justificou de forma rápida o realinhamento de forças sob o comando do capital internacional, para recolocar o Estado na sua tarefa ativa de dar maior segurança e liberdade à propriedade privada, e a acumulação do capital. Coube ao governo FHC conduzir esses “trâmites legais”.

O produto da sociedade num estágio específico de seu desenvolvimento a função do Estado é proporcionar condições adequadas de anulação e manutenção da ordem social.

Assim, a exploração não é aplicada diferentemente pelo Estado capitalista, é descolada do Estado e mediada pelo capital na perspectiva que não haja nenhuma interrupção nos projetos a serem desenvolvidos pelas empresas privadas. Contudo, enfrentamos o discurso dos neoliberais, que afirmam constantemente ser o estatal é ruim e atrasado e que o privado é bom e avançado.

Ao longo desse período, o Estado passou a constituir-se em núcleo organizador da sociedade brasileira é a alavanca de construção do capitalismo industrial no país. Quer dizer, tornou-se um Estado de tipo desenvolvimentista. Nos últimos anos da década de 1970, entretanto, essa estrutura complexa de dominação começou a sofrer um processo lento e descontínuo de desagregação. A partir daí, a capacidade de comando do velho Estado sobre a sociedade e a economia passa a ser severamente restringida, tanto pelas transformações econômicas internacionais, que marcam a transição do capitalismo mundial para sua forma transnacional, como pela emergência de movimentos e formas de organização autônoma dos segmentos sociais, principalmente dos subalternos. Numa palavra: transnacionalização do capitalismo e democratização da sociedade foram (e vem sendo), sob várias modalidades de manifestação, os processos mais abrangentes de superação do Estado desenvolvimentista (Almeida 2010, apud SALLUM, 1999, p.04).

O Estado passou a ter funções diferentes a partir do momento em que o poder de mando se recolocou na geografia mundial. Como menciona Almeida, a partir daí, a capacidade de comando do velho Estado sobre a sociedade e a economia passou a ser severamente restringida pelas transformações econômicas internacionais, porém não deixou de ser conflitante com outros interesses de forças sociais existentes.

E para que tudo fosse feito de forma legal dentro da constitucionalidade, foram feitas centenas de mudanças nas leis de diversos países para que se implantasse a pressão para a implementação do neoliberalismo no Brasil e no mundo.

Almeida reforça em sua análise o que justifica para alguns países tomarem essa decisão e ao mesmo tempo o que seria mais central neste processo todo:

A poderosa crise da dívida externa que eclodiu a partir da década de oitenta levou a um intenso processo de redefinição do papel das Empresas Estatais em diversos países. Diante da dificuldade de contrair empréstimos internos e externos, os governos passaram a implementar estratégias para transformar o setor produtivo estatal (SPE). Duas dessas estratégias assumiram papel de destaque: o cancelamento de qualquer iniciativa que levasse à criação de novas Empresas Estatais e, principalmente, a privatização ainda nos anos 1980 a privatização apresentava como metas a melhoria do fluxo de caixa do governo, o incremento da eficiência do setor das Empresas Estatais, a promoção do chamado “capitalismo popular”, a

repressão ao poder dos sindicatos operários no setor público, a redistribuição de rendas e, por fim, a satisfação de doadores estrangeiros que queriam ver reduzido o papel do governo na economia (ALMEIDA, 2010, p. 225-226).

Parecia que tudo se justificava, quando a crise se colocava diante da dificuldade de contrair empréstimos internos e externos. Os governos eram de certa forma obrigados a passar a implementar estratégias para transformar o setor produtivo estatal em privado.

O próprio discurso do FMI e do Banco Mundial era que o Estado só poderia investir o que arrecadava, por outro lado, por mais que o Estado brasileiro arrecadasse, primeiramente tinha que comprometer esse recurso ao pagamento da dívida externa, que era significativa. Assim, não conseguia ter equilíbrio orçamentário, e quem cobravam esta dívida eram os credores privados internacionais, o FMI e o BM. Neste sentido, a tentativa de exploração do capital sobre o Brasil era colocado por todos os lados e FHC assumiu o pagamento da dívida externa com a maior convicção e retirou gastos com as questões sociais, aumentou o desemprego, e os salários foram rebaixados (COELHO, 20015).

Os governos neoliberais dos anos 1990 promoveram no Brasil um dos maiores processos de privatização de empresas estatais do mundo. A ideologia neoliberal exaltava o mercado internacional, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.

Ocorreram reformas institucionais no setor elétrico brasileiro, que a partir da década de 1990 sofreu transformações de cunho neoliberal, ainda que, em vários pontos, as reformas não tenham ido tão longe quanto prescrevia o receituário neoclássico.

Em 1993, com o decreto nº 915, o presidente da república Itamar Franco liberou as linhas de transmissão da União para as empresas autoprodutoras para o transporte até suas unidades consumidoras, fazendo inclusive concessões entre as empresas públicas e privadas. Neste processo, venceu quem estava mais bem colocado politicamente na correlação de forças, como as autoprodutoras, que estavam com a perspectiva de usar energia como eletrointensivas, em particular na exploração desenfreada sobre os recursos naturais, principalmente na área da mineração.

CAPÍTULO 2 - PRIVATIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA (1995-2002)

No Brasil foi o governo de FHC que aderiu com toda a força a este sistema que desnacionalizou a economia, criou um mercado de oligopólios, com uma visão essencialmente monetária que sustenta a especulação financeira e comanda a economia brasileira.

Sem qualquer incentivo à concorrência, a organização vertical (monopólio estatal) até então vigente acabou sendo abolida e aberta ao capital internacional. Foi transformada num modelo que estabeleceu a individualização e a competição na área da energia, separando geração, transmissão, distribuição e comercialização. É o modelo de mercado que transformou aos poucos a energia em seu principal negócio, na principal mercadoria, sendo o sistema de preços o principal instrumento do modelo.

Na década de 1990, mais precisamente em 1995, foi quando começou o processo de transferência do setor elétrico do Estado brasileiro para o capital privado. Dorival Gonçalves, em uma entrevista concedida à TV Brasiliana em 03 de maio de 2011, disse que não foi vendido e sim transferido, porque cerca de 50% das empresas privadas contaram com dinheiro “emprestado” do próprio Estado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a maioria delas, na hora de pagar, recorria a bolsa de valores lançando notas promissórias e, com o passar do tempo, o próprio fluxo de caixa foi pagando e rolando as dívidas. Isso significa que foi muito cômodo tomar posse de um patrimônio que era do Estado e do povo brasileiro. Ou seja, o Estado passou a desenvolver uma política de atração de investimentos privados, tendo o BNDES como um dos principais financiadores das compras das concessionárias brasileiras.

Nesse sentido, ao direcionar suas linhas de crédito em favor da privatização, o BNDES passou a ser o gestor desse processo, sendo atualmente o maior investidor do setor elétrico. A Lei nº 8.031 de 1990, que instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND), tinha justificativas variadas. Uma das afirmações era a do esgotamento da capacidade de investimento do Estado sendo necessária a retomada de investimentos pelas empresas privadas; também afirmava ser urgente reordenar a posição estratégica do Estado na economia e transferir à iniciativa privada atividades subexploradas pelo setor público. Isso contribuiria para reestruturar economicamente o Estado, por meio da redução da dívida

pública líquida, e a administração pública poderia se dedicar a atividades mais fundamentais e investir nas áreas sociais.

Criou-se também o Fundo Nacional de Desestatização (FND), sendo o BNDES o gestor do fundo. De natureza contábil, o FND seria o fundo onde as empresas a serem desestatizadas depositariam suas ações. O BNDES passou a gerenciar, acompanhar e realizar a venda das empresas incluídas no PND (TEODORO, 2006, p. 87).

No período compreendido entre 1990-1994, a atuação do BNDES no setor elétrico foi limitada pelas restrições impostas ao crédito às estatais. A partir de 1995, com a desestatização das empresas de serviço público no âmbito do PND, o BNDES passou a ter participação ativa no processo. Para viabilizar as privatizações das distribuidoras estaduais de energia elétrica foi criado o Programa Federal de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no qual o BNDES participou de vinte operações de antecipação de recursos para os Estados comprometidos com a venda de suas concessionárias.

Do outro lado, estavam as concessionárias estatais impedidas de investir recursos próprios e de receber empréstimos do BNDES para financiar projetos de expansão, devido ao acordo da equipe econômica com o Fundo Monetário Internacional (GIAMBIAGI, 2001).

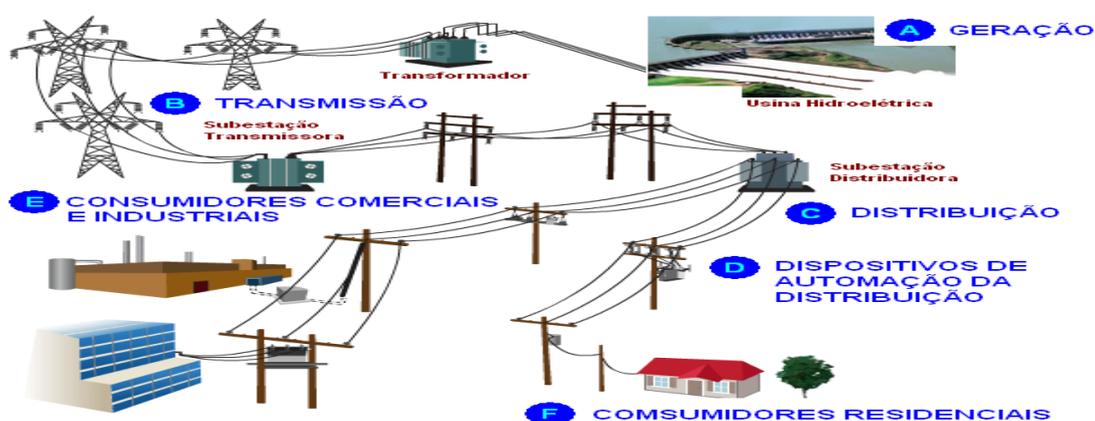
Neste período, internacionalizou-se o preço da mercadoria eletricidade, a fim de atrair investidores internacionais. Mais tarde, depois de todo processo conduzido e de investidores se apropriarem de grandiosa parte da estrutura elétrica brasileira, houve aumentos de até 90% nas contas de energia. Depois, na década de 2000, os aumentos chegaram a 400%. Vivíamos o momento de euforia e auge das reformas neoliberais (GONÇALVES, 2007, p.103).

A avaliação do Banco Mundial era a de que o país precisava aumentar a eficiência, pois os Estados eram incompetentes como atores econômicos. Segundo Faria quando entra em cena os anos de 1990 – 2004 com o PND: A adoção da reforma no Estado brasileiro em meados dos anos 90 acarretou considerável mudança na intervenção estatal, notadamente com a implementação do Plano Nacional de Desestatização. O presente estudo resgata a atuação do Estado desde os primórdios da indústria elétrica no século XIX com as concessões da prestação dos serviços às empresas estrangeiras, sendo posteriormente transferidas ao setor público, chegando ao final do século XX, em consonância com a nova fase de acomodação do capitalismo, a implementar um arrojado programa de privatizações, que representou uma virada no desenvolvimento das forças produtivas, expressa em uma nova relação entre Estados → Empresas → Mercado (FARIAS 2006, p. 05).

Empresas ao redor do mundo buscavam oportunidades de negócio que pudessem ser mais vantajosas e a área da energia foi a grande descoberta. Empresas que atuavam em ramos de produção completamente diferentes passaram a explorar a área da energia.

No estado de Minas Gerais, a população passou um determinado período pagando mais que o seu consumo de energia, com o intuito de “ajudar as empresas a crescerem”. Tempos depois, quando, de certa forma, estava estruturado o sistema, entregou-se a cadeia produtiva mais eficiente do mundo a capitalistas internacionais. Para melhor compreensão do sistema, observe-se a figura 1.

Figura 01- O ciclo da energia elétrica no Brasil



Fonte: MAB, 2012

A estrutura do setor estava bem organizada, a geração era eficiente e de boa qualidade, com produtividade, interligação nacional altamente sustentável, desde o processo de geração até o destino final, seja nos consumidores residenciais ou na indústria, e com muitas alternativas de distribuição.

Como o combustível da hidrelétrica é à base de água, ela acaba não tendo custo alto de implantação e sustentação. Por mais que se faça da construção de hidrelétricas um negócio rentável, estudos do MAB revelam que, em sete anos, uma obra desse tipo se amortiza ou se viabiliza financeiramente.

Nesse sentido, tornou-se disputada a construção das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), pois os riscos eram menores e, com menos tempo para construir, geravam menos conflito com as populações atingidas e se amortizavam rapidamente, porque também recebiam subsídio do Estado por gerarem energia considerada limpa, sustentável e

renovável. No caso das grandes obras, elas também sempre estiveram ancoradas no Estado, porque o risco é maior e as empresas privadas não o assumem sozinhas.

Por tudo isso, essa cadeia produtiva foi considerada pelos capitalistas como uma indústria de custo baixo, eficiência garantida e potencial enorme. Por outro lado, os preços das tarifas de consumo cobrados dos consumidores cativos foram calculados com base nos custos internacionais da matriz mais cara, em outras palavras, o valor cobrado acabou sendo maior porque as demais matrizes são menos eficientes e têm custos maiores. Isso garantiu e garante lucros extraordinários às empresas internacionais que controlam a indústria elétrica brasileira. De monopólio estatal, a totalidade da Geração-Transmissão-Distribuição-Comercialização (GTDC) se configurou em vários negócios. Por sua vez, as empresas que não foram vendidas estão em uma condição de gestão praticamente privada.

Quando tudo estava organizado pelo Estado após 40 anos de planos de expansão nacional, a indústria de energia passou a ser cobiçada por empresas que negociam e lucram em outros negócios/setores quaisquer, pois perceberam que podiam transformar a energia em uma mera mercadoria, com custo de produção baixo, demanda alta e preço baseado na produção de energia mais cara. Neste sentido, para os grandes capitais investir na área de energia era o melhor negócio.

No que diz respeito às condições de trabalho, no período anterior ao processo da privatização, as empresas estatais garantiam melhores condições aos trabalhadores. Isso era possível uma vez que grande parte dos rendimentos que o setor arrecadava era investida no próprio setor, entre eles estavam os salários e as condições de trabalho. Não que fosse um princípio essencial do Estado esta condição melhor, mas era o momento histórico em que se encontrava a relação entre empresa e trabalhador.

Com isso, não queremos afirmar que a relação entre empresas e trabalhador é melhor porque era estatal, o que avançou com o neoliberalismo e ao mesmo tempo com a ideia do capital privado foi a lógica do lucro como prioridade em todas as dimensões possíveis. E através disso tem regredido de forma violenta a relação entre capital e trabalho.

Um exemplo pode ser visto no estado de Minas Gerais. Em 1994, o número de trabalhadores da Cemig era de 17.516. Cada trabalhador era responsável por 220 consumidores. Em 2006, doze anos depois, o número de trabalhadores caiu para 10.658 e o número de consumidores aumentou para 585 por trabalhador. O mesmo aconteceu com a empresa CELESC, distribuidora do estado de Santa Catarina, que no ano 1994 tinha um

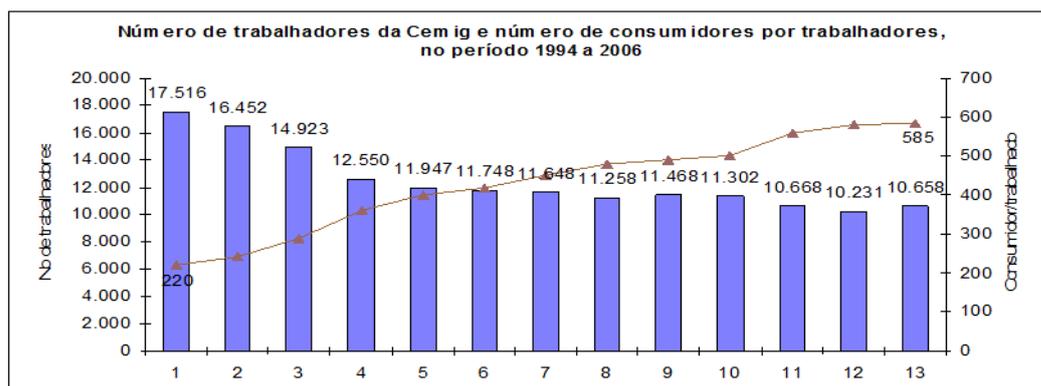
trabalhador para cada 223 consumidores e, em 2014, cada trabalhador tinha de atender a mais de 650 consumidores (ANDRIOLI, 2010, p.20-21).

Esses números mostram que o processo de privatização teve um efeito imediato na vida dos trabalhadores do próprio setor primeiramente, triplicando, em média, a exploração deste trabalhador. São em torno de 415 consumidores a mais que cada eletricitário deve atender, o que implica uma nova relação entre trabalho e capital privado.

No relatório anual de 2014 feito pela CELESC, está declarado o esforço contínuo da empresa nos ajustes a serem feitos para se adequar às metas estabelecidas pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – (SFF) da ANEEL. Sua primeira ação foi a redução geral de despesas: além dos ganhos já estimados com o Programa de Demissão Voluntária, redução de 25% nas despesas com pessoal no período de 2014 a 2025, e mais corte do quadro de pessoal e readequação do custeio do Plano Previdenciário, redução também na aquisição de material para trabalho, o que significa dizer maior precarização das condições de trabalho.

Isso demonstra a intensidade de exploração a que são submetidos os trabalhadores da Cemig e da CELESC. Vejamos melhor no gráfico 01 os números da CEMIG:

Gráfico 01- Número de trabalhadores da CEMIG e número de consumidores por trabalhador, 1994-2006.



Fonte: CEMIG, 2002

No caso da CEMIG, em 12 anos o atendimento aumentou de 220 famílias para mais 365, num total de 585 famílias a serem atendidas por eletricitários. Isso significa que além de precariedade aos extremos, na maioria dos casos os eletricitários ainda precisam carregar por quilômetros os postes de madeira ou de cimento até o destino, às vezes de

difícil acesso. E os consumidores também enfrentam a má qualidade do serviço, já que aumentou o tempo para os trabalhadores resolverem qualquer problema, colocando em risco inclusive a produção que necessita da energia elétrica para se manter.

A partir desse diagnóstico, onde se investe menos na esfera de cuidado com a infraestrutura do setor, a hidroeletricidade foi considerada a fonte de geração de energia com melhores perspectivas de aproveitamento, pelo seu potencial e custo baixo. Logo foi encaminhado um estudo de mercado, oferta e demanda da energia, e assim a hidroeletricidade ganhou toda a força para expandir-se onde seria mais estratégico no primeiro momento, e depois por 15 anos por todo o Brasil. Neste período da década de 1990, também entrou em cena a grande potência e possibilidade de Belo Monte, que estava entre as obras a serem construídas com a capacidade de gerar 11.000 MW, considerada o maior empreendimento inteiramente brasileiro (GCPS, 2002, p. 270).

Ainda neste período, com o discurso de que o Estado deveria garantir internamente os direitos sociais e, ao mesmo tempo, ser o promotor da competitividade externa do país, o então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Bresser Pereira, justificou a implementação de mudanças no aparelho estatal pelas quais o “governo passaria a intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar, classificando-se como social-liberal”. Aqui era nitidamente colocada para os representantes do governo a “necessidade do Estado se abrir” para o mercado internacional, oferecer-se a servir, ir além de sua nação, ou melhor, se colocar na disputa da competitividade, segundo a regra de mercado da oferta e da procura.

Martinelli, secretário de energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), em um seminário sobre o modelo energético, relatou que o governo brasileiro não reestruturou o setor elétrico com o objetivo de melhorar a qualidade de energia elétrica, mas sim para facilitar o processo de privatização. Mencionou ter presenciado o fato de que o presidente da Eletrobrás foi perguntado por que havia contatado uma empresa inglesa para fazer o estudo de reestruturação do setor, ao que respondeu que os técnicos brasileiros eram excelentes, mas que uma empresa de consultoria internacional daria um selo de credibilidade maior ao processo de privatização (MARTINELLI, 2002, p.59).

É importante resgatar, segundo Almeida, que o processo de “reestruturação do setor público” teve início em julho de 1979, com a instituição do Programa Nacional de Desburocratização (Decreto no 83.740/79) (...) Dois anos após a edição do Decreto n. 83.740, o governo edita novos decretos e, agora, já em defesa aberta e detalhada do processo de privatização. “(...) fixa normas para a transferência, transformação e

desativação de empresas sob o controle do Governo Federal”. Aqui se coloca claramente “o primeiro instrumento legal de normatização das privatizações no Brasil” (ALMEIDA, 2010, p. 366, 367).

No ano de 1993, quando o Estado ainda estava em processo de interligação nacional do sistema, várias empresas estatais com crescente demanda de energia começaram a fazer parcerias público-privadas (PPPs) para acelerar a expansão da construção das obras para a geração de energia, autorizadas pelo decreto nº 915 em setembro de 1993. Vieira e Zen afirmam que as PPPs são propostas no contexto da adoção de uma rígida política de ajuste fiscal nos marcos do neoliberalismo, que busca principalmente a garantia de um superávit primário elevado nas contas públicas com o objetivo de pagar parte dos juros das dívidas interna e externa (VIEIRA e ZEN, 2006, p. 01).

A lógica é criar uma situação em que não tenha recursos no orçamento do Estado para o próprio Estado fazer os investimentos estatais necessários nas áreas de infraestrutura e de serviços necessários, principalmente na área da energia. As PPPs também são propostas após o Brasil vivenciar um forte programa de desestatização, porém não deixa de ser outra tentativa para controle dos setores que ainda são vantajosos e estão sob controle do Estado.

A política econômica agravou o desequilíbrio nas contas externas e FHC recorreu a recursos externos para equilibrar o balanço dos pagamentos. O saldo negativo estava em 7,8 bilhões de dólares desde 1991 (GPCS, 2002, p. 372). Com o menor crescimento econômico instaurado, ocorreu a redução da escala de expansão de oferta de energia elétrica, que passou a ser neste sistema de produção a principal mercadoria. Para FHC manter o equilíbrio econômico neste período, usou a abertura efetiva do capital privado nos investimentos de empreendimentos de energia elétrica. Assim, resgatou parte das taxas de lucratividade nesta atividade econômica e privatizou uma das cadeias de produção mais estratégicas do Estado brasileiro. Apesar de tudo isso, os preços pagos pelas nossas empresas públicas foram irrisórios e financiados com dinheiro do próprio BNDES.

Com a publicação do Decreto nº 1.503/95, Fernando Henrique Cardoso criou o Conselho Nacional de Desestatização – CND; que incluiu a ELETROBRÁS e as quatro empresas geradoras (FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE) no programa de privatização.

A reorganização institucional do setor pretendia a reformulação dos órgãos reguladores e a criação de novos agentes que se encarregariam do planejamento, da

expansão e operação dos sistemas interligados. A estrutura do SEB, anterior à reforma, era baseada em três agentes: Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). A geração de energia elétrica concentrava-se em quatro empresas federais: FURNAS, ELETROSUL, ELETRONORTE e CHESF e na Itaipu Binacional. A distribuição de energia elétrica era realizada por concessionárias estaduais e duas distribuidoras federais: ESCELSA e Ligth. As demais empresas de distribuição eram de propriedade dos governos estaduais. Entre as empresas estaduais cinco delas eram verticalmente integradas, atuando no segmento de geração e distribuição: CEMIG, CESP, CELG, CEEE e COPEL. O novo modelo setorial foi resultado de um conjunto de recomendações apresentadas no projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro - RESEB, desenvolvido pelo consórcio liderado pela consultora internacional Coopers & Lybrand (ELETROBRÁS, 2001).

Em 1995, o governo de FHC, com amplo apoio político no Congresso, conseguiu aprovar uma série de emendas constitucionais e uma nova legislação de concessões de serviços públicos que asseguraram a participação do capital privado em atividades até então monopolizadas pelas empresas estatais. Em junho do mesmo ano, a Lei n 9.074 fixou regras específicas para a concessão de serviços públicos de eletricidade, reconhecendo a figura do Produtor Independente de Energia (PIE), liberando os grandes consumidores do monopólio comercial das concessionárias e assegurando livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição (GCPS, 2002, p. 367).

O plano diretor de FHC, em suas 70 páginas, não cita uma única empresa estatal que deveria ser mantida sob controle do Estado. O texto critica o Estado que “desviou-se de suas funções precípuas para atuar com grande ênfase na esfera produtiva” e afirma que as estatais não mais se justificam. “A propriedade estatal só se justifica quando não existem capitais privados disponíveis - o que não é o caso do Brasil. Ou então quando existe um monopólio natural. Mesmo neste caso, entretanto, a gestão privada tenderá a ser mais adequada, desde que acompanhada por um seguro sistema de regulação”. Finalmente, define que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado, daí a de generalização dos processos de privatização de empresas estatais” (Presidência da República apud ARAÚJO 2010, p. 18).

A redução do papel do Estado, com a proposta de “menos governo e mais mercado”, deixou claro que o governo é “em suma, para trabalhar ao lado e a favor dos empreendedores em vez de atrapalhá-los” (ARAÚJO, 2010, p. 23).

Ao estimular o investimento do capital privado no país, o governo de FHC diminuía o papel do Estado na economia, transformando-o em um agente do mercado internacional. Nessa perspectiva, a política econômica não favorecia os interesses nacionais, o que colocava o conceito de soberania nacional em segundo plano. Elena Landau, ex-diretora do BNDES nesse período, confessou em um seminário que não comprava ações de empresas estatais: “Não compro ações da Petrobrás por questão de princípio. Não entro em sociedade de economia mista. Não gosto de coisa que tem governo administrando”⁷ (ARAÚJO, 2010, p. 51).

A grande obra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), consistia em vender o patrimônio público aos agentes privados, segundo a visão de que o Estado não gerava confiança administrativa e por acreditar que o Estado deveria estar a serviço do capital privado sem fronteiras, para a circulação e apropriação das riquezas produzidas pelos trabalhadores. O PSDB se transformou no núcleo duro do grande capital no Brasil.

Com o Plano Nacional de Desestatização o governo de FHC, privatizou 70 empresas estatais federais e 55 empresas estaduais com participação minoritárias. Sendo assim, foram privatizadas 125 empresas brasileiras por um valor de R\$ 105.553 bilhões. Essas privatizações ocorreram praticamente em dois anos, entre 1997 e 1998 (BNDES, 2005, p. 6).

A convicção de que essa foi a melhor solução para o povo brasileiro era declarado abertamente nos discursos de FHC⁸:

Não devemos nos envergonhar quando o PT e seus aliados falam de privataria, privatizamos sim, e nada temos a esconder, tudo feitos dentro dos leilões públicos, com preços que eram maiores e se não foram maiores alguns como a Light do Rio de Janeiro, foi porque o mercado avaliou nas condições da época, mais não valiam (Folha de São Paulo 2006, Apud ARAÚJO, 2010, p. 58).

Podemos avaliar que mesmo tendo investido da melhor forma possível em setores estratégicos, o recurso arrecadado com as privatizações não seria mais importante do que manter as empresas sobre controle do Estado, e com isso teríamos um setor elétrico estratégico para a soberania nacional.

⁷ As dicas de sobrevivência de Elena Landau - <http://lauritaarruda.com.br/as-dicas-de-sobrevivencia-de-elena-landau/>

⁸ Carta de FHC aos eleitores do PSDB- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u83089.shtml>

O setor de mineração representou 78% da receita no processo das privatizações, foi o que mais arrecadou. A Vale do Rio Doce foi vendida em 1997 pelo valor de mercado de 8 bilhões de reais. Porém, o valor de mercado ou de seu patrimônio, 12 anos depois, era de 225 bilhões de reais. A revista *Veja* publicou que a “Vale é um orgulho pelo colosso empresarial que se transformou, principalmente depois da privatização teve um resultado financeiro em 2009 de 38,5 bilhões de dólares” (Revista *Veja* Apud Araújo 2010, p. 62). É importante ressaltar que não foi a privatização da Vale em si que fez com que ela rapidamente aumentasse seu valor de mercado, mas a forma como ela se colocou no mercado por meio da exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais de outros países, como a expansão de seus trabalhos na África, a compra da Mineradora Inco no Canadá, onde logo após os negócios de compra e promessas de boa empresa, negou os direitos conquistados historicamente pelos mineiros no Estado de Bem Estar Social⁹ no Canadá. Os mineiros canadenses fizeram um ano de greve contra a postura que a Vale estabeleceu com os mesmos, e neste período denunciaram mundo afora sua relação capital e trabalho, inclusive no Brasil, onde foi criada uma articulação internacional dos atingidos pela Vale em resistência a esta ofensiva da empresa.

A segunda maior arrecadação neste período deu-se com a privatização no setor elétrico. A privatização da Light e venda das sobras das ações da Escelsa corresponderam a 3,5% do resultado geral do PND.

Assim foi se acabando com a responsabilidade quase exclusiva que detinham empresas estaduais e federais de atender às distribuidoras de energia. O (CND), aprovou a inclusão da Eletrobrás e suas quatro empresas geradoras de âmbito regional no processo de desestatização. Faziam parte deste Conselho Pedro Malan, Ministro da Fazenda, e José Serra, Ministro do Planejamento (GCPS, 2002, p. 368).

No período de 1996-1998, o Ministério de Minas Energia contratou um consórcio de consultores internacionais da inglesa Coopers & Lybrand, com a participação de técnicos da ELETROBRÁS e da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia que recebeu a tarefa de reformular o setor elétrico, na tentativa de criar um mercado competitivo, dar prioridade e liberdade aos produtores independentes. O relatório elaborado pela Coopers & Lybrand, apresentado em julho de 1997, propôs mudanças que

⁹ A partir da década de 1930, então, expandiu-se o modelo chamado de Estado de Bem-Estar Social, no qual o Estado é organizador da política e da economia, encarregando-se da promoção e defesa social.

visavam essencialmente quatro grandes linhas de atuação mencionadas por Tolmasquim (2002):

1) Criação de novos arranjos mercantis estabelecendo critérios para compra e venda de energia no atacado, livre acesso às redes de transmissão e distribuição e elaboração de mecanismos para assegurar o planejamento e expansão do setor;

2) Aprovação de medidas jurídicas e regulamentares, para concessões e regulamentação econômica de monopólios naturais, garantindo a concorrência e melhorando o atendimento ao cliente;

3) Mudanças institucionais e estruturais, com a criação de novos agentes e órgãos, revisão do papel da ELETROBRÁS;

4) Financiamento do setor, alocação de riscos e nível de retorno das diversas atividades.

Este relatório teve como resultado imediato o processo de privatização que resultou na transferência de 23 concessionárias para a iniciativa privada e precedeu a criação do órgão regulador ANEEL, cujo objetivo era consolidar a nova postura do Estado como formulador de políticas, regulador e fiscalizador (TEODORO, 2006, p. 93).

O modelo procurava instaurar a competição na geração e na comercialização e garantir o livre acesso na transmissão e distribuição. No entanto, não deveria ser descartada pelo governo a existência de barreiras que poderiam dificultar o cumprimento dos objetivos definitivamente. Fica claro que cada atividade se transformaria em um grande negócio competitivo dentro do mercado internacional, deixando para o Estado o controle somente da transmissão, que é a atividade estrutural que necessita de maior investimento e cuidado para que a energia seja transferida de uma obra ou subestação até o consumidor final.

O discurso dos que estavam convencidos da necessidade de privatizar e fazer essa grande mudança na estruturação do Estado era contagiante. As promessas eram de que se recuperaria a poupança pública com a superação da crise fiscal. Redefiniram-se as formas de intervenção no sistema econômico e no social através da contratação de organizações públicas não estatais para executar com maior qualidade e acesso os serviços de educação, saúde e cultura; e se implantaria uma administração pública de tipo gerencial. A concepção era de que as leis de mercado resolveriam todos os problemas do povo e, havendo competição entre as empresas, o preço da tarifa diminuiria.

Na realidade, de 1995 a 2002, o ICV (Índice de Custo de Vida) – medido pelo DIEESE piorou, pois as tarifas telefônicas aumentaram 560% e a tarifa de energia 152%.

Portanto, aconteceu exatamente o contrário do que o governo FHC e as empresas propagandeavam.

Diante da postura dos Governos Collor e FHC, podemos visualizar na figura 2 as cascatas de hidroelétricas, potencial abundante interligado com investimentos de recurso público, sendo desperdiçado e entregue à iniciativa privada que, se aproveita da mesma água que passa por vários empreendimentos e produz “dinheiro diferente”. Um dos exemplos está nos empreendimentos hidroelétricos na Bacia do Rio Uruguai, e que estão sendo planejados e executados por todo o Brasil.

Figura 02 - Hidrelétrica em forma de cascatas no Rio Uruguai



Fonte: MAB, 2008, p. 08

Neste sentido, quando se estabelece uma base estrutural de custo baixo, interligado em nível nacional e ao mesmo tempo sob controle de quem tem como finalidade o lucro extraordinário, esta figura não deixa dúvidas da capacidade futura a ser explorada e por tempo indeterminado.

Outro acordo feito entre Estado e empresas no período das privatizações foi que, caso houvesse racionamento de energia elétrica, as empresas deveriam ser ressarcidas pela perda de faturamento. Então, se economizamos energia, provocamos o desequilíbrio econômico financeiro nas empresas, que mais tarde cobram da sociedade esse prejuízo. Se não economizarmos, o governo cobra uma taxa a mais e, assim, os que não conseguem pagar têm cortada a energia.

Nesse processo de produção de energia, mesmo na fase de construção das obras, com impactos consideráveis, foi orientado que parte das decisões a serem tomadas poderia ocorrer de forma “democrática”, mediante consulta, desde que não interferisse nas decisões que deveriam ser tomadas, como, por exemplo, garantir o desenvolvimento de projetos a serem implantados em qualquer parte do Brasil. Mesmo depois da participação social e com resultado negativo a execução do projeto, ele deve ser garantido.

No quadro 02 podemos observar a relação das concessionárias privatizadas a partir da criação do Decreto 1.503/95 que incluiu o Sistema Eletrobrás no PND que orientou a privatização dos segmentos de geração e distribuição deste sistema.

Quadro 02 - Empresas estatais do setor elétrico brasileiro que foram privatizadas no período de 1995 a 1998.

Nome	Data da privatização	Área de concessão	Comprador	Preço R\$ Milhões	%Vendido	Mercado GWh/ano
Escelsa	12/07/95	ES	Iven S/A, GTG Participações.	385,0	50,0	6160
Rio Light	21/05/95	RJ	AES; Houstons, EDF, CNS	2230,0	51,0	21170
Cerj	20/11/96	RJ	Endesa (Sp); Enersis; EDP	605,3	70,26	5458
Coelba	31/07/96	BA	Iberdrola; Brasil Cap; Previ; BBDTVM	1730,9	65,64	7985
CEEE (CO)	21/10/97	RS	AES	1510,0	90,91	5772
CEEE (NNE)	21/10/97	RS	Cea,VBC; Previ	1635,0	82,70	4711
CPFL	05/11/97	SP	VBC;Previ; Fundação CESP	3015	57,6	16700
Enersul	19/11/97	MS	Escelsa	625,6	76,56	2169
Cemat	27/11/97	MT	Grupo Rede; Inepar	391,5	85,10	2139
Energipe	03/12/97	SE	Cataguazes; Uptik	577,1	85,73	1353
Cosern	11/12/97	RN	Coelba; Guaraniana Uptik	676,4	77,92	2084

Coelse	04/04/98	CE	Consórcio Distriluz (Enersis Chilectra, Endesa, Cerj)	867,7	82,69	4900
EletroPaulo Metrop.	15/04/98	SP	Ligth	2026,0	74,88	35000
Celipa	09/07/98	PA	QMRA Participações (Grupo Rede e Inepar)	450,3	54,98	3100
Elektro	16/07/98	SP/MS	Grupo Eron Intl.	1479,0	46,6	10511
Cachoeira Dourada	05/09/97	GO	Endesa/Edegel/Fundos de Investimentos	779,8	92,9	
Gerasul	15/09/98	RS	Tractebel (Belga)	945,7	50,01	
Bandeirante	17/09/98	SP	EDP; CPFL	1014,0	74,88	23170
Totais				20944,2		152385

Fonte: Adaptado de Abreu (1999), p.114.

Podemos observar que o auge da privatização aconteceu em quatro anos, com maior força em 1997 e que grande parte dos compradores foram estrangeiros. Se analisarmos o grande investimento que o Estado brasileiro fez no setor elétrico, percebemos que essas empresas um grande patrimônio, foi entregue a valores irrisórios na sua privatização.

Entre 1987 e 2010, sob a coordenação da Eletrobrás, foi elaborado o Plano Nacional de Energia Elétrica, conhecido como Plano 2010. A elaboração envolveu todos os órgãos ministeriais da área energética e empresas concessionárias de energia elétrica, entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras (GCPS, 2002, p. 242).

O plano trata da expansão, de médio e longo prazo, do sistema elétrico brasileiro, e requereu muitos estudos e análises que permitiram a identificação de grande potencial do parque nacional brasileiro, principalmente na área da geração de energia elétrica, para ser explorado, uma vez que apenas 25% do potencial tinham sido utilizados até o ano de 1987. Havia também a necessidade de um avanço no processo tecnológico e industrial na produção de energia.

Dentro deste plano nacional, sequencialmente foram feitos planos decenais para colocar em prática, em curto e médio prazo, todo o planejamento feito. Porém, no momento de execução, havia de se levar em conta a conjuntura política e a necessidade das condições concretas de investimento. Houve momentos de recuo por vários motivos, entre eles a pressão social por parte dos atingidos por barragens, o aumento dos custos das obras e as mudanças de prioridades das obras, dependendo dos acertos políticos. Contudo, o processo de investimento do setor a cada ano não deixou de ser fomentado e executado.

No que diz respeito ao planejamento da expansão do sistema de energia elétrica, o plano realizou estudos de mercado na lógica da oferta e procura, assim como análise das fontes de geração visando investimento nos aspectos tarifários. Foram feitos diagnósticos do setor de energia elétrica e as principais implicações dos cenários econômicos. O programa foi chamado de Revisão Institucional do Setor Elétrico (Revise).

Uma parte importante do estudo do Revise foi colocado em prática, porém muitos projetos ainda estão sendo implementados. Grande parte do processo que se desenvolveu durante esses 23 anos nos traz uma avaliação importante e significativa sobre os rumos que o Brasil tem tomado nas últimas décadas.

Dentro deste plano nacional, sequencialmente foram feitos planos decenais para colocar em prática, em curto e médio prazo, todo o planejamento feito. Porém, no momento de execução, havia de se levar em conta a conjuntura política e a necessidade das condições concretas de investimento. Houve momentos de recuo por vários motivos, entre

eles a pressão social por parte dos atingidos por barragens, o aumento dos custos das obras e as mudanças de prioridades das obras, dependendo dos acertos políticos. Contudo, o processo de investimento do setor a cada ano não deixou de ser fomentado e executado.

2.1 Instituições e associações de representação corporativa: a relação entre o público e o privado

Tendo em vista a evolução da expansão do sistema elétrico brasileiro nos processos da construção/geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, o mesmo entrou na mira do capital internacional e das empresas multinacionais interessadas no processo de privatização. Afinal, quem fez o mapeamento e os estudos antes das privatizações foram empresas internacionais, contratadas pelo governo brasileiro. Mapeou-se um patrimônio construído historicamente, segundo o qual até então teria sido explorado até 2010 somente 30% do potencial hídrico brasileiro (MAB, 2005, p.12). Havia a necessidade de maior capitalização para continuar expandindo e gerando energia a custo baixo com preço de comercialização supervalorizado, mas tudo isso deveria seguir com maior segurança e garantia pelas leis e institucionalidade dentro do Estado, não correndo nenhum risco de ser entendido como um negócio fora da lei.

O preço da tarifa era a principal fonte de recursos do setor elétrico até o ano de 1996. Podemos afirmar que até hoje a tarifa para os consumidores finais costuma ser o grande montante de recursos arrecadados. No entanto, um dos maiores problemas de avanços no SEB foi a ausência da continuidade de investimentos para a melhoria da infraestrutura no ramo da energia e nos demais setores do Estado para resolver as questões estruturais do sistema. A arrecadação/riqueza produzida por trabalhadores e consumidores é destinada praticamente toda para fora do Brasil, na conta de grandes grupos privados proprietário/controladores do mercado do sistema financeiro, acionistas e rentistas.

No final do ano de 1997, FHC sancionou a Lei n. 9.427, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como órgão regulador e fiscalizador das atividades de energia no país. A mesma tinha autonomia e estava encarregada de promover a licitação de novas concessões, a aprovação de estudos de viabilidade de novos empreendimentos e a fixação das tarifas de energia elétrica, bem como fiscalizar o cumprimento dos contratos e aplicação de penalidades caso não fossem cumpridos. Neste ano de 1997 foram privatizadas nove concessionárias estaduais de energia elétrica (GCPS, 2002, p. 369).

O programa de governo de FHC menciona duas coisas fundamentais para a manutenção deste sistema de exploração na área da energia. A primeira, que é necessária a revitalização dos órgãos do poder concedente para regulamentar e fiscalizar os serviços de energia, transferindo para os Estados “algumas das tarefas” de regulação e fiscalização e a segunda foi a necessidade de incentivo à participação de capitais privados nos novos investimentos (CARDOSO, 1994, p.18). Quando ele mencionava transferir para os estados algumas das tarefas era porque, na sua avaliação, os estados atrapalhavam ao exigirem maior controle e cuidado no processo em geral e atrasavam o desenvolvimento das obras em construção.

Em 1998, FHC sancionou a Lei, que instituiu o Mercado Atacadista de Energia (MAE) para a livre negociação de energia dos sistemas interligados, e o Operador Nacional do Sistema (ONS), encarregado da coordenação e controle da operação das instalações do sistema interligado. Logo, o ONS foi constituído como pessoa jurídica de direito privado que contou com a participação de mais de cinquenta empresas de geração, transmissão e distribuição, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres (GCPS, 2002, p. 372).

Assim, criaram-se empresas com certa autonomia para liberar toda a burocracia e colocar em prática os projetos que estavam parados. Segundo Tolmasquim:

O surgimento do MAE, da ANEEL e do ONS tem por finalidade reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada, o que o governo achava que não estava sendo bem gerido pelo setor público. Com isso a dívida pública tenderia a cair, visto que o setor atravessava uma crise. Seria uma maneira de atrair investimentos para a retomada de crescimento, com melhores técnicas e modernização do parque industrial e principalmente concentrando o poder público em atividades em que a presença do governo seja fundamental para atender as prioridades nacionais. O modelo do setor elétrico brasileiro foi implementado com o objetivo de promover a livre concorrência entre as empresas que executam os serviços de energia elétrica no sistema brasileiro. Com este enfoque foi aprovada a Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, Regulamentada pelo Decreto 2.655, de 2 de julho de 1998, criando o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (TOLMASQUIM, 2002, p. 50, 51).

O MAE envolvia um processo de negociação e contabilização de compra e venda de energia elétrica entre os agentes, sem a presença física do produto.

Segundo Bandeirante, 2002 as atribuições da MAE diziam que:

a) Serão realizadas no âmbito do MAE as transações de compra e venda de energia nos sistemas interligados, mediante ACORDO DE MERCADO firmado entre os

interessados. Acordo submetido à homologação da ANEEL, onde são estabelecidas as regras comerciais e os critérios de rateio dos custos administrativos de suas atividades, assim como a forma de solução de eventuais divergências entre os agentes integrantes, sem prejuízo da competência da ANEEL para dirimir os impasses.

b) A ANEEL definirá as regras de participação no MAE, e os mecanismos de proteção aos consumidores.

c) A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contratos bilaterais será realizada a preços determinados conforme as regras do ACORDO DE MERCADO.

d) O MAE substituirá o atual sistema de preços regulamentados de geração e os contratos renováveis de suprimento.

Os objetivos eram:

a) Estabelecer um preço que reflita, a qualquer instante, o custo marginal da energia no sistema;

b) Estabelecer um preço que possa ser usado para balizar os contratos bilaterais de longo prazo;

c) Prover um mercado onde geradores e distribuidores possam comercializar sua energia não contratada;

d) Criar um ambiente multilateral, onde distribuidores e consumidores livres possam comprar energia de qualquer produtor e os geradores possam vender a qualquer comprador.

Podemos destacar que a criação do mercado atacadista de energia foi uma das melhores estratégias criadas no período de privatização do setor para dar sustentação ao mercado livre da oferta e procura de preços mundiais na especulação da venda de energia como um negócio, onde fez com que os donos privados tivessem retornos rápidos (Bandeirante 2002, apud Machado, 2006, p.74).

Outro órgão criado foi a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que viabiliza a comercialização de energia elétrica no Brasil e apoia a evolução do mercado sob os pilares de isonomia, segurança e inovação. E a partir do processo de privatização se criou uma relação muito ativa junto às associações de agentes com parceria de sucesso.

Foram criados também Comitês Técnicos para Estudos de Mercado (CTEM). Eram eles que avaliavam e determinavam onde o mercado era mais rentável para a comercialização de energia.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) foi um órgão criado em 06 de agosto de 1997 para a assessoria da Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes de energia.

Nesse mesmo momento de privatização do setor elétrico brasileiro, foram criadas também várias associações de consumidores, comercializadores, distribuidores, geradores, transmissores de energia. Podemos destacar entre elas a Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia Elétrica), entidade que congrega os grupos industriais de maior consumo de energia do país. Seus associados respondem por 20% da energia consumida ou por 33% da fatia de consumo industrial no Brasil. Ela representa os consumidores chamados eletrointensivos, como as indústrias de cimento, cobre alumínio, química e petroquímica, ferro-ligas, aço, mineração, papel e celulose, gases, dentre outras.

Outra associação é a Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica), que tem como objetivo promover a união dos agentes comercializadores autorizados pela Aneel e representá-los junto aos poderes públicos e organizações nacionais e internacionais.

Por sua vez, a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) foi iniciada com o antigo Comitê de Distribuição, transformando-se em associação em 1995. As empresas associadas respondem por mais de 95% do mercado brasileiro de energia elétrica.

Já a Abrage (Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica) foi criada em 1998 com o objetivo alcançar o melhor desenvolvimento das atividades ligadas à geração de energia elétrica. A associação representava as grandes geradoras de energia elétrica, de origem predominantemente hidráulica. Por sua vez, a Abrate (Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica) foi criada em 1999 para reunir e defender os interesses das empresas de transmissão de energia elétrica, agentes que surgiram com o processo de implantação do novo modelo do setor elétrico.

Foi aprovada também em 10 de maio de 1999 pela Portaria n. 150 do Ministério de Minas Energia, a instituição do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão (CCPE) como órgão de coordenação do planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro, no lugar do GCPS (GCPS, 2002, p. 426).

Essas mudanças podem ser resumidas como a desverticalização das empresas, a implantação de um modelo comercial competitivo, a garantia do livre acesso à rede de transmissão e distribuição de energia elétrica e a redução do papel do Estado nas funções

empresariais no setor, o que vem ocorrendo com a privatização das empresas existentes e a licitação da expansão (BANDEIRANTE, 2002, p. 13).

Mais tarde, o MAE foi o responsável pela fixação de um preço de referência para a energia negociada através dos Contratos Bilaterais entre geradoras e distribuidoras ou relacionados aos produtores independentes e seus consumidores livres. A entrega física da energia especificada nesses contratos seria garantida pelo Operador Independente do Sistema - OIS, que tem sob controle todos os fluxos de energia negociados no mercado bilateral e no mercado à vista (TEODORO, 2006, p.83).

Com a criação de tantos órgãos, agências e entidades de representação corporativa houve uma fragmentação da estrutura do setor elétrico. O GCPS até então detinha todas as informações e estudos em nível nacional do sistema elétrico brasileiro, com característica mais “nacional – estatista”. Esse conjunto de empresas, conselhos e associações reúne os que planejam, regulam, fiscalizam, operam e organizam comercialmente a cadeia produtiva da energia. Desde a privatização até 2010 continuava na mesma lógica: cada vez mais capturada e subordinada aos interesses privados. A manutenção dessa estrutura institucional de mercado para organizar a indústria de eletricidade assegurou a continuidade da política de tarifas e preços da mercadoria eletricidade como commodity, isto é, ao preço internacional, figurado a fonte dos lucros extraordinários decorrentes da elevada produtividade do trabalho no interior da matriz de eletricidade brasileira (GONÇALVES, 2007, p. 55).

O discurso das autoridades governamentais buscou despolitizar o debate da energia, como se as agências reguladoras fossem instâncias técnicas que atuassem com neutralidade. A própria ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que é sempre apresentada como instituição constituída de um corpo técnico que trabalha sob princípios “científicos”, tem a competência de engendrar um sistema de regras baseadas em indicadores de mercado destinadas a regular a indústria de eletricidade. O governo FHC afirmava que essas regras eram neutras e que, quando empregadas, resultavam em benefícios para toda a sociedade. Contudo, criaram-se condições para a especulação nas tarifas. Por exemplo, a Resolução nº 281/99, garantiu o livre acesso aos consumidores livres para negociar diretamente com qualquer usina geradora ou distribuidora o melhor preço de energia para seu consumo (GCPS, 2002, p. 456). Nos dias atuais as empresas continuam fazendo uso desta lei que a mais de 17 anos foi sancionada.

Assim, construiu-se um padrão de regras onde a energia foi colocada como uma mera mercadoria. Seu comportamento e finalidade são questionáveis e isso é parte de uma

estratégia para retirar qualquer participação popular e esvaziar o poder do Executivo e do Legislativo de fiscalizar o serviço público e muito menos o privado. Existem as audiências e consultas públicas onde a população tem o “direito” de colocar suas opiniões e sugerir modificações, porém todas as decisões finais se dão entre governo e empresas privadas. Mesmo com observações e problemas a serem resolvidos antes de proceder às obras, eles se justificam afirmando que houve consultas, e que a produção de energia para o País é urgente e necessária. Tudo é justificado pelo interesse público. Em alguns casos, as obras sequer tem liberação ambiental e o andamento da construção está em processo avançado, e se o Ministério Público embargar a obra e isso vir à público, a obra pode até ser interrompida, porém logo a empresa recorre à justiça e, às vezes, recebe multa (mas não paga) pela inadimplência e tudo volta ao normal.

2.2 A reorganização da produção e a distribuição da energia

Todo este processo de privatização garantiu e garantirá futuramente o fluxo de capitais internacionais com mando no setor elétrico brasileiro. Assim, quando a indústria de eletricidade estatal perdeu toda sua capacidade de autofinanciamento e o Estado brasileiro se encontrava numa situação de completo estrangulamento financeiro, se pôs em marcha uma profunda reestruturação no sistema financeiro no Brasil na área de indústria de infraestrutura, especialmente na indústria de eletricidade.

A indústria de eletricidade quer ter mais eficiência nos lucros em menos tempo, porém ela é intensiva em capital fixo. O processo de produção da energia, que acontece com os procedimentos da liberação dos licenciamentos e a construção da própria obra, significa elevado tempo gasto e, conseqüentemente, a rotação do capital atrasa. Isso acaba sendo um limitador para a reprodução de valor, ou seja, o tempo empregado para produzir uma mercadoria ou o tempo total – produção/circulação – o tempo que leva o capital para realizar-se desde a produção até a troca por dinheiro, que é a soma do período de produção e o tempo de circulação (GONÇALVES, 2007, p. 150).

Existem várias unidades de produção com diferentes tecnologias e capacidades de gerar eletricidade, sendo as termoelétricas as principais mundialmente. Mas a hidroeletricidade, nas condições atuais de produção, é considerada de menor investimento, enquanto as outras fontes possuem maior custo devido às tecnologias necessárias. Para se produzir a hidroeletricidade também se conta com maior produtividade/eficiência (perde menos na hora de produzir), pois o rendimento ou aproveitamento da tecnologia pode

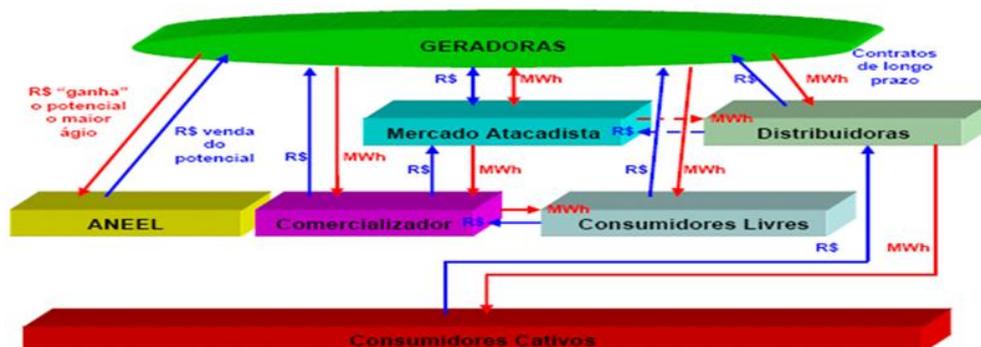
chegar até 92%, enquanto as demais tecnologias combustão, por exemplo, giram entre 30% e 50%, no máximo. Como bem de produção, a energia hídrica passa a ser a mais disputada, porque possibilita aos detentores dos meios de produção tornar o trabalho dos trabalhadores mais produtivo e, conseqüentemente, se apropriar de maior volume de valor excedente (CERVINSKI, 2010, p. 16).

Dos estudos de implantação até a construção de uma usina muitas vezes demora de 8 a 10 anos, os riscos são elevados e o tempo para recuperar os investimentos é maior ainda. O objetivo do capital para reprodução de valor passa ser a redução do tempo de rotação do capital, como forma de resgatar mais rapidamente o valor do capital fixo e ampliar o mais valor (GONÇALVES, 2007, p. 150).

A indústria de eletricidade foi reestruturada para reduzir o tempo de rotação do capital. A característica principal dessa reorganização foi o fracionamento em vários segmentos de negócios geração, transmissão, distribuição, comercialização e a divisão em consumidores livres e cativos. Cada fração passa a ser um projeto de empreendimento, ou melhor, um grande negócio e entre eles se estabelece um processo de relação simultânea.

As geradoras passam energia para os vários ramos do negócio para o mercado atacadista, o mesmo passa para as distribuidoras, e estas serão as únicas que repassam para os consumidores cativos, que são obrigados a comprar da distribuidora que existe disponível na região. As distribuidoras também repassam diretamente para as comercializadoras, os consumidores livres e a ANEEL. Os consumidores livres recebem também dos comercializadores e o mercado atacadista também dispõe para as distribuidoras, como podemos observar no circuito comercial na figura 03.

Figura 03 - O circuito comercial na cadeia produtiva de eletricidade



Fonte: GONÇALVES (2007, p. 94).

Grande parte das medidas de reorganização do setor elétrico brasileiro tomado nos últimos 20 anos continuam mantidas na mesma lógica de beneficiamento das grandes empresas. Uma parte significativa das leis e da própria estrutura reorganizada do setor permanece a mesma pós-privatização, como podemos observar no circuito comercial na cadeia produtiva de eletricidade como exemplo.

No sistema de mercado a estratégia é cobrar dos consumidores a amortização num período de 30 anos. Esse valor é determinado no processo de leilão que várias empresas disputam para oferecer o preço mais barato. Neste período de 30 anos de concessão vão acontecendo reajustes e variações financeiras que acabam impactado na conta dos consumidores. Assim, o discurso é de que sempre estamos a pagar a amortização, quando, na verdade, ela já foi paga logo nos primeiros anos.

Nesse novo modelo de financiamento criado com as privatizações, a concessão das hidroelétricas é assegurada pela viabilidade econômica demonstrada pelo projeto, e não pela capacidade de pagamento que, os que solicitam empréstimos, demonstram ter. É quando o projeto apresenta garantias suficientes de acumulação a todos os agentes participantes do projeto, em especial à banca internacional (GONÇALVES, 2007, p. 338).

Estabelece-se um conjunto de contratos entre todos os agentes que, de alguma forma, são partes integrantes do projeto, tais como: proprietários financiadores, fornecedores, compradores da produção, administradores independentes, seguradoras, instituições públicas e instituições de direito privado.

Os proprietários geralmente são um consórcio de empresários que atuam na cadeia. Os fornecedores correspondem a um grande número de empresários de bens e serviços para implantação, operação e manutenção do empreendimento, como as empresas de construção civil, montagem das instalações, fabricantes de máquinas e equipamentos, etc.

Os compradores são os diversos agentes que se comprometem em comprar a eletricidade, como distribuidoras e consumidores livres. Os administradores independentes geralmente são bancos, empresas de consultoria, assessoria técnica e jurídica, etc, que fazem a administração dos vários contratos e grupos de interesse. As seguradoras atuam para reduzir riscos e os agentes de Estado, como a ANEEL, ONS, EPE e CCEE dão garantias contra riscos e viabilização técnica e econômica necessária à consolidação do empreendimento.

Cabe destacar que, o Estado pós-privatização continua com a tarefa de financiar e assegurar os meios para viabilizar a receita necessária às empresas em longo prazo. Marx nos ajuda a entender esse processo:

O capital fixo compromete a produção dos anos sucessivos, e assim como contribui para a criação de uma grande renda, também antecipa trabalho futuro como equivalente. A antecipação de frutos futuros do trabalho não é de modo algum uma consequência da dívida pública, etc, não é, em resumidas palavras, uma invenção do sistema de crédito. Tem sua raiz na forma específica de valorização, rotação e reprodução do capital fixo (MARX, 1978, p. 119).

Marx explica que, nos estágios menos desenvolvidos da produção capitalista, não se realizam por métodos capitalistas os empreendimentos que exigem longo período de trabalho. É o que se dava, por exemplo, com as estradas, canais etc, feitos à custa das comunidades ou do Estado (MARX, 1980, p. 246).

Segundo Sauer (2002), os projetos de financiamento são os meios pelos quais os empreendimentos têm sua garantia decorrente de cobranças de tarifas finais aos consumidores. Nesse sentido, instituiu-se pós-privatização uma política tarifária centrada em resguardar o “equilíbrio econômico financeiro” do empreendimento concedido. Para isso, os contratos de concessão estabelecem critérios de reajuste e revisão da tarifa, indicadores para correção da inflação, fórmulas e todo tipo de parâmetros necessários para o cálculo das tarifas, o tempo da concessão, bem como as condições para renovação (GONÇALVES, 2007, p. 342).

Essa arquitetura complexa de organização serve para atender a todos os agentes empresariais envolvidos e garantir o controle político, pelo Estado, para que não venha ocorrer nenhum contratempo ou intervenção que possa atrapalhar todos esses acordos econômicos. A viabilidade do projeto de exploração do trabalho excedente requer longo prazo, no caso da indústria que produz a eletricidade.

O endividamento crescente das empresas e a apropriação do trabalho excedente são sustentados pelas tarifas finais e, se as receitas não forem suficientes, as mesmas têm a tarefa de resgatar “o equilíbrio econômico e financeiro” das empresas através de metodologias “técnicas e científico”. Ou ainda, o Estado tem a tarefa de custear o lucro que as empresas não tiveram (GONÇALVES, 2007, p. 357).

Não bastasse o controle tradicional, eficiente e rigoroso da acumulação, foi necessário evoluir, qualificar os mecanismos usados até então. Harvey discute o conceito de acumulação por espoliação, que nos ajudara a explicar o processo de privatização do setor elétrico brasileiro. Segundo Harvey:

A ideia central é que além dos mecanismos tradicionais da acumulação primitiva (mercadificação da força de trabalho, privatização da terra,

expropriação dos camponeses, comércio de escravos, sistema de crédito, dívida pública) foram criados uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação, a saber: Acordo TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), biopirataria, mercadificação da natureza, regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho, o patenteamento e licenciamento de material genético, privatização de bens públicos antes administrados pelo Estado (HARVEY, 2010, p.97).

Quando os processos tradicionais de acumulação já não são mais suficientes, é necessário criar novas formas mediante a espoliação de recursos naturais e territoriais. A energia é um deles.

Segundo Walter, nos marcos da atual revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, três são os recursos naturais estratégicos, a saber: a energia, em suas diversas fontes, a diversidade biológica e a água (WALTER, 2006, p 296).

2.3 A combinação da estrutura industrial da energia com o sistema financeiro

A indústria de eletricidade passou a ser organizada com base na economia de mercado mundial, porque a energia era central para a reprodução do valor e, ao mesmo tempo, responsável por desenvolver a produção nas indústrias.

Em 1998, o capital privado passou a responder por aproximadamente 60% da eletricidade distribuída no país, em decorrência da venda de mais cinco concessionárias (GCPS, 2002, p.327). Esse modelo de organização teve seu primeiro exemplar desenvolvido no Chile, de 1982 a 1990, durante a ditadura militar, e a partir da década de 1990 se tornou orientação do Banco Mundial para os demais países latino-americanos através do “Consenso de Washington”¹⁰.

No final da década de 1990, o Banco Mundial financiava a reestruturação do setor de energia em cerca de 37 países. Quase todos os projetos aprovados do documento de política energética de 1993 incluíram assistência, condicionalidade, assim como outros nove projetos em setores não energéticos (The World Bank, 1994 apud VAINER 1998, p. 03).

No caso da indústria de eletricidade, como afirma Gonçalves (2013), o desdobramento dessa política foi a institucionalização da eletricidade como mercadoria

¹⁰O **Consenso de Washington** foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

com o seu preço internacionalizado.¹¹ Com a edição da Lei n. 8.631, em 1993, extinguiu-se o modelo de preço baseado no custo do serviço nacional da eletricidade e, com Decreto nº 774/93, delegou-se às empresas distribuidoras de eletricidade o poder de propor os seus preços, pondo fim ao princípio da eletricidade como serviço público. Assim, no primeiro semestre de 1994, as empresas distribuidoras de eletricidade tiveram os seus preços de eletricidade profundamente aumentados. Como menciona Célio Bermann (2012), em uma entrevista à IHU On-Line, o debate central diz respeito à apropriação da renda hidráulica, que deveria estar no centro das discussões, mas cede lugar à lógica comercial determinada pelo mercado. A questão estratégica é substituída pelas controvérsias dos lucros e prejuízos sob ação do capital especulativo.

Segundo Teodoro, a fixação das tarifas passou a ser baseada na estrutura de custos das empresas e projetada para refletir as necessidades de fluxos de caixa das mesmas. Essa medida foi uma tentativa de dar às concessionárias condições de recuperação financeira e torná-las mais atrativas para os investimentos privados (TEODORO, 2006, p.72).

Neste sentido, a eletricidade se transforma em uma mercadoria diferenciada, porque possui dupla função: pode ser um bem de consumo e também pode ser um bem de produção. Como bem de produção, ela é usada principalmente na indústria para mover máquinas e equipamentos modernos que possam aumentar a produtividade da classe trabalhadora e, portanto, gerar mais valor excedente. Como bem de consumo é um produto de uso social, isto é, tem grande número de compradores e não possui produtos que possam substituí-la. Com essa característica de dupla função é uma mercadoria que não possui dificuldade de consumo e comercialização – a produção e a comercialização são imediatas. Como explica Gonçalves:

Vale destacar que a eletricidade, na atualidade da sociedade capitalista, é um produto fundamental em múltiplos espaços sociais. Tem larga utilização como bem de consumo; bem de produção; e bem de serviço. É uma mercadoria imprescindível socialmente e sem substituta, condição que lhe assegura um imenso número de compradores cativos. Como mercadoria a eletricidade é um produto que não tem como ser estocado após a sua produção. Por isso, o ato de produção é também circulação [...]. O que se quer dizer é que a eletricidade é produzida, ou melhor, é transformada desde a geração até o uso final simultaneamente. A geração, a transmissão e a distribuição compõem o sistema fabril da eletricidade. Somente, depois de passar por estas fases é que a eletricidade, em geral, pode ser

¹¹ A base de referencia do preço da venda da energia é avaliada pelo custo de produção da energia mais cara do mundo.

transformada para um determinado uso final. Por isso, produção e consumo de eletricidade são atos simultâneos (GONÇALVES, 2007, p. 312).

A reorganização do modelo do setor elétrico teve como característica central a privatização e controle das corporações transnacionais privadas sobre a energia, através de uma fusão de grandes empresas. São empresas transnacionais, bancos e fundos internacionais que passaram a controlar o setor elétrico nacional e se apropriar dos resultados. Grandes bancos privados (Santander, Bradesco, Citigroup, HSBC, BTG Pactual, Votorantim, etc), empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, Queiroz Galvão, etc.), corporações transnacionais (Suez, Tractebel, AES, Duke, EDP, Iberdrola, Endesa, Enel, General Eléctric, Votorantim, etc.), mineradoras e metalúrgicas (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom, etc.) e empresas energéticas (CPFL ISA, Energisa, JP Morgan, etc.) (MAB, 2008).

Segundo Walter, a economia internacional é empurrada a adotar características globais que estão cada vez mais definidas por corporações privadas (...), enquanto, os acordos comerciais formulados para reduzir as barreiras entre países são cada vez mais usadas para evitar que os governos regulem produtos ecologicamente destrutivos (WALTER, 2006, p.311).

A base material determinante da nova organização no setor elétrico presente nas empresas acima citadas está ligada à predominância do sistema financeiro internacional através do sistema de financiamento, cujos desdobramentos têm reestruturado a indústria de eletricidade, sustentada nas tarifas finais, principalmente dos consumidores cativos.

Segundo Gonçalves, todas essas tendências na distribuição do capital, de emprego, de produção de renda e de bens de serviço no mundo de hoje têm a ver com a mudança nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista em favor da hegemonia do capital financeiro. Assim, as transações cambiais do mundo, que eram mais ou menos de 20 bilhões de dólares em 1970, eram já de 1,3 trilhões de dólares em 1999 (Gonçalves, 2015, p. 37). Desse modo, neste período da globalização neoliberal generaliza-se a financeirização das empresas.

Usa-se para o sistema financiado farto dinheiro público que vem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a quem coube o papel de complementar dos fundos de pensões e fundos de investimentos. O BNDES chega a investir até 80% em uma obra e a controladora da obra tinha de 10 a 15 anos para pagar (Bermann, 1991, p. 98).

Por isso, se tornou necessário e estratégico reorganizar a produção e distribuição da energia elétrica brasileira para vinculá-la a uma lógica de combinação da sua estrutura industrial com o sistema financeiro. Um negócio espetacular.

Até mesmo as estatais restantes foram conduzidas a assumir a “gestão estatal empresarial” e grande parte das ações de controle foi transferida para o capital privado: 40% da Eletrobrás, 78% da CEMIG, 65% da Cesp, 79% da Copel, 80% da Celesc. (ANEEL, 1999).

A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consistem em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Segundo Marx:

Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam - mesmo quando conferem direito a rendimentos seguros, como as apólices da dívida pública, ou constituem títulos de propriedade sobre capital real, como as ações -, e que é regulado por leis que diferem das relativas ao valor do capital efetivo representado pelo menos em parte por tais títulos. E quando esses títulos representam, em vez de capital, mero direito a rendimento uniforme, esse direito se expressa em capital-dinheiro fictício que varia sem cessar (MARX, 2008, p. 621, 622).

O capital fictício do banqueiro em grande parte não é próprio, mas do público que o deposita no banco, com ou sem juros e seja usado para a apropriação de um negócio que não é apropriável, mas sim usado para a especulação.

Ao mesmo tempo, a eletricidade foi transformada em uma mercadoria internacional (commodity¹² com a nova organização da indústria de eletricidade brasileira, sob hegemonia das ideias neoliberais, a energia elétrica passa a ser nesse sistema de produção a principal mercadoria, a única capaz de sob certas condições resgatar as taxas de lucratividade nessa atividade econômica. Para atender a esse interesse, as tarifas de energia elétrica passaram a seguir os preços internacionais (GONÇALVES, 2007, p. 209).

Para melhor entender a lógica do capital, importa destacar que esse preço de produção médio geral não é determinado pelo preço de custo individual de cada sistema de geração, mas sim expressa o preço de produção de custo médio da eletricidade nas piores condições de produtividade de todo o segmento de produção. Segundo Gonçalves:

¹² Commodity é, em resumo, uma mercadoria, cujo valor de mercado é negociado na bolsa de valores internacional, razão pela qual o seu preço é determinado pela lógica da oferta e procura. A função desta mercadoria é estabelecida como um simples negócio e não como um bem necessário para o bem estar humano. Tem energia quem tem condições de pagar a preços de mercado internacional.

No caso da geração de eletricidade, esta corresponde à condição de geração térmica a partir dos combustíveis fósseis. Esta forma – geração de eletricidade de origem térmica – determina o preço médio geral. [...] Por isso, o preço médio de produção por unidade de eletricidade produzida é dado pelo custo de produção por unidade de eletricidade nesta condição (térmica de combustíveis fósseis) mais a taxa média de lucro aplicada sob o total de capital empregado para produzir uma unidade de eletricidade. [...] Do ponto de vista da produção, a matriz elétrica brasileira possui em torno de 80% de fonte hídrica, passou a preços internacionais e os detentores do capital passaram obter lucros suplementares (ou lucros extraordinários), resultado da diferença entre o seu preço de produção a partir dos recursos naturais hidráulicos e o preço de produção social médio baseado nas termelétricas (GONÇALVES, 2007, p. 173, 174).

Mais-valia extraordinária, segundo Marx, é um lucro extra, além das taxas médias de lucro recebidas pelo conjunto dos capitalistas. Geralmente é temporária. No entanto, quando as empresas conseguem monopólio, a mais-valia extraordinária passa a se tornar permanente. A eletricidade brasileira, por suas características, proporciona essas condições aos capitalistas. E podemos observar que a cada ano esse lucro extraordinário na área da energia passa a ser mais extraordinário ainda. São criadas leis, instituições, regras, tarifas e bandeiras para que seja garantido esse processo de forma legal e passiva no que se refere à contestação social. Gonçalves explica melhor como é arquitetado o lucro que precisa ser alcançado:

O lucro suplementar da geração da eletricidade hidráulica é resultado da diferença do preço de produção social médio – térmicas a combustíveis fósseis – e o preço de produção próprio das hidrelétricas. Esta noção – *lucro suplementar* – é fundamental para a aproximação e entendimento da produção de energia elétrica no Brasil como mercadoria internacionalizada. Pois, ela historicamente, e, principalmente na atualidade, tem sido um dos fatores centrais na “*disputa pelas fontes e controle dos excedentes*” da indústria elétrica brasileira (GONÇALVES, 2007, p. 175, grifos no original).

No processo de privatização, o governo junto com as empresas interessadas que compraram parte das ações de mando das hidroelétricas impuseram um sistema de tarifas que é a principal característica do modelo, o chamado *sistema tarifário por incentivo*, que permite a extração da mais valia extraordinária e a apropriação privada dos excedentes pelos controladores da cadeia industrial elétrica e pelos grandes consumidores, e que penaliza a população brasileira e os trabalhadores da energia. O sistema de tarifas, na justificativa da “modicidade tarifária”, simula uma falsa concorrência através dos leilões de

energia e, assim, as tarifas foram internacionalizadas e os preços da eletricidade brasileira passaram a ser vinculados ao custo da energia térmica. Se compararmos a potência que o Brasil ainda tem para ser explorado em comparação aos demais países da América Latina e dos países do norte e Europa principalmente, ele acaba sendo umas das grandes referências de futura exploração, especulação e concentração de produção de energia.

Outro fator colocado é a necessidade de energia para a indústria no Brasil. Muitas dessas indústrias são tiradas de outros países onde o custo de produção é maior. A própria modernização nas estruturas da construção civil faz com que a indústria de construção de pré-moldados possa ser uma saída rápida de instalação de fábricas em qualquer lugar do mundo, porque são tiradas e colocadas em territórios do dia para a noite, usando e contaminando o meio ambiente, fazendo grande uso de fontes de águas e explorando trabalhadores. E por serem principalmente eletrointensivas, geram pouco emprego.

Podemos analisar que a indústria em questão é a de processamento de matéria-prima exclusivamente, primeiro processo de industrialização que se faz no Brasil, momento em que mais é necessária e de forma intensiva o uso da energia. Depois, essa mercadoria inacabada vai para as fábricas de países centrais, onde é terminado o processo de industrialização, com menos consumo de energia. Quando a mercadoria estiver pronta pouco tempo depois, essas mercadorias voltam com valor “agregado” para o Brasil comprar e consumir. Chamamos isso de modelo capitalista dependente, insustentável, contraditório e explorador de força de trabalho e dos recursos naturais da América Latina.

2.4 A tarifa de energia dos consumidores cativos como a principal forma de sustentação do modelo especulador

As tarifas deveriam ser "razoáveis", levando em conta todas as despesas e operações, impostos e taxas de qualquer natureza, assim como as reservas para a depreciação e para a remuneração do capital. A preocupação de evitar e combater os lucros excessivos já aparecia na Lei de 1904, que ordenava a redução de tarifas sempre que os lucros excedessem a taxa de 12% ao ano sobre o capital que o governo houvesse aprovado (LORENZO, 1987, p. 86).

Como vimos anteriormente, na reorganização do sistema elétrico brasileiro criaram-se dois tipos de consumidores. Os "livres" são grandes consumidores e recebem energia ao preço de custo real da hídrica (a mais barata). No início da década de 1990 eram cerca de 650 grandes empresas que consumiam 30% da energia no Brasil. Basicamente, a indústria

eletrointensiva exportadora de commodities, que faz parte dos grandes consumidores e se caracteriza como um setor altamente poluente, de baixo valor agregado, baixa geração de emprego e que recebe altos subsídios do sistema - em média, naquele período recebia energia a um preço dez vezes menor que as tarifas pagas pelo povo brasileiro (Bermann, 1991, p. 39).

Por outro lado, temos os consumidores "cativos", que compram a energia que está disponível na região de seus estabelecimentos. Estes são a totalidade das residências dos brasileiros (60 milhões). Segundo a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, o Brasil contava, em outubro em 2015, com mais de 77 milhões de "Unidades Consumidoras" (UC), junto com as pequenas e médias indústrias e pontos comerciais. A estes, as tarifas brasileiras foram elevadas a patamares internacionais desde o processo de privatização. Pagamos como se estivéssemos produzindo energia térmica da mais cara em nosso país. Nesse sentido, a conta de energia dos brasileiros é a 5ª mundialmente mais cara, quando deveria ser o contrário. Isso garante ao capital, que controla a indústria elétrica, lucros extraordinários. Enquanto isso, entre as empresas acontecem negociações/concessões com os consumidores livres (eletrointensivos), que podem negociar de onde vem a energia que consomem. Muitos deles são auto produtores e, ao mesmo tempo, vendem sua energia para o Sistema Interligado Nacional (SIN) a um preço alto, e depois compram de volta do SIN com preço subsidiado.

No caso específico da revisão tarifária periódica, executada pela Aneel, parte-se do modelo CAPM, padrão dos Estados Unidos da América. Ou seja, o modelo CAPM¹³ aplicado aos mercados de capitais da economia dos EUA, onde existem grande liquidez e ativos com diversos prazos de recebimento dos seus fluxos de caixa e, por premissa, sem risco (ANEEL, 2009. p.22). A esse modelo padrão são incorporados prêmios de risco adicionais associados às especificidades do Brasil, a saber: prêmio de risco país, prêmio de risco cambial e prêmio de risco regulatório adicional. Ou seja, sempre quando houver qualquer eventualidade de descontrole do sistema que coloque em risco o lucro das empresas são empregadas formas de cobranças devidamente legais.

Entre 1973 a 1980, a eletricidade foi vendida às indústrias a uma tarifa média de US\$ 27,00 por MWh; de 1981 a 1988, de US\$ 35,00 por MWh; e de 1989 a 1993 a tarifa média foi de US\$ 48,00 por MWh. No ano de 1994, quando o governo brasileiro já

¹³ O modelo CAPM é aplicado aos mercados de capitais da economia dos EUA, representa um excesso (adição de valor) no retorno de um ativo, de forma a remunerar o risco sistemático do mercado, é caracterizado pela ausência de impostos e outros custo.

preparava o setor para o processo de privatização, desencadeado em 1995, houve um profundo reajuste nas tarifas, elevando a tarifa industrial para US\$ 83,00 por MWh (GONÇALVES, 2007, p. 277).

Pode-se observar também que o preço da eletricidade residencial média nacional, que, em 1993, era de US\$ 78,00/MWh, teve o preço médio nacional aumentado para US\$ 134,00 em 10 anos e as propostas destes setores empresariais não deixam margem para dúvidas. Além de já se beneficiarem atuando em consórcios com as estatais em novos empreendimentos da indústria de eletricidade, querem aumentar ainda mais os seus lucros, apropriando-se da energia elétrica produzida pelas estatais cujas instalações já foram amortizadas pelos consumidores residenciais brasileiros.

A variação do índice de preços de energia elétrica residencial da Fundação Getúlio Vargas foi de 453%. A receita do setor que, em 1995, era de R\$ 14,84 bilhões, em 2004 alcançou o valor R\$ 66 bilhões (FARIAS 2006, p.105).

É importante destacar que se trata de um monopólio das empresas, pois o consumidor não tem outra opção de acessar o serviço a não ser pela concessionária que a adquiriu durante a privatização.

Quando o setor elétrico é privado, o mesmo é incompatível com o uso racional e a conservação de energia, ou pode até mesmo ficar à disposição retido esperando lucros maiores conforme a oportunidade. Vainer ironiza e explica que “*se o cara vende banana, ele não vai trabalhar para diminuir o mercado de banana*”. Ou, como o governo havia declarado, se o consumo de energia diminuiu, vamos aumentar o preço da energia (VAINER, 2002, p. 31).

A hegemonia das corporações internacionais privadas resulta na concentração de uma extraordinária riqueza, e os trabalhadores acabam pagando a conta dos agentes empresariais que atuam no setor, tudo, pois é sustentado pelas tarifas finais cobradas dos consumidores cativos, em especial pelos 60 milhões de consumidores residenciais.

2.5 A disputa pela base da elevada produtividade da hidroeletricidade

O uso dos potenciais hídricos para geração de eletricidade é prioridade absoluta dos controladores da energia, porque oferece vantagens e possibilita a extração do lucro extraordinário.

A hidroeletricidade apresenta alta produtividade do trabalho, quando comparada com as demais fontes de geração, e também possibilita o desenvolvimento de cadeias

industriais com o uso de motores elétricos, que apresentam 90% de eficiência, quando comparados com motores à combustão (50%). É uma energia considerada de baixo custo de produção e de alta eficiência. É considerada renovável, pois a intensidade das chuvas permite o armazenamento da água em lagos para uso posterior, no caso de poucas chuvas ou maior consumo, e o sistema nacional de interligação permite tudo isso (MAB, 2008, p. 32).

O grande negócio que se tornou a energia é movido pela necessidade internacional de consumo por países que não tem o potencial presente aqui no Brasil. Assim, a energia voltou para a agenda do governo federal e das empresas privadas com a retomada da construção de usinas de grandes porte e com grandes lagos. Em muitos projetos o próprio governo assume a construção das obras e depois entrega a empresas privadas, como o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na bacia do Rio Xingu, no Pará.

A mesma água de um rio pode ser utilizada diversas vezes, basta que sejam construídas diversas hidrelétricas em cascata, como mencionado anteriormente. O chamado Sistema Interligado permite levar e ceder energia de um canto do Brasil para outro, conforme a intensidade das chuvas, fazendo os lagos das hidrelétricas funcionarem como grandes caixas de reserva de água interligadas, inclusive entre países vizinhos e obter ganhos na eficiência. Este fator é preocupante em dois sentidos. Primeiro, está provada a eficiência que construímos no Brasil, por isso a energia poderia ser vendida aos consumidores a preço de custo de produção, muito acessível, porém não há sinais de que isso possa ocorrer. Segundo, poderia existir a exportação desta energia dentro de um sistema interligado e de cooperação com outros países, sem que houvesse exploração de um país sobre o outro, porém, esta relação de solidariedade também não está colocada.

Neste sentido, nos últimos 20 anos tem se intensificado os investimentos em território brasileiro, transformando o país em foco de disputa intercapitalista na área de energia e demais recursos estratégicos.

Um fato recente da disputa colocada foi a espionagem dos EUA no Ministério de Minas Energia, e no governo como um todo, que acabou vindo a público, porém sem nenhuma punição aos invasores.

Segundo Walter, o Departamento de Defesa dos EUA assinala ainda que vê seu próprio país “como a única nação no mundo que tem capacidade para projetar um poderio militar de envergadura planetária para conduzir com efetividade operação militar de grande escala longe de suas fronteiras (WALTER, 2006, p. 293, 294)”.

O Brasil é visado e disputado porque concentra grandes potenciais hidroelétricos, em torno de 260 MW, base de elevada produtividade natural, sendo que até então, foi explorado somente 30 % do potencia hídrico brasileiro. Na América Latina, o potencial chega a 730 mil MW. Nos planos decenais do MME de 2010, consta que a previsão para os próximos anos é de construção de mais 1.500 barragens em todo o Brasil. Em Minas Gerais estão previstas a construção de 401 barragens, dentre elas 101 somente no Rio São Francisco dentro do estado de Minas Gerais (ANDRIOLI, 2010, p. 27).

Todas essas obras planejadas estão sob o controle e asseguradas por planos de governos, empresas privadas e leis criadas nas ultimas décadas, que comprometem de certa forma governos futuros.

Sem o apoio participativo da sociedade brasileira, não há como romper com esta lógica. Exemplo disso é a sanção da Lei 11.651 de abril de 2008, originária da medida provisória que alterou a atuação da Eletrobrás, permitindo mais liberdade e igualdade de condições em relação a empresas e grupos privados. Ao mesmo tempo, o que tem prevalecido desde 1993 são as parcerias estratégicas entre público privados e o Grupo Eletrobrás, sempre com a participação minoritária estatal, que coloca em xeque as tomadas de decisão nos planos de empreendimentos e nos lucros desse modelo.

O que podemos perceber é que há um enorme potencial estratégico na área da energia a ser explorado no Brasil e em toda a América Latina. Esse potencial está mira do mercado internacional.

CAPÍTULO 3 - NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Um estudo feito por DRI/McGraw HILL afirmou que, por volta de 2020, o consumo de energia no Brasil deve aumentar 3,5 vezes. Com esta situação, a capacidade terá que ser expandida em 124 GW. Atualmente a capacidade brasileira é de 93.306.088 GW (ANEEL, 2016). O estudo classifica o Brasil como o país mais atraente para investimentos no setor elétrico (Chazyn, 1997, p. 20). Isso significa maior predomínio das empresas privadas no controle da indústria elétrica, principalmente na cobrança das tarifas e na exploração do potencial energético brasileiro. Além disso, está havendo uma grande pressão de empresas privadas sobre o governo para privatizar a parte do setor que ainda está sobre controle do Estado brasileiro.

No modelo do setor elétrico, persiste o abismo pós-privatização. No entanto, a reforma não chegou a ser concluída. O governo FHC esbarrou em uma série de barreiras que provaram a sua inviabilidade. A principal delas foi a falta de investimento do setor privado. O resultado foi a crise de oferta de energia elétrica que levou ao racionamento em 2001. Soma-se a isso o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas com a queda de consumo no fim do racionamento e o aumento do preço da energia para os consumidores (MACHADO, 2006, p. 74).

O apagão de 2001 sinalizou a falência técnica da reforma neoliberal do setor elétrico e desvendou a crise financeira das empresas privadas de energia elétrica, tornada pública no final de 2002. Isso colocou em evidência a irresponsabilidade e o fracasso econômico da reestruturação levada a cabo no governo FHC, com a participação efetiva das agências multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID).

Além das contradições que começaram a aparecer já no governo privatista de FHC, mais adiante, em 2004, com o governo Lula, percebe-se que o mesmo continuou aprimorando algumas medidas que atendiam a disputa e às exigências do grande capital, como a Lei 10.847/2004, que criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus

derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras¹⁴.

A criação da EPE foi um marco fundamental para o Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), uma vez que retoma pesquisas essenciais para o setor, do ponto de vista do planejamento, não apenas da geração, mas da cadeia como um todo e dos assuntos essenciais sobre energia, principalmente para o plano estabelecido entre governo e empresas.

Mesmo depois de todas as contradições evidentes no período pós privatizações, continuou havendo um grande aprimoramento do setor, onde grupos econômicos continuam ganhando muito dinheiro. Os projetos para expansão da oferta de energia permanecem sendo bem coordenados e a taxa interna de retorno continua altíssima. Por outro lado, o governo Dilma não avançou com propostas populares, porque não se colocou na disputa que é central, na acumulação da mais valia, já que os empresários fizeram uma pressão constante dentro do aparelho do Estado. Segundo Sauer:

Há muita reclamação do setor produtivo, abastecido no mercado não regulado, dito “livre”, que são cerca de 1.500 consumidores, que consomem aproximadamente 28% de toda a eletricidade brasileira e que têm enorme poder de barganha, e que continuam fazendo uma pressão enorme para continuar recebendo energia a preços muito abaixo dos custos (SAUER, 2012. p. 12).

Os mercados na área da energia estão cada vez mais controlados pelo setor privado, e com o objetivo de garantir a expansão da geração e atrair investimento. Neste sentido, o papel do Estado tem se resumido a promover consultas às empresas privadas e elaborar estudos de impacto apenas. Há pouca autonomia do Estado diante do lobby empresarial.

A burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 1848, p. 42).

A origem do Estado, nessa concepção, residiu justamente na emergência da propriedade privada, no momento em que um dado grupo – ou classe social – apropriou-se daquilo que pertencia a todos, subordinando os demais, transformados em força de trabalho. Nessa perspectiva, o Estado nascia da necessidade de certos grupos de

¹⁴ Lei n^o 10.847, de 15 de março de 2004.

proprietários, agora privados, de assegurar, ocultar e universalizar sua apropriação, mediante leis e outras medidas coercitivas capazes de garantir aos despossuídos não apenas a manutenção desta condição, como também que contra ela não se rebelassem.

Segundo Poulantzas “O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida simplesmente à dominação política”. Para o autor, o Estado “materializa e concentra as relações de classe, as quais são precisamente definidas pelo conceito de ‘poder’. O Estado não é uma ‘entidade’, com uma essência instrumental intrínseca, mas é, em si mesmo, uma relação, mais precisamente a condensação de uma relação de classe” (Poulantzas, 2002, p. 123).

3.1 Resultados desiguais para trabalhadores, consumidores, atingidos, acionistas e rentistas

Nas conjunturas de crise do sistema capitalista, os trabalhadores do setor de energia, os atingidos pelas construções das barragens e os consumidores são os que mais sofrem. Ao mesmo tempo, quando existe o chamado excesso de produção de mercadoria, são os trabalhadores que perdem direitos e condições de trabalho para garantir que o sistema continue lucrando. Porém, não é só na produção de mercadorias que o sistema se sustenta. Marx e Engels nos dizem que “o processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias”. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago (ANTUNES, 2004, p. 164).

A lógica do sistema capitalista consiste em não regredir na média da acumulação da produção social do mês ou do ano anterior. A meta é aumentar ainda mais a lucratividade e, conseqüentemente, aumentar a exploração em todos os sentidos. Agora, além das fábricas/indústrias, está colocada a presença de bancos que operam dentro de uma lógica de ganhar dinheiro usando todo o sistema econômico como base de seus lucros. Entre esses negócios está a propriedade de usinas hidrelétricas.

Nos últimos 15 anos tem aumentado a exploração sobre os trabalhadores do setor energético. Mesmo levando em conta os dados apresentados até aqui, ainda assim não conseguimos avaliar com profundidade as condições dos trabalhadores nesse setor e as conseqüências para a sociedade brasileira que paga tarifas abusivas.

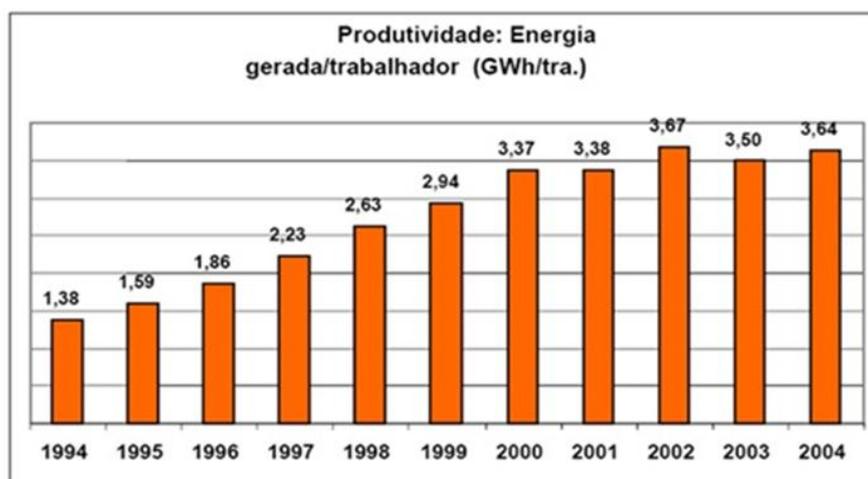
Nessa direção, podemos dizer que as condições dos trabalhadores desse setor são tão precárias que eles acabam sendo menos considerados do que a própria energia, uma

vez que a energia, juntamente com as novas tecnologias, é colocada como o principal elemento por sua capacidade de aumentar a produtividade com menor custo de produção, diminuindo postos e aumentando a jornada de trabalho, além de produzir muito mais em menos tempo.

Dados do Setor de Informações Empresariais de Energia Elétrica – SIESE/ELETROBRÁS e da Relação Anual de Informação Social – RAIS ligada ao Ministério do Trabalho traziam, respectivamente, que em 1994 existiam 188 mil trabalhadores no setor, sendo que, em 2002, em torno de 94 mil trabalhadores permaneciam no setor. Estes números e expressam o que é central dos processos de privatização: reordenar e intensificar a exploração do trabalho.

Antes da privatização nos anos 90, a média nacional anual de produção de eletricidade por trabalhador era de 1,3 GWh/trabalhador, após a privatização, a média nacional saltou para 3,5 GWh/trabalhador. Essa produtividade com menor número de trabalhadores e com produção excedente por trabalhador aconteceu sem a introdução de inovações tecnológicas, o que significa que os ganhos extraordinários de produtividade foram resultado da intensificação do trabalho no setor. Na Figura 04 podemos perceber a pressão que os trabalhadores foram sofrendo pós-privatização entre 1994 - 2004.

Figura 04 - Produtividade de energia gerada por trabalhador (Gwh/tra)



Fonte: (GONÇALVES, 2007, p.331).

Cabe destacar que esse quadro é revelador de que esse período de 10 anos, incluso nele o processo de privatização das empresas elétricas, foi marcado pela redução do efetivo

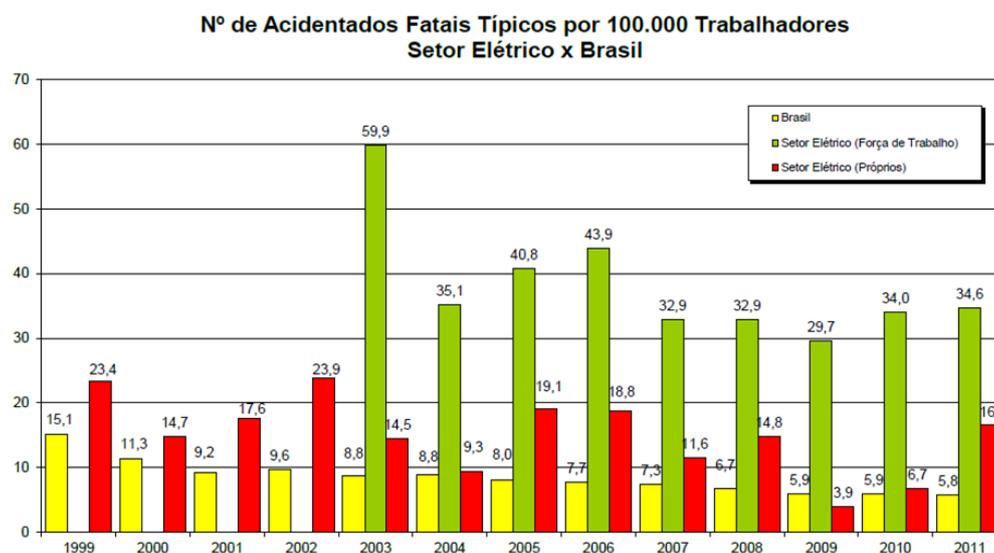
de empregados, com a conseqüente terceirização da mão de obra, principalmente dos serviços de manutenção, e que teve como agravante a perda do conhecimento técnico presente nas empresas que foram preparadas e entregues para a privatização.

Ainda em relação ao quadro, outro aspecto que destacamos é o fato que ele explicita da forma mais violenta possível o que trouxemos ao longo desse estudo: a essência de toda a relação capitalista entre trabalho, natureza e trabalhador. Trata-se de uma relação meramente espoliativa que tem como finalidade o lucro privado. Por isso, os produtores de toda esta riqueza são dispensados quando não convém à empresa a permanência dos mesmos nos postos de trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que o processo de exploração das empresas capitalistas chega ao seu auge mais moderno possível de exploração. “O trabalhador se torna o tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (ANTUNES, 2004, p. 176).

Segundo Oliveira, o processo capitalista mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

A figura 05 mostra que, com a precariedade, a retirada de direitos e o aumento da jornada de trabalho, os acidentes são a grande consequência para os trabalhadores que entram no “mercado” dentro de uma condição de trabalho violenta.

Figura 05 – Acidentes fatais típicos dos trabalhadores do setor elétrico em relação aos demais acidentes brasileiros



Fonte: (Site da previdência social em 10/ 06/ 2016).

Esta figura mostra que, no Brasil, os acidentes fatais de todos os setores de trabalho são considerados baixos diante dos acidentes fatais ocorridos no setor elétrico. Porém quando comparamos com os terceirizados, nos deparamos com uma média ainda mais assustadora e irreparável, considerando que este setor é responsável por uma produção bastante elevada nos lucros finais. Nos perguntamos: energia para quê e para quem? Para onde estariam sendo deslocados os lucros extraordinários produzidos por esses trabalhadores? Diante desse contexto, cabe questionar: energia para quê e para quem? Para onde estariam sendo deslocados os lucros extraordinários produzidos por esses trabalhadores? E cabe também a afirmação de que é inadmissível aceitar que, ao mesmo tempo em que os lucros são extraordinários, os trabalhadores morram nos locais de trabalho que geram esses lucros.

Um estudo feito pelo Dieese analisa que a terceirização da mão de obra também virou um grande negócio e faz parte do processo organizativo da indústria da energia:

O que se vê na realidade é a intermediação pura e simples de mão de obra, e não existe qualquer especialização da empresa terceirizada. Prova disso é que uma mesma empresa que é considerada prestadora de serviços especializados possui empregados de diversas áreas de atuação, desde a área técnica (eletricistas, técnicos, engenheiros), área administrativa (secretarias, auxiliares administrativos, contabilistas) e área gerencial (gerentes e coordenadores). Ou seja, a empresa terceirizada, fornece trabalhadores para diversas áreas da empresa, Assim, o serviço que a mesma fornece, na verdade é o “homem”, o “trabalhador” tanto é que os contratos são pagos por “hora-homem”. O que se paga para a terceirizada é o tempo de serviço de cada homem colocado à disposição da tomadora e não pelo serviço técnico especializado que deveria ser realizado. [...] Atente-se que é notório o enfraquecimento da organização sindical, vez que fica prejudicado o conceito legal de organização por categoria (eletricitários, telefônicos etc...) (DIEESE, 2014, p. 32).

Em muitos casos, dentro de uma empresa de grande porte cria-se outra empresa que terceiriza o trabalho. Podemos chamá-la de empresa de terceirização da força de trabalho. Um terceirizado é um trabalhador privado dos direitos historicamente conquistados, passando a ser um homem = hora trabalho + produtividade – custo de produção = mais lucratividade para as empresas.

Para tanto, podemos destacar que a indústria de energia elétrica brasileira é estratégica para a acumulação do capital, porque significa que os rendimentos financeiros se estabelecem em todos os setores da sua produção, inclusive nas construções das obras. Ou seja, construir uma barragem também é um grande negócio. O trabalho está sendo

intensificado, sem tecnologia e em péssimas condições de trabalho, como exemplo citamos o que ocorreu em Rondônia na construção da hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau. Lá, diante de exigências em relação a uma maior intensidade de trabalho houve uma revolta tão grande por parte dos trabalhadores, que, no dia 02 de abril de 2012 a situação foi ao limite e houve uma rebelião dos trabalhadores, onde foram queimados 37 alojamentos, de um total de mais de 100 alojamentos dos próprios trabalhadores. Nas informações que a imprensa divulgou, havia a denuncia do uso de produtos químicos usado pelos trabalhadores, com consentimento da empresa, como a droga óxido, que produz uma reação que aumenta a resistência com rendimentos na execução do trabalho, jamais visto nas construções de barragens¹⁵.

As duas usinas construídas estavam entre os principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As duas obras têm potência total de 6.900 megawatts (MW). O fato de ser uma obra do PAC foi uma das razões que deixou visível a necessidade de se acelerar o crescimento, sem gerar mais empregos e explorando mais, em menos tempo, com maior produtividade.

Outro fator são as empreiteiras que fazem a obra sem nenhuma fiscalização séria. Nestas mesmas obras de Santo Antônio e Girau foi encontrado e denunciado trabalho escravo. Depois, para compensar o trabalho escravo, a construtora Camargo Correa, uma das responsáveis pela obra, organizou shows de “circo erótico,” como foi chamado, para acalmar o ânimo dos trabalhadores. Cantoras seminuas faziam o espetáculo do final do ano festejando o Natal, já que muitos trabalhadores não eram liberados para voltarem para seus estados de origem para passarem as festas com a família¹⁶. Os trabalhadores receberam também um valor extra para usar nos prostíbulos da região, como recompensa para não abandonarem a obra nos finais de semana e nos feriados.

Os trabalhadores que procuraram emprego nessas obras vieram de vários lugares do Brasil, muitos não tinham nenhuma experiência na área de construção e acabaram se colocando em situações de trabalho consideradas como violação aos direitos humanos. Mudou-se a meta das obras, que ficaram prontas um ano antes do previsto, a fim de aproveitar esse ano que “sobrou” para vender a energia no mercado livre de curto prazo, principalmente porque neste período o preço estava excelente para obter lucros extraordinários.

¹⁵ Matéria com as denúncias do fato; <http://www.vermelho.org.br/noticia/150679-8>

¹⁶ <http://candidoneto.blogspot.com.br/2009/12/o-pac-erotico.html>

Este ritmo mais intenso de exploração força os trabalhadores a produzirem maior número de bens e serviços aumentando, ainda mais, o lucro das empresas, que já ganham com a redução salários dos trabalhadores, aumento das jornadas, aumento da intensidade do trabalho, diminuição dos valores das indenizações às populações atingidas pelas obras, tentativas constantes de retirar direitos dos trabalhadores e retrocessos nas exigências ambientais. Segundo Antunes, com base nos escritos de Marx e Engels:

O preço do trabalho no mercado, da mesma forma que o preço das demais mercadorias, tende a se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor, que, por tanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabara recebendo sempre em média, somente o valor de seu trabalho, ou o valor de sua força se trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários a sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em ultima análise, pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção (ANTUNES, 2004, p. 114).

Esta situação torna os trabalhadores vulneráveis a situações deprimentes frente aos lucros que as empresas acumulam durante este processo. Ao mesmo tempo, o trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho como uma mercadoria barata.

A figura 06 representa o que ocorre com os trabalhadores no mundo do trabalho, principalmente depois dos processos de privatização, terceirização e precarização.

Figura 06 - O mundo do trabalho capitalista



- Torneiro: uma vaga. Motoboy: duas vagas. Garçom...

A demanda nas fileiras para conseguir um trabalho, seja ele qual for, muitas vezes com características de trabalho escravo, tem aumentado nos últimos anos. A lógica do mercado da oferta e procura é positiva para as empresas, porque elas podem oferecer as piores condições, ou descartar quando achar necessário, sem a garantia de direitos.

Na empresa da CEMIG, no estado de Minas Gerais, estudos do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários, juntamente com Ministério Público Federal, comprovam que morre um trabalhador a cada 40 dias de acidentes de trabalho, sem contar os que ficam mutilados. Uma saída que os trabalhadores buscam nessas condições é o envolvimento com alcoolismo e drogas, e muitos entram em depressão. Dos trabalhadores da CEMIG, atualmente 8 mil são trabalhadores diretos e 16 mil são terceirizados. Alguns grupos contratados recentemente vivem em “senzalas” de 100 a 150 trabalhadores. Eles vêm do interior do estado de Minas Gerais, sem nenhuma formação técnica e ficam aglutinados e controlados pela empresa, em bairros distantes do centro.

Com receita líquida consolidada de R\$ 19,5 bilhões em 2014, é importante lembrar que 78% das ações da CEMIG são de controle privado. A empresa desenfreadamente viola os direitos humanos dentro das suas instalações e na geração de energia aos consumidores e atingidos por barragens (SINDIELETRO, 2015).

Outro estudo do Dieese evidencia que a CEMIG tem os maiores índices de terceirização e de acidentes no setor elétrico brasileiro. A própria empresa divulgou que existem, atualmente, cerca de 20 mil trabalhadores terceirizados exercendo atividades-fim. No entanto, há 15 anos consecutivos a CEMIG permanece no Índice Dow Jones de Sustentabilidade criado em 1999. A composição do índice da Bolsa de Nova York reúne 319 empresas de 26 países (SINDIELETRO, 2015).

É importante analisar a grande contradição existente entre os lucros da CEMIG, com a valorização no mercado internacional, e, ao mesmo tempo, o tratamento imposto junto aos que produzem esta riqueza, seus trabalhadores. É extremamente antagônica (não parece que estamos falando da mesma empresa) quando tratamos de lucros extraordinários e direitos violados, acidentes fatais e mutilações de corpos de trabalhadores. Se analisarmos a definição do que significa “sustentabilidade” nesses dados e, ao mesmo tempo, 20 mil trabalhadores terceirizados, compreendemos que a sustentabilidade está se referindo exclusivamente a uma empresa que tem recordes de lucro, mas não nas relações de trabalho.

A terceirização de mão de obra tem como objetivo a redução de custos em 85,6% dos casos, e realiza um serviço sem especialização, conforme comprova uma pesquisa divulgada no ano de 2014 pela própria Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2013 revela que durante o ano de 2013 foram registrados no INSS 717.911 acidentes de trabalho no Brasil. O total de acidentes registrados pela Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), aumentou em 2,30% de 2012 para 2013. Do total de acidentes registrados com CAT, os acidentes típicos representaram 77,32%; os de trajeto, 19,96%; e as doenças do trabalho, 2,72%.

Outro dado da AEPS comprova que mais da metade da força de trabalho no setor elétrico do Brasil é terceirizado; no setor de petróleo, por exemplo, vale a pena comparar, 75% dos trabalhadores são terceirizados (300.000). Os trabalhadores terceirizados possuem piores condições de trabalho, falta treinamento, transporte precário, não fornecimento de água potável, falta de sanitários, de lugar adequado para refeições, salários menores, o que provoca um maior índice de acidentes de trabalho, empobrecimento, diminuição na qualidade dos serviços para população. Assim, baixam os custos para as empresas. São esses mecanismos que as mesmas se utilizam. Esta realidade tem aumentado muito o lucro do empresariado e as chamadas “empreiteiras” de mão de obra.

Por outro lado, grande parte dos trabalhadores contratados nos últimos anos, mesmo não sendo terceirizados, estão enquadrados dentro da condição de trabalho e de salários inferiores aos que estão contratados há mais tempo. A média de diferença de salário entre os novos contratados em comparação aos mais antigos é evidente e insuficiente (SINDIELETRO, 2013).

Assim, à medida que aumenta o processo de privatização do setor elétrico brasileiro, aumenta o processo das terceirizações e a perda de direitos dos trabalhadores. Essa realidade não está presente somente no Brasil. Pode-se observar a crise que a Europa está passando, onde os trabalhadores vêm enfrentando o desemprego e a pauperização, sobretudo dos jovens. Esta situação desestabilizou o “Estado de bem estar social” que, de certa forma, era referência para outros países na questão dos direitos conquistados. Existe hoje uma progressiva padronização mundial de exploração dos trabalhadores.

As tecnologias inovadoras também resultaram muito mais rendimento, porém, em parte dos casos, existe o aumento da produtividade sem tecnologias. A hidroeletricidade é e será por um longo período a matriz de maior rendimento na produção de mercadorias, o que dá vantagens aos capitais que a controlam e que a disputam.

Segundo Walter, a técnica no interior da sociedade capitalista tem que resolver, também, o problema da concorrência entre os capitalistas e, para isso tem que submeter todo o processo de produção ao máximo controle (WALER, 2006, p. 83).

Este sistema tem, crescentemente, exacerbado a taxa de exploração do trabalho, apoiado por um processo regulatório fundado em "metas institucionais". O ataque constante aos direitos trabalhistas para aprofundar a reestruturação do mercado de trabalho e buscar um rebaixamento dos salários é foco constante, e os trabalhadores, a cada ano que passa, perdem direitos historicamente conquistados.

O que mais surpreende, na política adotada pelo Brasil contemporâneo é que as decisões de maior relevância, com graves consequências em curto, médio e longo prazo, são tomadas sem nenhum debate nacional, como menciona Vainer: o Congresso Nacional tem-se “transformado” numa espécie de câmara federal de vereadores, onde o que menos se discute são os interesses e os projetos nacionais (VAINER, 2007, p.133).

Todas as empresas têm como acionistas empresas e investidores estrangeiros. Assim, parte substantiva do lucro é remetida para fora do Brasil.

Quadro 03 - Lucro líquido das principais geradoras nacionais em 2013 e 2014.

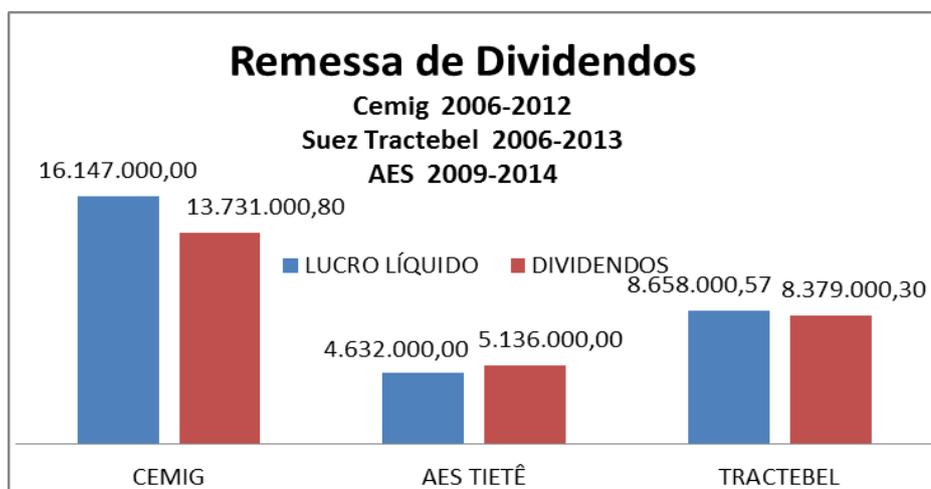
Empresa	2013	2014
AES Tietê	881 mi	449 mi
Duke	418 mi	286 mi
Copel Geração	1.079 mi	1.187 mi
Tractebel	1.437 mi	1.383 mi
CPFL Geração	311 mi	107 mi
CESP	991 mi	1.148 mi
CEMIG Geração	1.865 mi	2.074 mi
CELESC Geração	17 mi	101 mi
Eletrobrás Geração	1.629 mi	331 mi

EDP Geração	215 mi	267 mi
Alupar Geração	29 mi	82 mi
Neoenergia Geração	245 mi	77 mi
Somatório	9.062 mi	7.315 mi

Fonte: Aneel, (nota técnica 038-2015).

Para ilustrar, mostramos três casos (CEMIG, Tractebel e AES Tietê), que entre 2006 e 2014 enviaram mais R\$ 26 milhões aos acionistas estrangeiros, como ilustra a Figura 07:

Figura 07 - Remessa de Dividendos das empresas CEMIG, Tractebel e AES Tietê entre os anos de 2006 e 2014.



Fonte: Relatório Financeiro das empresas¹⁷: CEMIG, AES TIETÊ, SUEZ TRACTEBEL entre 2006 e 2014. Elaboração: HOHN, 2016.

Podemos analisar que com todo este potencial energético e organização eficiente, era evidente que o negócio da energia se destacaria como um campo enorme de lucros futuros. Os planos de viabilidade global de grandes empresas buscam analisar qual ramo de

¹⁷ Para elaborar a tabela as fontes utilizadas foram os relatórios financeiros das empresas CEMIG, AES Tietê, SUEZ Tractebel. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.aesbrasil.com.br/Paginas/aes-brasil.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/homepage.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015.

negócios serão mais rentáveis, em que região do mundo, país e localidade. Por isso se disputam as bases de elevada produtividade, neste caso a energia.

Mauro Borges, presidente da CEMIG, disse que a empresa será um dos principais players e líder de mercado nos próximos 30 anos. “A Cemig está muito organizada”. E arremata, salientando a intrincada reflexão entre o Estado e o capital privado:

A concessionária também será uma das grandes compradoras do mercado. A estatal está preparada para isso. Por isso, como a Cemig tem muitas empresas privadas no grupo, haverá uma ampliação em todos os quadros. Atualmente, são 8.000 funcionários diretos e outros 16 mil terceirizados. Vamos ampliar a geração hidráulica, já somos muito fortes em renovável e vamos ampliar mais. No Norte do país, a Cemig também pretende aumentar sua presença (SINDIELETRO, 2015).

3.1.2 As consequências deste sistema como violação dos direitos humanos na vida dos atingidos por barragens

Para aprofundar o debate das consequências para a sociedade brasileira é importante trazer as contradições deste modelo de acumulação e a espoliação enfrentadas pelas populações atingidas pelas barragens. Todas as contradições geradas deste processo e debatidas com a sociedade faz em parte de uma incansável batalha e experiência de organização que os atingidos construíram em todo o Brasil durante as últimas décadas, mais precisamente organizados nacionalmente no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O modelo de desenvolvimento estabelecido se materializa na retirada e expropriação dos meios de vida e subsistência das populações. Segundo Vieira e Zen, isso ocorre:

Na negação sistemática dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais destas populações; na incapacidade total do Estado, do ministério público e do poder judiciário em garantir estes direitos da população frente aos interesses das grandes empresas privadas do setor elétrico; na utilização da violência policial e até de tropas do exército para guarnecer os canteiros de obras e dispersar manifestações populares contra as barragens; na perseguição política, tentativas de criminalização e prisões arbitrárias de militantes sociais e líderes que organizam a resistência das populações. Além disso, os processos de licenciamento ambiental das obras são marcados por irregularidades e fraudes, onde impera a política do fato consumado em desacordo com a legislação vigente no país. As decisões sobre as liberações das obras não são técnicas e nem acontecem em ambiente democrático, são decisões políticas tomadas por governos

submissos aos interesses das grandes empresas. Todos estes problemas têm se agravado nos últimos anos (VIEIRA E ZEN, 2006, p. 10).

Teoricamente a EPE, teria a tarefa de ampliar a preocupação e acompanhamento com a questão social e ambiental causadas pelos empreendimentos na área de energia. Porém, no decorrer do processo identificamos diversas contradições, como, por exemplo, não fazer um planejamento conjunto com as diferentes e diversas entidades da sociedade civil, e tão pouco respeitar o direito básico de participação das populações atingidas e ameaçadas nas tomadas de decisões.

Vainer questiona essa conduta, afirmando que a:

[...] ausência de um debate público consistente e abrangente sobre o novo modelo institucional, bem como sobre suas implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social nos processos de decisão. (VAINER, 2007, p. 121, 122).

Tem se mantido um padrão de violação dos direitos humanos nas construções e na exploração das hidrelétricas no Brasil. Durante muitos anos o MAB denunciou, e segue denunciando, a violação de direitos humanos nas construções das barragens. Em 2010 a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em seu relatório final, constatou que tem se mantido um padrão de violação dos direitos humanos nas construções e na exploração das hidrelétricas no Brasil.

Existe um reconhecimento sobre a forma violenta como foram instaladas as hidrelétricas, e sabemos que, na realidade, o padrão de violação é o mesmo até os dias atuais, já que nenhuma política de tratamento às famílias atingidas foi definida pelo Estado brasileiro. Um dos direitos mais básicos, que é o de ter as informações no processo de construção da obra sobre seus direitos, é violado até hoje. Todos os projetos foram feitos de forma que o Estado ajudou na sua completa segurança, fossem eles públicos ou privados. Não temos exemplo melhor do processo violento ocorrido em Belo Monte, no estado do Pará. No entanto, existe um padrão de violação dos direitos humanos na construção das hidrelétricas no Brasil. Segundo Vainer:

A declaração de representante da Eletrobrás à imprensa, em 1988, expressava de maneira adequada o clima então dominante: realmente nossas hidrelétricas foram construídas sem qualquer preocupação com a qualidade de vida da população e com o meio ambiente, gerando dessa forma desastres calamitosos do ponto de vista social e ecológico. Mas

tenham uma dose de paciência com o nosso setor: afinal, reconhecemos nossas culpas e estamos dispostos a revisar nossas políticas para tentar resgatar nossa dívida com a sociedade brasileira (Jornal da Tarde, 11.5.1988, apud VAINER).

No decorrer deste trabalho buscamos trazer elementos para explicar que para os capitalistas a energia é uma mera mercadoria que precisa ser gerada, circulada e consumida, independentemente de qualquer situação. Se a lógica é o lucro, que empresa vai querer tratar com respeito a questão social e ambiental? Nenhuma! Porque requer um investimento enorme para repor todas as perdas e danos, e mesmo assim não se consegue repor na sua totalidade, e se nada foi feito em relação a isso, podemos concluir que a violação é inegável e que a mesma continua acontecendo em prol do desenvolvimento das grandes empresas e bancos especuladores.

Podemos dizer que essa realidade não decorre da incapacidade do Estado, até porque não há nenhuma tentativa de defesa dos direitos humanos das populações atingidas. O Estado brasileiro nunca propôs nenhum projeto que garantisse as condições de vida necessárias para os atingidos. Porém, fez uma opção de desenvolvimento, que resulta na exploração predatória de recursos naturais, e na violência contra populações atingidas com a perda da soberania nacional.

O fato de não haver uma Política Nacional de Tratamento aos Atingidos por Barragens (PNAB) e uma definição clara e oficial do conceito de “atingido”, faz com que continue sendo naturalizada a velha justificativa dos empreendedores nas audiências públicas: “alguém precisa sofrer/pagar para que a sociedade toda ganhe”. Com isso, os territórios ficam livres para o que as empresas vêm fazendo desde o início da construção das barragens, onde elas próprias definem, de acordo com seus interesses, quem são os atingidos por barragens, qual o valor das indenizações e o método utilizado para as negociações, pelo qual, na maioria das vezes, no primeiro contato se exclui as mulheres da participação das decisões. Quem é ouvido e consultado sempre é o chefe da família, no caso o pai da família, (na falta do pai é o filho mais velho ou a mulher). Além disso, as negociações são feitas de forma individualizada, nas audiências públicas que reúnem algumas vezes para expor o projeto, sempre apresentado em uma linguagem que os atingidos não compreendem, deixando-os impotentes para questionar ou reivindicar melhores condições. O maior objetivo desse tipo de audiência é propagandear a grandeza do projeto e afirmar que isso vai ser bom para os atingidos.

As populações atingidas acabam sendo retiradas de seus territórios através de uma violação de direitos básicos de sobrevivência e perdem na correlação de forças, principalmente porque o Estado, que poderia mediar e limitar tamanha expropriação das empresas contra as populações, muitas vezes ele próprio é o que constrói a barragem e age com a mesma de violência das empresas privadas.

4 – CONCLUSÃO

A partir do exposto, apresentamos aqui algumas conclusões aprendidas neste estudo.

O setor elétrico brasileiro passou por várias e profundas mudanças em sua história, principalmente depois dos anos de 1980. Até então estava organizado principalmente na região Sudeste e nas demais regiões de forma desordenada. Porém, mais tarde todo sistema passou a ser interligado pelo SIN, privatizado e entregue a empresas privadas.

Vários momentos marcaram esta história. No início, quando a grande questão era investir dentro do país pensando no desenvolvimento local, procurava-se aprimorar o chamado interesse local (1889 –1934), onde todo o direito e esforços se organizavam de forma regional. No período da Constituição Federal ou da Federalização (1934 –1950), o fornecimento de energia elétrica se tornou um serviço público federal, prestado diretamente pela União, conforme a Constituição Federal, no artigo 175. Ocorreu depois a estatização do setor (1950 –1990) e a decisão de industrializar o país, dada a necessidade de controle da produção da energia elétrica no pós-guerra; a iniciativa privada não correspondia às necessidades de investimento para a expansão da geração da energia elétrica.

Entre 1990 e 2004 entra em cena o Programa Nacional de Desestatização, quando tudo estava organizado pelo Estado depois de mais de 40 anos de esforços para consolidar na prática os planos de expansão nacional.

Aproveitando-se de um patrimônio histórico estruturado, necessitando apenas mantê-lo organizado e em funcionamento, entra no jogo a especulação do grande capital, que toma conta do setor elétrico brasileiro, privatizando-o. Segundo Ana Garcia:

Por trás de uma grande empresa há sempre um Estado forte, que a financia e estrutura o campo jurídico e político para que ela atue. E por trás de um Estado hegemônico há sempre empresas multinacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando sua imagem junto à imagem do país potência. (GARCIA, 2012, p.15).

Percebemos no decorrer da pesquisa, na relação entre a energia, trabalho, Estado, empresas e os consumidores, uma constante contradição. Quando analisamos dados e números da situação em que os trabalhadores do setor se encontram e o tratamento que recebem das empresas, as quais recebem lucros extraordinários, constatamos a gravidade do modelo vigente.

O discurso do governo de FHC, na maioria das vezes, era de que estava estabilizada a economia brasileira e que, com o processo de privatização, era necessário o Estado fixar as regras de fiscalização/regularização e criar órgãos e agentes para garantir a transparente atuação das privadas. No entanto, isso não aconteceu. O Estado deu liberdade aos órgãos e instituições para regularem tudo de forma que viesse a favorecer os interesses das empresas privadas. O ex-presidente do BNDES e da Comissão Diretora Programa Nacional de Desestatização, Eduardo Modiano, discursou em um seminário Nacional do BNDES sobre a privatização no Brasil dos serviços de utilidade pública. Segundo ele:

O fato é que a privatização no Governo FHC ajudou e foi importante na estabilização da economia, e a estabilização também ajudou a fazer o processo andar, e nos deu ainda mais segurança, de que, num ambiente macroeconômico com menos incertezas e mais estabilidade, o processo vai continuar com passos muito mais rápidos. Estima-se receitas da ordem no valor de US\$ 90 bilhões, até o ano 2000, o que caracterizaria, sem dúvidas, um dos maiores processos de privatização do mundo (BNDES, Biblioteca Pública, 1999, p. 322).

No que diz respeito às consequências da privatização, entendemos que foram negativas em relação à organização do setor elétrico brasileiro, uma vez que favoreceu grupos internacionais e o grande capital. As empresas que se beneficiaram com as privatizações aproveitaram toda a interligação nacional, em ótimas condições recentemente concluídas, com um potencial valorizadíssimo, com uma geografia que propicia as condições para se fazer várias cascatas com hidroelétricas (uma após a outra), onde a mesma água passa por várias barragens, gerando “dinheiro diferente”. Esta matriz é mais barata e eficiente, e o Estado brasileiro assume a tarefa de cuidar da transmissão, a parte que mais precisa de investimento e que não gera lucro.

Constatamos, nesse estudo, que os argumentos sobre a necessidade inadiável do processo de privatização nos anos de 1990 são frágeis e insuficientes. A “crise das estatais,” como foi propagandeada, estava relacionada diretamente à política econômica do país. Se houvesse interesse em se fazer reformas estruturantes no Estado, levando em conta um projeto de desenvolvimento nacional, as próprias estatais teriam a possibilidade de diminuir a crise, fortalecendo inclusive outros setores.

E aqui cabe nos reportar a Almeida, para quem a privatização foi um projeto detalhadamente pensado e historicamente construído. Foi, antes de tudo, uma opção daqueles que se encontravam no comando político-econômico do país (ALMEIDA, 2010,

p. 351). E podemos ainda acrescentar que todo o processo só foi possível porque houve uma convergência de interesses internos e externos.

A grande imprensa também contribuiu para a construção do projeto privatista, ecoando o pensamento hegemônico neoliberal afinal, a própria imprensa corporativa constituiu um conjunto de aparelhos privados de hegemonia que veicula ideologicamente os interesses do capital a seus consumidores.

Em síntese, podemos dizer que a privatização do setor elétrico brasileiro beneficiou grandes grupos econômicos, em especial os internacionais, que assumiram o controle da energia no país. Esse processo revela uma nova forma de expansão do capital que se deu a partir da união de grupos econômicos com o Estado brasileiro, que exerceu o papel de financiador das construções de hidrelétricas através do BNDES.

Diante do exposto, apontamos algumas considerações que fazem parte das organizações ligadas à Plataforma Operária e Camponesa da Energia (POCE em relação ao desafio da construção de um projeto energético popular.

Em consonância com a Plataforma, acreditamos na necessidade de construção de um projeto energético que reafirme a necessidade da soberania, da redistribuição da riqueza e do controle popular sobre a água e a energia. Porém, entendemos não ser possível construir um projeto energético popular, se não houver acumulação de força, partindo da visão da correlação de forças entre as classes em disputa. Para tanto, destacamos a defesa da energia como um bem público que sirva para às atividades e necessidades de toda a população, unindo um alto grau de desenvolvimento humano com a adequada sustentabilidade ambiental.

Portanto, construir um novo projeto significa ao mesmo tempo construir uma nova ordem contrária à lógica capitalista, que hoje transforma tudo em mercadoria e grandes negócios.

A energia é um bem estratégico para a soberania do país. Por isso, entendemos que é necessário o controle popular sobre as fontes estratégicas para a produção de energia, é necessário buscar a ampla participação popular no planejamento, organização e controle da produção e distribuição da energia, assim como da riqueza gerada, porque a produção e distribuição de energia devem ser serviços públicos, portanto devem ser estatais e estarem sob controle popular.

Ao mesmo tempo, destacamos que é fundamental lutar para que sejam garantidos todos os direitos dos trabalhadores do setor energético, na construção das obras, dos consumidores da energia, das empresas estatais e dos atingidos pelas obras, garantindo

uma política tarifária baseada no custo real de produção da energia com a construção de uma política nacional de tratamento, principalmente aos atingidos por barragens, que garanta e atenda aos interesses populares.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso** / Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.

ANDERSON, Perry. (1995). “**Balanço do neoliberalismo**”. In: SADER, E. GENTILI, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANDRADE, D. A. **Herança maldita. O desgoverno tucano em Minas**. Belo Horizonte, 2015.

ANDRIOLI, J. J. J. **Os interesses capitalistas nos negócios da energia elétrica em Minas Gerais quem paga essa Conta**. Artigo de especialização, Rio de Janeiro, 2010.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **A dialética do trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, J. P. **O Brasil de Lula e o de FHC**. Um roteiro comparativo para a disputa política- eleitoral plebiscitária de 2010. Bis Editora Ltda. Contagem-MG, 2010.

ARAÚJO, J.P. **Minas no centro da disputa nacional**. Bis Editora Ltda. Contagem -MG, 2011.

A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: **da primeira lâmpada a Eletrobrás**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 2ª ed. Brasília: Aneel, 2005.

_____ **A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro**. Paz e Terra & UFMS. São Paulo/Campo Grande, 2003.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington- A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**- Paz e Terra. São Paulo, 1994.

BANDEIRANTE ENERGIA S/A. **Aspectos regulatórios relevantes no novo ambiente institucional do setor elétrico brasileiro.doc**: visão panorâmica do novo contexto do setor elétrico brasileiro, englobando as funções institucionais e o modelo de mercado competitivo, bem como aspectos relacionados à transmissão de energia elétrica. São Paulo, junho de 2002.

BERMANN, Celio. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e suas repercussões socioambientais no Brasil**. Tese de doutorado, FEM/ UNICAMP/ 1991.

_____. **As novas energias no Brasil. Dilemas da inclusão social e programas de governo**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.176 p.

BOITO, J. A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Xamã, São Paulo, 1999.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021** Brasília: MME/EPE, 2012.

BRESSER, P. L. C. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle** - p. 21, Caderno 1 do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - Brasília - DF / 1997.

BUTTIGIEG, J. **Gramsci on Civil Society**. Boundary 2 22, no. 3, 1995.

CACHAPUZ, P. B. B. **O planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do grupo coordenador do planejamento dos sistemas elétricos (GCPS)**- Rio de Janeiro: Centro de memória da eletricidade no Brasil, 2002.

CALDAS, G. P. **Concessões de serviços públicos de energia elétrica: em face da Constituição Federal de 1988 e o interesse público**. Juruá Editora, Curitiba, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Governo Lula: A construção de um Brasil melhor. A verdade dos números**. Brasília, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1994). **Mãos à obra: proposta de governo**. Brasília: s./ed.

CARINHATO, P. H. **Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Aurora ano II, número 3, 2008.

CARVALHO, O.A. de. **Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas**. 2006. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASTRO, N. J. e FERNANDEZ, P. C. **A Reestruturação do setor elétrico brasileiro: Passado, presente e tendências futuras**. XIX SINPTEE – Seminário Nacional de energia.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. **Concepções de Educação Popular do CEPIS**, 2ª edição. São Paulo, dezembro de 2012.

CERVINSKI, G. C. **A Materialização do Setor Elétrico na Bacia do Rio Uruguai**. *Artigo de especialização*. Energia e sociedade no capitalismo contemporâneo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" - Relatório. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.

CRITICA Grupo editorial Grijalbo; Barcelona – Buenos Aires – México; 1978. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/m **HYPERLINK** "http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/ms/leonardo.pdf"s/leonardo.pdf. Acesso em 01/02/2015.

CUBEROS, Fábio Luiz. **Novo modelo institucional do setor elétrico brasileiro: análise dos mecanismos de mitigação de riscos de mercado das distribuidoras** / F.L. Cuberos. – ed.rev. -- São Paulo, 2008. 119 p.

ELETROBRÁS. **Cabendo a empresa criada: realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, linhas de transmissão e a distribuição de energia elétrica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3890Acons.htm.

FARIAS R. C. G. B. **Atuação Estatal e a Privatização do Setor Elétrico Brasileiro**. fl 107, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056040.PDF> **HYPERLINK** "<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056040.PDF>". Acessado em 04/02/2015.

FASE **Como o Brasil exporta natureza: os impactos dos produtos eletroinstensivos** - RJ, 2004, 20 pg.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios** In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Savério, Eliseu. (Org). Territórios e Territorialidades: teorias processos e conflitos. 1 ed. . São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009.p.197-215.

FERNANDES, Luís. (1995). *“Neoliberalismo e reestruturação capitalista”*. In SADER, E. GENTILI, P. (orgs.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERREIRA, C. K. L. **Privatização do setor elétrico no Brasil**. In: PINHEIRO, A. C.; 1999.

FIORI, José Luiz. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record,2001.

_____ **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONSECA, Eduardo Giannetti. (1994). **“Quem tem medo do neoliberalismo”**. **Idéias Liberais**. São Paulo: Instituto Liberal, 13.

FUKASAKU, K. (org). **A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES-OCDE, fev. 2000, p. 180-220.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora. 2007.

GARCIA, A. S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. 413 f.; 2 vol.; 35 cm - Instituição de relações internacionais, Tese de doutorado. RJ, 2012

GARCIA, Ana. Saggiore. **Empresas Transnacionais Brasileiras: dupla frente de luta** In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (Org) **Empresas transnacionais brasileiras na América**

GARCIA, Leandro. H.C. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e a crise do racionamento (1981-2002)** 2011.72 f. Monografia (Graduação em Economia)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. Apresentação em Power Point. **A questão energética: “energia” e sociedade no capitalismo contemporâneo**”. Mestrado/Disciplina de Meio Ambiente e Energia, Guararema: ENFF/ UNESP, março de 2014.

_____. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes**. 416p. Tese (Doutorado em Energia) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-21052008-104515/pt-br.php>.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla. 5ªed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOHN, Daiane Carlos. **Geração de energia elétrica e territorialização: O caso da Usina Hidroelétrica Estreito** – São Paulo, 2016.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**, 2a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAURELL, Asa Cristina (org.). (1995). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez. “*A falácia neoliberal*”. Luva Nova/Cedec, (1993). 28/29: 210- 225.

LAZZARINI, S. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEOPOLDO, R. BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial. **Estado de São Paulo**, 10 de março de 2011.

LORENZO, Helena.Carvalho. de. **O setor de energia elétrica no Estado de São Paulo: 1900-1980**. Campinas: UNICAMP, 1987.

_____. **O setor elétrico brasileiro: passado e futuro** - São Paulo, 2002.
<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/406>.

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética**. São Paulo, 2008.

_____. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular** - São Paulo, Outubro 2015.

_____. **Elementos da conjuntura no setor elétrico nacional**. São Paulo, 2015 (texto digitado).

MACHADO, Almeida Marcos. **Análise das informações sociais ampliadas: um estudo de casos do setor elétrico brasileiro** / Marcos Machado de Almeida. Rio de Janeiro, 2006.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Contribuições de Itaipu no processo de interligação elétrica regional**. Tese de Mestrado UNESP, Presidente Prudente, 2013.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. **O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais**. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista**, volume V; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. 2014.

MME – Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2019**. Brasília: MME/EPE, 2010. 2 v.: il. 1.Nacional, 2005.

_____,Ministério de Minas e Energia, colaboração Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007.

_____,Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2022**. Brasília: MME/EPE, 2013.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro - RJ, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, J. S. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Política Energética e Crise de Desenvolvimento**. Paz e Terra: São Paulo, 2002.

PEITER, Paulo César. **O desenvolvimento das redes elétricas de transmissão no Brasil: dos sistemas locais aos sistemas interligados regionais**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PINGUELLI, Luiz, R. **O apagão- Porque eu veio? Como sair dele?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PORTO – Gonçalves Carlos Walter, 1949 – **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALLUM, Brasília. **Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX**. IRBCS, vol.18, no 52, junho de 2003, p. 35-54.

SAUER, Ildo. **A Reconstrução do Setor Elétrico, Brasileiro**. Paz e Terra, UFMS Campo Grande/MS, 2003. SAUER, Ildo. MP 579 e a dualidade de comportamento. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515064-mp-579-um-remedio-para-os-males-brasileiros-entrevista-com-ildo-sauer>. Publicada em 31/10/2012. Acesso em 15/11/2014.

_____. **O Novo modelo para o setor elétrico brasileiro**, São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo, 2002.

Seminário a Crise do Modelo do Setor Elétrico brasileiro. - Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002 - 139 páginas

SAMPAIO, B. M^a Margarida. **Da privatização ao Apagão**. Florianópolis: Insular, 2001.

SANTOS, M. **Por uma geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Alexandra Borba da. **A mercantilização dos bens naturais no setor elétrico: O caso da UHE Barra Grande**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SILVA, B. G. **Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional: uma análise histórica e econométrica de longo prazo**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Lopes Marcelo. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das empresas fronteiras de um conceito fundamental** In: SAQUET, Aurélio Marcos;

TEODORO, Dilma Maria. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e os reflexos em uma empresa estatal: um estudo de caso na Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC**. Dilma Maria Teodoro. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

THE WORLD BANK. **Resettlement and development. The Bankwide review of project involving involuntary resttlement 1986-1993**. Washington, D.C.: The World Bank Environment Department, 1994. p.1-8.

TOLMASQUIM, Maurício Tiomno et al. **Empresas do setor elétrico brasileiro: estratégias e performances**. Rio de Janeiro: CENERGIA, 2002.

_____. **Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional 2013: Ano base 2012**. Rio de Janeiro: EPE, 2013.

VAINER, C. B. **Conceito de "Atingido": uma revisão do debate**. 1ed. Viçosa: UFV, 2008.

VIEIRA, Flávia B. e VAINER, Carlos. **Setor Elétrico Brasileiro: uma breve história de “ligações perigosas” entre o público e o privado.** In: MAB e ETTERN/IPPUR/UFRJ, **Manual do Atingido.** Rio de Janeiro: ADIA, 2004.

VIEIRA, Flávia Braga; ZEN, Eduardo Luis. **Parcerias Público-Privadas no Setor Elétrico Brasileiro: novas roupagens para velhas práticas.** RJ: *mimeo*, 2006.

VIEIRA, José. P. **Energia Elétrica como Antimercadoria e sua Metamorfose no Brasil: A Reestruturação do Setor e as Revisões Tarifárias.** 2005, 208 f. Tese 122 (Doutorado em Energia) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma agenda para Reforma Econômica na América Latina.** Palestra apresentada a FAAP. São Paulo, 25 de agosto de 2003, p. 1-9.

6 - SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

ARTIGO -<http://www.cerpch.unifei.edu.br/arquivos/artigos/hidro-hydro-54-pag16a25.pdf>-
Acesso dia 20/04/2015.

ABCE

http://www.abce.org.br/downloads/200610_COGE_CVRD_modelo_tributos_sanches.pdf.
Acesso dia 22/04/2015.

ABRADEE – Disponível em:<http://www.abradee.com.br/setor-de-distribuicao/a-distribuicao-de-energia>. Acesso dia 04/02/2015.

ADUFMAT. ENTREVISTA DORIVAL GONCALVES, Dorival Junior. Disponível em <http://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/81-ufmt/370-entrevista-do-professor-dorival-goncalves-da-ufmt-ao-sindicato-dos-urbanitarios-no-distrito-federal>
Acesso dia 16/05/2015.

ANEEL- Tarifas <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=499>- Acesso dia 14/02/2015.

_____ Tabela de aumento das tarifas em 2015:
(http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1695). Acesso em 14/02/2015.

_____, <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacida.cfm> Acesso dia 03/06/2016.

BERMANN, Célio. Um debate político e corporativista. Disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516209-mp-579-um-debate-politico-e-corporativista-entrevista-especial-com-celio-bermann>. Publicada em 06/12/2012. Acesso em 22/11/2014.

BLOG. CHAVES, Flavio. Construtora oferece circo erótico. Disponível em:
<http://blogflaviochaves.blogspot.com.br/2010/01/construtora-oferece-circo-erotico.html>.
Publicada em 07/01/2010. Acesso em 31/11/2014.

BNDES

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20071220_not284_07.html- Acesso dia 04/02/2015.

_____. <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital-> Acesso dia 01/06/2015.

CARVALHO, Joaquim Francisco deMP 579: um programa de privatização pior do que o do governo FHC'. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515316-o-planejamento-energetico-nao-existe-entrevista-especial-com-joaquim-francisco-de-carvalho>. Publicada em 09/11/2012. Acesso em 15/10/2014.

CCEEE- [https://vimeo.com/36968896-](https://vimeo.com/36968896) CCEE e parcerias com agentes. Acesso dia 16/05/2015.

_____- Disponível em:
http://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/leiloes?_afLoop=346661993439000&_adf.ctrl-state=gafnt9nbu_258. Acesso em 20/12/2014.

_____. Disponível em:
http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/comercializacao?_afLoop=1854427602655440. Acesso em 15/11/2012.

_____. Disponível em:
http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/comercializacao?_afLoop=1854427602655440. Acesso em 30/01/2015.

CEMIG. Disponível em:
http://cemig.infoinvest.com.br/static/ptb/relatorios_anuais.asp?idioma=ptb. Acessado em 20/12/2014.

_____. Disponível em:
http://www.cemig.com.br/pt-br/relatorio_anual/Documents/relatorio/index.html#/2. Acesso em -01/02/2015.

_____. Disponível em:
<http://Cemig.infoinvest.com.br/estática/ptb/sustentabilidade.asp?idioma=ptb>. Acesso em 01/02/2015.

CONJUR-http://www.conjur.com.br/2008-mai-congresso_nacional_consolidar_leis_energia#author - Acesso dia 26/05/2015.

COSTA, Heitor Scalabrini. **MP 579 e os apagões elétricos.** Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515079-mp-579-e-os-apagoes-eletricos->. Publicada em 31/10/2012. Acesso em 30/11/2012.

DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>. Acesso em 15/10/2014.

<http://www.dieese.org.br/boletimsetoreletrico/2013/boletimSetorEletricoN2.pdf> *renovação das concessões. Acesso dia 16/04/2015.*

Discurso da presidente Dilma.

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-reducao-do-custo-de-energia-brasilia-df>. Acesso dia 22/07/2015.

Decreto nº 5.407, de 27 de Dezembro de 1904-

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5407-27-dezembro-1904-527509-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso dia 01/10/2015.

ELETOBRAS. Disponível em: (www.eletobras.com.br/em_empresa.asp) Acesso dia 05/02/2015.

EPE- www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/arquivos/epe.ppt – Acesso dia 13/05/2015.

EUMED.

<http://www.eumed.net/libros-gratis/2009a/486/Monopolio%20Estatal%20X%20Competicao%20en%20Brasil.htm> Acesso dia 16/05/2015.

Fundação GOGÉ - <http://www.funcoge.org.br/> - Acesso dia 13/05/2015.

FUNDAP-

http://www.fundap.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/03/boletim_economia_9_setorial_tarif_as_de_energia_eletrica.pdf - preço da tarifa. Acesso dia 16/04/2015.

G1. GLOBO. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/manifestantes-queimam-alojamentos-em-usina-de-jirau-ro-diz-secretaria.html>. Do G1, SP, Publicada em 03/04/2012. Acesso em 15/11/2014.

GONCALVES, Dorival Junior. Eletricidade um negócio rentável no Brasil. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>. (Publicada em 28/01/2013). Acesso em 01/02/2015.

_____. Tarifa justa é antes de tudo, resultado da luta política. Disponível em: [option=com_flexicontent&view=items&cid=241: federais-not-diversas&id=4956: entrevista-tarifa-justa-e-antes-de-tudo-resultado-da-luta-politica](http://www.ihu.unisinos.br/option=com_flexicontent&view=items&cid=241:federais-not-diversas&id=4956:entrevista-tarifa-justa-e-antes-de-tudo-resultado-da-luta-politica). Publicada em 03.2014. Acesso em 31/01/2015

Grupo Eletrobrás- <http://jus.com.br/artigos/11445/analise-dos-aspectos-economicos-e-constitucionais-da-legislacao-relacionada-a-atuacao-do-grupo-eletobras> - Acesso dia 18/05/2015.

ILUMINA- <http://ilumina.org.br/da-superficie-para-as-entranhas-um-modelo-com-defeitos-geneticos/>. Acesso em 08/02/2015.

_____. <http://ilumina.org.br/tese-a-exploracao-do-trabalho-embutida-no-preco-da-energia/> Acesso dia 14/05/2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Dilma se irrita com reação do mercado ao pacote do governo para o setor elétrico. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/513537-dilma-se-irrita-com-reacao-do-mercado-ao-pacote-do-governo-para-setor-eletrico>. Publicada em 14/09/2012. Acesso em 20/11/2014.

_____. Entrevista Dorival Gonçalves- <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>- 28/01/2013. Acesso dia 01/08/2015.

_____. Entrevista Célio Bermann – <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516209-mp-579-um-debate-politico-e-corporativista-entrevista-especial-com-celio-bermann-> 06/12/2012. Acesso dia 20/08/2015.

Jornal Zero Hora do RS- <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2015/04/custo-da-energia-eletrica-aumenta-60-em-12-meses-4735600.html> - Acesso dia 27/05/2015.

Como matar uma estatal- <http://jornalggn.com.br/noticia/eletrobras-como-matar-uma-estatal-por-rita-dias>. Acesso dia 06/12/2015.

LEI 1.145/1903 (LEI ORDINÁRIA 31/12/1903

http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1145&tipo_norma=LEI&data=19031231&link=s. Acesso dia 09/07/2016.

LORENZO, Helena Carvalho de. *O setor elétrico brasileiro: passado e futuro*- São Paulo, 2002. <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/406>. Acesso dia 02/10/2015.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. Energia para que e para quem. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/energia-para-qu-e-para-quem>. Publicado em ter, 11/01/2011 – 17h49min. Acesso em 20/12/2014.

_____ Posição do MAB frente ao pacote de energia elétrica do governo. <http://www.mabnacional.org.br/noticia/posi-do-mab-frente-ao-pacote-energia-el-trica-do-governo> Publicado em qua, 12/09/2012 – 15h00min. Acesso em 01/02/2015.

_____ - <http://www.mabnacional.org.br/noticia/aneel-aprova-umento-45-nas-contas-luz-> aceso em 08/02/2015.

_____ - <http://www.mabnacional.org.br/content/relat-rio-da-comiss-especial-do-conselho-defesa-dos-direitos-da-pessoa-humana-2010> .Acesso dia 11/09/2015.

MARCILLIO. <http://www.marcillio.com/rio/hiregeco.html> *história da energia no Brasil*. Acesso dia 16/04/2015.

Memória da eletricidade.

<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=23&codTit1=44402&pagina=d-estaques/linha/1964-990&menu=377&iEmpresa=Menu#44402> Acesso em 12/04/2015.

Memória da eletricidade no Brasil-

<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=21&codTit1=44337&pagina=d-estaques/linha/1898-1929&menu=376&iEmpresa=Menu>. Acesso dia 01/10/2015.

MME - <http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comitês/cnpe> - Acesso dia 26/05/2015.

PLANALTO GOV.- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm Acesso dia 15/02/2015

 Lei de Partilha do pré-sal-
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm.
 Acesso dia 18/07/2015.

 Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1503.htm>. Acesso dia 04/02/2015.

Plano diretor de FHC 1995 –
<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf> Acesso
 dia 15/08/2015.

REDE BRASIL ATUAL -<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/02/lula-afirma-que-ataque-a-petrobras-quer-derrubar-partilha-na-exploracao-do-pre-sal-9869.html> -
 Acesso dia 18/07/2015.

ROSA, Luiz Pinguelli. Governo deve discutir tarifa de energia, diz ex- presidente da Eletrobrás. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515705-governo-deve-rediscutir-tarifas-de-energia-diz-ex-presidente-da-eletobras>. Publicada em 20/11/2012. Acesso em 10/10/2014.

REPORTE BRASIL. Trabalho escravo encontrado em obra ligada a usina do madeira. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/10/trabalho-escravo-e-encontrado-em-obra-ligada-a-usina-do-madeira/>. Por reportes Brasil. Publicada em 26/10/2009 – 15h03min. Acesso em 20/12/2014.

SINDIELETRO. Disponível em: <http://sindieletromg.org.br/plus/>. Acesso em 15/11/2012.
 SINDIELETRO. Disponível em:
<http://sindieletromg.org.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=1956>. Publicada em 20/10/2014. Acesso em 30/11/2014.

SINDIELETRO. Disponível em
<http://sindieletromg.org.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=1982>. Publicada em 07/11/2014. Acesso em 30/11/2014.

TERRA SIM BARRAGEM NÃO. *Trabalho escravo.*
<http://terrasimbarragemnao.blospot.com.br/2009/09/trabalho-escravo-em-usina-do-votorantim.html>-Acesso dia 01/06/2015.

USP. *Seminário sobre o modelo energético.*

<http://www.usp.br/iee/?q=pt-br/evento/semin%C3%A1rio-o-estado-atual-do-setor-el%C3%A9trico-brasileiro-ou-consequ%C3%Aancia> -Acesso dia 15/05/2015.

VEJA, Revista.- *PT ataca a Vale para engolir a mineradora-*
[http:// veja.abril.com.br/noticia/brasil/pt-ataca-vale-engolir-mineradora/](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pt-ataca-vale-engolir-mineradora/) Acesso dia 12/08/2015.

YOUTUBE. <https://www.youtube.com/watch?v=G2NCC-meaG8> – entrevista Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim. Acesso dia 16/05/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk> Filme
Belo Monte Anuncio de uma guerra Acesso dia 16/05/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=QdrKfWD3zCs>
GONCALVES, Dorival Junior. Acesso dia 16/05/2015.